



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – PPGECO**

LUÍS ABEL DA SILVA FILHO

MERCADO DE TRABALHO E ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL: estudo comparativo entre as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador – 2001-2008.

Natal – RN, Janeiro de 2011



LUÍS ABEL DA SILVA FILHO

MERCADO DE TRABALHO E ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL: estudo comparativo entre as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador – 2001-2008.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGECON da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Livramento Miranda Clementino

Natal – RN, Janeiro de 2011



LUÍS ABEL DA SILVA FILHO

MERCADO DE TRABALHO E ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL: estudo comparativo entre as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador – 2001-2008.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGECON da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia

Apresentada em: 19/01/2011

Banca Examinadora

Dr^a Maria do Livramento Miranda Clementino (Orientadora)

Dr^o Fábio Fonseca Figueiredo (Membro Externo)

Dr^o William Eufrásio Nunes da Pereira (Membro Interno)

Natal – RN, Janeiro de 2011

A todos aqueles que contribuíram com mais
essa etapa de minha formação!

Muito obrigado!

Agradecimentos

A Deus pelo dom maravilhoso da vida e pela presença constante nessa caminhada. Obrigado por se fazer presente nos momentos mais difíceis.

A minha família, pelo apoio incondicional, em especial a minha Mãezinha exemplo de amor e ternura; ao meu Pai; aos meus irmãos Damásio e Odair e minha irmã Peuzinha, que em todos os momentos dessa caminhada fizeram-se presentes de todas as formas.

E à professora Dr^a Maria do Livramento Miranda Clementino, por ter contribuído diretamente com a realização desse trabalho. A você professora minha eterna gratidão.

A professora Silvana Nunes de Queiros da Universidade Regional do Cariri – URCA, pela parceria e pela atenção dispensada em todos os momentos.

Aos professores do Departamento de Economia da UFRN e do PPGECO, em nome do professor Jorge Luiz Mariano da Silva.

Aos funcionários do PPGECO em nome de Veruska Freire, Ingride de Castro e Beatriz Jota, pelo constante apoio;

Aos meus amigos do Mestrado: Fábio, Eudésio, Adriano, William, Yuri, Veruska, Erika, Marinaldo, Estevani, Romão, Raimundo, Cícero, e Pedro, pelo convívio constante e pelos momentos de interação nas discussões;

Aos integrantes do Observatório das Metrôpoles pelo constante aprendizado em nosso trabalho em equipe;

E aos pesquisadores da base de pesquisa do Observatório das Metrôpoles (núcleo de Natal – RN) e do Departamento de Políticas Públicas em nome de Sara Raquel, Renata Clarice, Ângelo Silva, Kaio Fernandes, Claudia e Lilianny;

E, finalmente, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, berço que me acolheu e foi Cenário dessa formação.

A verdadeira página da descoberta não está em vê novas paisagens, mas sim, em enxergar com novos olhos (autor desconhecido).

Lista de gráficos

- Gráfico – 1:** Taxa de crescimento da PEA urbana no Brasil de 1940 a 2008. (1940 = ano base).....50
- Gráfico – 2:** Taxa de crescimento da PEA no Brasil de 2001-2008. (2000 = ano base).....51
- Gráfico 3:** Taxa de crescimento da PEA nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador, 2002-2008. (2001 = ano base).....52
- Gráfico 4:** Taxa de crescimento da PIA nas regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador, 2002-2008. (2001 = 100%).....53

Lista de Tabelas

Tabela 1: Pessoas de 10 anos e mais de idade por sexo segundo ano de referência (2001-2008) e Região Metropolitana	54
Tabela 2: Pessoas de 10 anos e mais de idade por cor ou raça segundo o ano de referência (2001-2008) e Região Metropolitana.....	56
Tabela 3: Pessoas de 10 anos e mais de idade por faixa de idade segundo o ano de referência (2001-2008) e Região Metropolitana.....	57
Tabela 4: Pessoas de 10 anos e mais de idade por faixa de escolaridade segundo o ano de referência (2001-2008) e Região Metropolitana.....	59
Tabela 5: Pessoas de 10 anos e mais de idade por faixa de renda segundo o ano de referência (2001-2008) e Região Metropolitana.....	61
Tabela 6: População ocupada por renda média (em Reais de 2008) segundo o ano de referência (2001-2008) e Região Metropolitana.....	63
Tabela 7: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade segundo o ano de referência (2001-2008) - RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	65
Tabela 8: População economicamente ativa por condição de ocupação segundo o ano de referência (2001-2008) - RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	66
Tabela 9: População ocupada por condição de proteção no trabalho segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	68
Tabela 10: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade e sexo segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	69
Tabela 11: População economicamente ativa por condição de ocupação e sexo segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	71
Tabela 12: População ocupada por condição de proteção no trabalho e sexo segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	73
Tabela 13: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade e cor ou raça segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	75
Tabela 14: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade e sexo segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	76
Tabela 15: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de proteção e sexo segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	77

Tabela 16: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade e faixa de idade segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	79
Tabela 17: População economicamente ativa por condição de ocupação e faixa de idade segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	82
Tabela 18: População ocupada por condição de proteção no trabalho e faixa de idade segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	84
Tabela 19: População ocupada por condição de atividade e faixa de escolaridade (em anos de estudo) segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	87
Tabela 20: População economicamente ativa por condição de ocupação e faixa de escolaridade segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	89
Tabela 21: População ocupada por condição de proteção no trabalho e faixa de escolaridade (em anos) segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador....	92
Tabela 22: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo a categoria e o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	101
Tabela 23: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais e sexo segundo ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	104
Tabela 24: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais e segundo a Cor ou Raça e o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	108
Tabela 25: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo a média de idade e o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	112
Tabela 26: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo a média de escolaridade e o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	113
Tabela 27: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo a renda média e o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	115
Tabela 28: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo Desvio Padrão da Renda média e o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.....	117

Lista de Quadros

Quadro 1: Registro de variáveis usadas para a criação das categorias ocupacionais (CATS).....	95
Quadro 2: Categorias Sócio-ocupacionais.....	98

Resumo

As transformações econômicas mundiais, do final da Segunda Guerra, elencaram mudanças significativas nas estruturas produtivas e no mercado de trabalho em todo o mundo. Inicialmente os países desenvolvidos perceberam essas transformações e posteriormente os países em desenvolvimento. As transformações nos modelos de produção, sobretudo com a crise do fordismo, nos países periféricos acentuaram ainda mais os problemas no mundo do trabalho. A acumulação flexível, por sua vez, foi responsável por transformações significativa no mercado de trabalho da periferia do capitalismo global. No Brasil assistiu-se a esse processo de reestruturação produtiva a partir do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, sendo mais acentuando os impactos no mercado de trabalho nas regiões mais pobres do país, sobretudo o Nordeste. Nesse sentido, esta dissertação tem como objetivo avaliar o mercado de trabalho nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador à luz do processo de transformação nas estruturas produtivas e no mercado de trabalho e suas influencias nos anos 2000. O recorte temporal utilizado são os anos de 2001-2008. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e foram elaborados a partir da proposta de estudo desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles. O estudo mostra que o mercado de trabalho das três RMs continua sendo afetado pelo processo de reestruturação produtiva do final do século XX. Constatou-se elevados percentuais de ocupados desprotegidos no trabalho sendo mais precárias as condições dos postos de trabalho para não brancos, mulheres, adolescentes/jovens e idosos. Destacam-se ainda elevados percentuais de ocupados auferindo rendimentos em até 1,00 salário mínimo, além de grande contingente de pessoas ocupadas no terciário e terciário não especializado. Com o quadro observado nas três RMs é possível perceber os grandes problemas no mercado de trabalho que se proliferam, sobretudo no contexto metropolitano do Nordeste, com características semelhantes às observadas na literatura que investigaram o mercado de trabalho nos anos de 1990.

Palavras-Chave: Mercado de Trabalho; Regiões Metropolitanas do Nordeste; Fortaleza; Recife; Salvador.

Abstract

The economic transformations in the world, the end of World War II, listing significant changes in production structures and labor market in the world. Initially developed countries realize these changes and subsequently developing countries. The changes in production patterns, especially with the crisis of Fordism, peripheral countries further accentuated the problems in the workplace. Flexible accumulation, in turn, was responsible for significant changes in the labor market at the periphery of global capitalism. This restructuring process, in Brazil, begun from the end of the 1980s and early 1990s, being more accentuated the impacts on the labor market in the poorest regions of the country, particularly the Northeast. In that sense, this thesis aims to evaluate the job market in the metropolitan areas of Fortaleza, Recife and Salvador in light of the transformation process in the production structures and labor market and its influences in the 2000s. The time frame are the years 2001-2008. Data are from the National Household Sample Survey - PNAD and were drawn from the study proposal developed by the Centre of the Metropolis. The study shows that the labor market of the three metropolitan areas continues to be affected by the restructuring process of the late twentieth century. It found high rates of unprotected busy at work is more precarious conditions of employment for non-whites, women, adolescents / young and old. We also highlight the high percentage of employed persons earning income up 1.00 minimum wage, and a large number of persons employed in the tertiary and tertiary non-specialist. With the picture observed in the three metropolitan areas you can see the major problems in the labor market that proliferate, especially in the metropolitan context of the Northeast, with characteristics similar to those observed in the literature that investigated the labor market in 1990.

Keywords: Labor market; metropolitan areas in the Northeast, Fortaleza, Recife, Salvador.

Sumário

Introdução	14
Capítulo I	21
1. Reestruturação produtiva e mercado	21
1.1 Expansão do capitalismo à luz dos modelos taylorista/fordista de produção.....	21
1.2 Processo de reestruturação produtiva e a consolidação de novas formas de produção.....	23
1.3 Novos modelos produtivos e configurações econômicas mundiais.....	27
1.4 Reestruturação produtiva no Brasil.....	30
1.5 O padrão de produção e o mercado de trabalho nos anos de 1990.....	33
1.6 contexto macroeconômico nacional e o mercado de trabalho nos anos 2000.....	38
Capítulo 2	41
2.1 O espaço metropolitano e as configurações sociodemográficas.....	41
2.2 Dinâmica metropolitana na América latina.....	41
2.3 O processo de urbanização e expansão das metrópoles brasileiras.....	46
2.4 O espaço metropolitano e as configurações da divisão social do trabalho.....	48
2.5 Dinâmica do mercado de trabalho no espaço urbano do Brasil e do Nordeste.....	49
2.6 Caracterização sociodemográficas das RM de Fortaleza, Recife e Salvador – 2001-2008.....	54
Capítulo 3	65
3.1 Mercado de trabalho recente nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador – 2001-2008.....	65
3.2 Caracterização da população das RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, segundo a dinâmica do mercado de trabalho: 2001-2008.....	65
Capítulo 4	95
4.1 Construção das categorias sócio-ocupacionais e absorção de ocupados nas regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e salvador – 2001-2008.....	95
4.2 Procedimentos metodológicos da pesquisa.....	95
4.3 População ocupada por categoria Sócio-ocupacional segundo o ano de referência nas regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador – 2001-2008.	100
Considerações Finais	119
Referências Bibliográficas	126

Introdução

O processo de expansão do sistema capitalista de produção, tanto no mundo desenvolvido quanto no mundo em desenvolvimento, tem provocado transformações econômicas e consequências elevadas para a população. As transformações sociais, culturais e econômicas, sobretudo após a proliferação do Fordismo e sua decadência, promoveram configurações significativas na economia mundial. A consolidação de novos meios e processos de acumulação, a expansão da tecnologia informacional e a sofisticação da robótica e informática têm reconfigurado fortemente o espaço onde atua o capital produtivo.

Neste cenário de constantes transformações, a evolução da tecnologia informacional, a dinamização das infraestruturas, a elevação da mobilidade de mercadorias e serviços vêm rompendo barreiras e criando um espaço cada vez mais vulnerável às oscilações e incertezas do mercado. Ampliam-se problemas de ordem social, significativamente elevados, tais como o desemprego, a marginalização de jovens, sobretudo os de baixa renda, e a reprodução da desigualdade social, responsável por problemas de maior magnitude constatados, principalmente, nas economias menos desenvolvidas.

Os problemas de ordem social se confrontam num espaço urbano onde o crescimento econômico, no âmbito de seu processo, produz grandes conflitos, provocados pela desigualdade social. Esse crescimento vem construindo classes sociais cada vez mais antagônicas e promovendo a expansão desse espaço cada vez mais diversificado, onde têm sido constatados problemas de sociabilidade, desemprego, favelização e violência urbana invadindo o epicentro do núcleo capitalista. O crescimento e a expansão das relações econômicas pautadas num contexto de criminalidade e a violência convivem lado a lado com o desenvolvimento de relações capitalistas de natureza formal.

Nesse contexto, torna-se inquietante a reconfiguração do espaço urbano à luz destas relações sociais de naturezas opostas¹. De um lado, a construção de um espaço social conformado nos padrões de desenvolvimento do capitalismo, configurando-se nos centros urbanos com infraestrutura adequada ao seu desenvolvimento; do outro lado, a expansão da mesma cidade à luz de ações moldadas pela criminalidade, exclusão social, e formação de um espaço urbano deteriorado, tanto em âmbito estrutural quanto institucional.

¹ De um lado, o crescimento econômico concentrado, o que desencadeia uma série de problemas sociais facilmente constatados nos grandes centros; do outro, a construção de uma classe social altamente vulnerável aos impactos causados pela desigualdade.

Existem vantagens significativas constatadas nas grandes aglomerações urbanas, sobretudo, no que diz respeito à criação de um conjunto de elementos que permitem a consolidação do grande investimento de capitais, diante da globalização produtiva. Em contrapartida, dentro desse mesmo espaço, reproduz-se uma série de ações integradas que promovem a segregação sócio-espacial, a exclusão social e a marginalização, como ações negativas da expansão do espaço urbano em consequência da expansão do capitalismo global.

Não se pode negar que o surgimento das metrópoles foi o epicentro das transformações estruturais para a dinamização da economia mundial. No processo de globalização produtiva, os grandes centros urbanos ocupam o lugar central para a concretização das ações capitalistas (SASSEN, 1998). Nesses perímetros urbanos, concretizam-se avanços relevantes em tecnologias, melhorias de ordem estrutural, grandes investimentos de capitais produtivos, além da minimização de uma série de conflitos relacionados à locomoção e à mobilidade tanto de pessoas quanto de fluxos de capitais.

Contudo, nesse mesmo espaço, destacam-se problemas tais como desemprego crescente, deterioração dos postos de trabalho, redução de oportunidade de emprego para aquela força de trabalho proveniente de famílias de baixa renda, dentre outros (OLIVEIRA, 2009). Concomitantemente aos problemas já citados, existem outros de natureza institucional que se concretizam a partir dos baixos níveis de investimentos públicos em saúde, educação, segurança, moradia, dentre outros. De Mattos (2002) acredita que a crescente polarização de problemas estruturais se dá, principalmente, pelo crescente processo de globalização produtiva e suas inerentes ações predatórias nos espaços periféricos.

Destaque-se, ainda, que, no âmbito da acumulação, as metrópoles constituem um espaço privilegiado para as ações dos grandes investimentos financeiros e produtivos. Neste espaço, é possível o desenvolvimento de economias de aglomerações, ocasionando um conjunto de externalidades positivas calcadas num grupo de fatores propícios ao desenvolvimento de economias de escala e de escopo, além da concentração de capital humano com melhor nível de qualificação e, quando necessário, força de trabalho menos especializada.

Para alguns estudiosos² do crescimento metropolitano, nas grandes metrópoles mundiais se instituem as ações de controle do sistema capitalista mundial. As inovações dos sistemas de informação e a expansão da tecnologia microinformática proporcionaram avanços significativos nas relações capitalistas impulsionada, sobretudo, pelos grandes centros. A

² De Mattos (2002), Sassen (1991; 1998) e Wilson (1998), dentre outros.

magnitude com que estas transformações ocorrem é relativamente elevada no espaço e no tempo. Ressalte-se, no entanto, as transformações de ordem social que tais avanços são capazes de proporcionar.

Desde a desestruturação dos modelos de produção taylorista/fordista até o surgimento do modelo de acumulação flexível, uma série de reconfigurações ocorreu no mundo do trabalho (SILVA FILHO e QUEIROZ, 2010). Destarte, nesse cenário, a desestruturação do mercado de trabalho vivenciada com as crises do sistema de produção capitalista e a reconfiguração das ações do capital comportam-se de forma a beneficiar a reprodução e a acumulação da riqueza. Em relação a esse contexto, a literatura descreve uma expansão de maiores problemas de ordem social nas cidades industriais e, com mais intensidade, na periferia do capitalismo³.

Em estudo de Sassen (1991), além dos ganhos apresentados pelas aglomerações produtivas no contexto urbano, destacam-se também os problemas de ordem social que vêm surgindo diante da configuração econômica da metrópole moderna⁴. O sistema de produção flexível retirou paulatinamente o poder de atuação de ações trabalhistas e assegurou maior autonomia para os grandes capitais. Dessa forma, a expansão do mundo industrial para as economias menos desenvolvidas ocorreu com custo muito elevado para os trabalhadores, sobretudo nos novos moldes de produção que se instauram no final do século XX.

As configurações no mundo do trabalho no espaço urbano não foram suficientes para moldar o quadro de crescente desemprego estrutural constatado nas economias em desenvolvimento. A flexibilização no mercado de trabalho, proporcionado pelos novos modelos de acumulação flexível, também não contribuiu com a redução do desemprego (POCHMANN, 2009). Ao contrário do que se discutia, não houve elevações significativas de oferta de emprego e um novo perfil de postos de trabalho foi instaurado nas economias capitalistas (SAMPAIO JUNIOR, 1998). Nas palavras de Beck (1999),

O que parecia ser o remédio – a flexibilização do mercado de trabalho – encobriu e escondeu, mas não curou a doença do desemprego. Pelo contrário, tudo cresce: o desemprego e a nova restrição das perspectivas [...] do trabalho temporário, de relações trabalhistas incertas e a reserva de trabalho que ainda permanece em silêncio. Em outras palavras: o volume de trabalho remunerado desaba em alta velocidade. Rumamos para um capitalismo sem trabalho – e isto ocorreu em todos os países pós-industriais do mundo (p. 112).

³ Compreenda-se, aqui, a cidade fordista dos anos de 1960 e 1970.

⁴ Aqui, segue-se a compreensão de Sassen (1991) acerca da cidade Global.

Diante desse contexto, a globalização promove, ao mesmo tempo, crescimento econômico e exclusão social. O espaço metropolitano da periferia do capitalismo denuncia facilmente as duas faces do problema estrutural causado pelo processo de concentração de poder e de seletividade do mercado de trabalho. As configurações físicas do espaço urbano denunciam a existência de dois mundos dentro do “mesmo espaço”: aquela exuberante estrutura onde funciona o centro das decisões do sistema capitalista e seus meios de atuação, e aquele composto pelas aglomerações de pessoas desfavorecidas pela expansão do sistema nas grandes cidades.

Neste cenário dual, vivem lado a lado sujeitos sociais determinados pelas ações de um sistema a interagir de várias formas diferentes. A expansão metropolitana vai aos poucos moldando a estrutura paisagística das cidades e expulsando parcela da população para áreas onde as instituições formais se negam a agir. Nesse processo de suburbanização, os sujeitos são, comumente, trabalhadores com menor nível de qualificação e que fazem parte daquela parcela com menor acesso ao mercado de trabalho mais estruturado e com melhor remuneração.

No final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, assistiu-se aprofundar a crise social com a desestruturação do sistema capitalista mundial, do desemprego, e, com a ausência de políticas de desenvolvimento e a internacionalização das ações dos capitais. A ideologia de Estado mínimo, adotada a partir de ações neoliberais, somou-se aos problemas de ordem social que já existiam em menor magnitude, e dessa forma, observou-se, nos anos de 1980, a crescente elevação na desigualdade, sobretudo na periferia do capitalismo global (OLIVEIRA, 1998).

De fato, se as ações do capital global são dominadas pelos centros dinâmicos e com estrutura urbana já moldada para tais ações (SASSEN, 1997; 1998), as metrópoles periféricas serão apenas espaços de execução da desigualdade e dos problemas de ordem social implementadas pela globalização produtiva mundial e pela expansão dos limites de atuação do capitalismo no mundo desenvolvido (RODRIGUEZ e ARRIAGADA, 2005; CARVALHO, 2009). Assim, acrescenta Oliveira (2009, p.5): “distinções devem ser feitas não só em relação aos padrões de urbanização dos países desenvolvidos, mas também aqueles dos países periféricos”.

Diante disso, faz-se necessário observar as especificidades locais para se analisar as configurações dos capitais globais. A diferença entre a estrutura urbana das economias desenvolvidas e das economias em desenvolvimento é significativamente elevada. Nesse caso, equalizar esses cenários significa construir precipitadamente um espaço dual nos centros

menos desenvolvidos. As especificidades metropolitanas são elevadas, destacando-se o processo de formação cultural e social. Destarte, adotar o modelo de cidade global num espaço onde há tanta discrepância torna-se, no mínimo, precipitado.

Nessas circunstâncias, as ações do capital voltam-se a essas diferenças estruturais do espaço, para exploração dos recursos vulneráveis. Assim, na economia global, os espaços metropolitanos são alvos de atuação do sistema capitalista por ser esse um espaço propício ao desenvolvimento e à reprodução do capital. Mercado, mão-de-obra, ações do Estado em infraestrutura local e incentivos fiscais tornam o cenário mais apropriado para as forças capitalistas. Entretanto, nesse mesmo espaço, a sociedade sofre perdas através da precarização das relações de trabalho e da redução de investimento público em setores que antes garantiam o estado de Bem-Estar Social.

Dessa forma, na formação do espaço metropolitano brasileiro, devem ser levadas em consideração as discrepantes diferenças regionais existentes. No processo de formação do espaço urbano, algumas regiões se industrializaram em padrões de maior diversificação. Contudo, os problemas de ordem social parecem ser semelhantes, independentemente da localização metropolitana. De fato, regiões como as de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte têm características peculiares no processo de formação do capital. Porém, problemas sociais de grandes dimensões lhes são inerentes.

Na verdade, mesmo que a proliferação das áreas metropolitanas brasileiras e a expansão das atividades tenham ocorrido em espaço de tempo relativamente curto, não foram suficientes para incorporar ao mercado de trabalho a crescente população que atingia a idade ativa ao longo do tempo. Assim, anualmente, grande contingente populacional está excluído do direito à cidade e à cidadania. O crescimento econômico concentrado e as taxas de crescimento do PIB, inferiores às da população, denunciam o cenário de exclusão que se reproduz a cada ano no país.

Acrescenta-se, ainda, um mercado de trabalho desregulamentado, a perda do poder de barganha dos órgãos de defesa do trabalhador e a ideia de Estado mínimo, que, quando atuante, age em defesa do capital, aprofundando ainda mais os problemas cotidianamente constatados. Nesse sentido, a desestruturação do espaço metropolitano pode ser abordada como consequência de políticas institucionais ausentes e da reduzida participação do Estado em defesa dos sujeitos menos favorecidos. Adicionalmente, há problemas de fluxos populacionais para os centros, que aparentam ser o “espaço da esperança”, e essa população, em sua maioria, passa a constar nas estatísticas populacionais entre aquelas que vivem em condições subumanas.

No final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, esses problemas têm se acentuado ainda mais. As políticas de cunho neoliberal têm promovido uma crescente “guerra” entre regiões e estados, para atrair investimentos produtivos. Por um lado, as políticas de atração de indústria visam a criar empregos; por outro, ocorrem via incentivos fiscais, o que acaba por endividar os estados. Esse processo gera uma redução do gasto público em setores fundamentais (CASSIOLATO e BRITTO, 2001) e, além disso, os empregos criados acabam por não compensar o dispêndio feito pela Unidade da Federação. Nessa ótica, os ganhos das políticas neoliberais acabam sendo, tão somente, para as grandes empresas capitalistas.

A ausência de políticas de desenvolvimento regional, a partir dos anos de 1980, acentuou ainda mais os problemas de desenvolvimento econômico e social do país (CANO, 2008). As regiões mais dependentes das políticas de desenvolvimento regional, como é o caso do Nordeste, têm absorvido com maior intensidade os problemas sociais e econômicos recentes. Com a atuação limitada do Estado, problemas como desemprego aberto, empregos precários e outras formas de trabalho se expandiram livremente nessas economias.

Seguindo a discussão aqui apresentada, é pretensão deste estudo: a) intermediar o debate acerca dos impactos da globalização econômica nas metrópoles de capitalismo tardio; b) fazer uma avaliação empírica das características sócio demográficas das RMs de Fortaleza, Recife e Salvador; c) analisar o mercado de trabalho das três RMs comparando-as entre si; d) avaliar a dinâmica sócio-ocupacional entre as categorias construídas pelo Observatório das Metrópoles nas três RMs nos anos de 2001-2008.

O recorte geográfico delimitado nesta investigação são as três maiores regiões metropolitanas do Nordeste brasileiro: Fortaleza, Recife e Salvador. Propõe-se avaliar a dinâmica do mercado de trabalho dessas metrópoles à luz das configurações produtivas e dos impactos no mercado de trabalho.

A escolha do espaço para este estudo deu-se pelo fato de essas serem as áreas metropolitanas de maior dimensão populacional e estarem localizadas nos estados que apresentam o maior dinamismo econômico da região Nordeste. Nesse contexto, cabe uma avaliação empírica do mercado de trabalho desses espaços. Assim, procura-se comparar as três Regiões Metropolitanas entre si, avaliando a estrutura do mercado de trabalho delimitada para este estudo, entre os anos de 2001 e 2008. Devido à relativa importância do eixo temático e à sua complexidade no cenário econômico nacional, não se pode assegurar a exaustão do tema neste estudo. Contudo, acredita-se que se pode contribuir com a discussão e caracterização do mercado de trabalho e confrontar, entre essas regiões metropolitanas, a

dinâmica da força de trabalho e a evolução das categorias sócio-ocupacionais organizadas pelo Observatório das Metrôpoles, a partir de uma metodologia própria anteriormente trabalhada com o censo. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e foram tabulados pelo Observatório das Metrôpoles (2010), utilizados para fins de alcançar o objetivo proposto nesta investigação.

Para atingir o objetivo deste estudo, esta Dissertação está estruturada da forma que segue:

No primeiro capítulo, recorre-se à literatura que aborda o processo de reestruturação produtiva dos sistemas capitalistas de produção e procura-se elencar os principais modelos produtivos a partir do final da Segunda Grande Guerra. Levantam-se, ainda, as importantes configurações no mundo do trabalho diante do desenvolvimento de novas formas e processos de produção do sistema capitalista. Além de destacar os impactos da reestruturação produtiva no mercado de trabalho brasileiro e suas heranças para o início do século XXI.

No segundo capítulo, apresenta-se uma discussão sobre as reconfigurações metropolitanas à luz da reestruturação produtiva a partir da literatura existente. Destaca-se, principalmente, a dinâmica das metrôpoles brasileiras, com enfoque no eixo analítico das RMs de Fortaleza Recife e Salvador.

No terceiro capítulo, estão expostos os dados sistematizados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios –PNAD – do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, seguido das respectivas análises à luz da literatura econômica vigente. Nesse capítulo, são comparados os comportamentos mercado de trabalho das metrôpoles de Fortaleza, Recife e Salvador.

Em seguida, no quarto capítulo, discute-se a caracterização do mercado de trabalho, a partir das categorias sócio-ocupacionais aqui moldadas, segundo metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles (2010).

Por último, são feitas algumas considerações finais sobre o estudo, enfocando os principais pontos em comum e as principais divergências entre as regiões metropolitanas de Fortaleza⁵, Recife⁶ e Salvador⁷.

⁵Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza: Fortaleza, Caucaia, Aquiraz, Pacatuba, Maranguape, Maracanaú, Eusébio, Guaiúba, Itaitinga, Chorozinho, Pacajus, Horizonte e São Gonçalo do Amarante.

⁶Municípios da Região Metropolitana de Recife: Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Igarassu, Abreu e Lima, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Moreno e Itapissuma.

⁷Municípios da Região Metropolitana de Salvador: Salvador, Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz.

CAPÍTULO I

1. Reestruturação produtiva e mercado de trabalho

Entende-se como o período de profundas modificações nas formas de produção e do trabalho vivenciadas em economias capitalistas. O final da Segunda Guerra Mundial foi um período pelo qual as formas de produção capitalistas passaram por processos de reestruturação nos padrões de produção e de consumo. No que concerne a produção, a redução de custos era objetivo principal das empresas, além de elevar a produtividade dos fatores para o ganho de economia de escopo e de escala.

Do final da Segunda Guerra mundial ao padrão de produção vigente no mercado, ocorreram várias modificações em busca do modelo de produção perfeito para a expansão dos domínios do capital. Nesse processo, introduziram-se várias formas de produção nas grandes corporações capitalistas que, aos poucos, foram difundidos por todo o mundo. Ao longo dessa evolução, seguramente, a mão-de-obra foi, paulatinamente perdendo espaço no processo produtivo e cedendo lugar para a tecnologia computacional, conforme afirma Beck (1999) a sociedade caminhou para um capitalismo sem trabalho. Nesse sentido, esse capítulo propõe uma revisão crítica da literatura acerca dos modelos de produção implementados ao longo do período que seguiram a Segunda Guerra Mundial, dando atenção especial aqueles que tiveram maior repercussão pelo mundo.

1.1 Expansão do capitalismo à luz dos modelos taylorista/fordista de produção.

O período entre os anos de 1940 e 1960 corresponde ao movimento do sistema capitalista de produção denominado “terceira revolução industrial”. Esse período de expansão do sistema capitalista de produção foi impulsionado pela constante utilização de máquinas e a sofisticação de aparelhos de ordem eletrônica em um contexto de crescimento econômico significativo. Nesses anos, notadamente a partir do pós-Segunda Guerra, verificou-se um maior comprometimento das ações públicas estatais e maior participação da força de trabalho na composição do desenvolvimento do sistema capitalista (MANDEL, 1985; OLIVEIRA, 1998).

O sistema fordista de produção alastrou-se pelos países capitalistas desenvolvidos e posteriormente norteou o sistema de produção dos países em desenvolvimento (SILVA FILHO e QUEIROZ, 2010). Nesse contexto, a periferia capitalista foi tomada pelo movimento de transnacionalização de grandes indústrias e a expansão das atividades produtivas norteadas, sobretudo, pela busca de mercados consumidores, e de mão-de-obra barata em grande quantidade. Assim, a periferia do capitalismo mundial foi destino para essa nova fase de propagação do sistema capitalista de produção (BECK, 1999).

Nesse cenário o modelo fordista de produção vivenciou seu período áureo de concretização das ações do capital industrial. O sistema de produção, que tinha como base de concentração a linha de montagem, contribuiu com a expansão do sistema de divisão do trabalho e com as estratégias de produção voltadas ao consumo de massa (HELOANI, 2002; SILVA FILHO e QUEIROZ, 2010). A partir daí, a produção em massa seria responsável pelo crescente mercado consumidor, baseado na ideologia de que a expansão do sistema produtivo seria responsável pela produção de agentes voltados ao consumo (HARVEY, 1989). Assim, a produção em massa, objetivo principal do fordismo, reproduziria o consumo em massa.

Com os pressupostos básicos apresentados, pode-se confirmar a elevada contribuição do modelo Taylorista/Fordista de produção ao processo de expansão do capitalismo pelo mundo. Nesse período, tanto as atitudes da classe trabalhadora quanto a intervenção do Estado, contribuíram para a propagação da atuação capitalista por todo o mundo industrializado. O crescimento da economia mundial do pós-Segunda Guerra foi implantado pelas ações cooperativas entre as esferas do capital e do trabalho e, ainda, o apoio do Estado.

Segundo Pochmann (2001), Dedecca (2005) e Silva (2008), esse ambiente cooperativo entre o Estado, o capitalista e o trabalhador, promoveu, por alguns anos, o desenvolvimento do sistema capitalista e assegurou melhores condições para o mundo do trabalho. Assim, a participação do Estado como preconizava a teoria keynesiana, contribuiu, também, com o desempenho satisfatório para a classe assalariada. Acrescenta os autores, que a participação do Estado, através de políticas macroeconômicas, foi determinante para a construção de um cenário no qual o trabalhador assalariado também fosse consumidor da produção capitalista.

Nesse contexto, a tentativa de se construir o Estado de Bem-Estar Social foi constatada através de direitos sociais garantidos ao trabalhador, em períodos de crescimento econômico crítico. Essas políticas implementadas pelo Estado asseguraram direitos mínimos à classe trabalhadora. Pochmann (2001), Dedecca (2005) e Silva (2008) acreditam que esta foi a gloriosa fase do sistema capitalista, quando, tanto a classe empresarial quanto a trabalhadora,

obtiveram benefícios com o período de crescente expansão produtiva e de crescimento da organização empresarial.

O modelo fordista de produção passou a apresentar os primeiros sinais de fracasso já a partir do final dos anos de 1960. A participação das despesas (custos) nas receitas das grandes indústrias mostrou-se crescente e esse seria o sinal dos primeiros resultados do cansaço apresentado pelo sistema de produção. Gerou-se, também, uma série de insatisfações com o sistema de produção existente por parte da classe trabalhadora. Assim, viu-se a decadência da expansão do sistema que imperava sob “harmonia” entre empresários, trabalhadores e Estado.

Com a redução das taxas de lucros até então observadas, novo cenário foi montado para a reprodução do sistema capitalista, no que diz respeito ao dinamismo econômico. Os impactos no mercado de trabalho foram constatados a partir da elevação do contingente de mão-de-obra fora da força de trabalho nos diversos setores de atividade econômica. Com tais acontecimentos que passaram a nortear o sistema de produção, observou-se a redução do poder de arbitrar exercido pelo Estado e que se consolidara com a derrocada do Estado de Bem-Estar-Social. Esse, aos poucos, passou a atrofiar com a crescente onda de desemprego e das novas formas de atuação da classe empresarial.

1.2 Processo de reestruturação produtiva e a consolidação de novas formas de produção

Nos anos de 1970 assistiu-se ao processo de reestruturação produtiva industrial em todos os países do capitalismo avançado e que se proliferou, posteriormente, para todas as economias (POCHMANN, 1998). A nova ordem da globalização econômica nos países avançados, que ocorreu através da expansão industrial das multinacionais, foi uma forma de garantir a reprodução do sistema que se encontrava em crise. Nesse sentido, determinadas circunstâncias, tais como elevado custo de fatores, baixo dinamismo das atividades e baixa produtividade do trabalho, nortearam a expansão das atividades produtivas (DEDECCA, 1998). Destarte, o modelo Taylorista/Fordista de produção foi cedendo espaço para a sociedade de acumulação flexível.

A multinacionalização de empresas europeias e japonesas, ainda nos anos de 1960, provocaram a redução do dinamismo apresentado pelas empresas norte-americanas, que predominaram por muitas décadas nas economias capitalistas. A expansão de novos modelos de produção das outras economias avançadas acabou por desestruturar o sistema vigente nos Estados Unidos e se proliferou por todas as economias industriais, tanto em países de capitalismo avançado, quanto em economias industriais menos desenvolvidas. Nesse

contexto, foi essencial o desenvolvimento de produtos diferenciados por empresas ameaçadas pela concorrência, tanto para manterem-se no mercado quanto para expandir seus domínios.

Na medida que as grandes empresas foram expandindo, através do processo de aquisições e fusões, foram também ampliando tais práticas nas concorrentes, provocando um processo de concorrência acirrada nas grandes empresas mundiais. A partir daí, observou-se efeitos um tanto perversos para segmentos industriais que apresentavam rentabilidade elevada, assistiu-se à redução dos lucros e o aumento dos custos nas economias industriais avançadas. Para Dedecca (2005) e Sampaio Junior (1998), a partir de meados dos anos de 1970, a reestruturação industrial inaugurou o novo momento para o modelo capitalista de produção.

Ficou evidente a necessidade de organização empresarial pautada em condições de construção de novas escalas produtivas, que possibilitassem às empresas as condições essenciais para permanência nos mercados. Por essa ótica, foi visível a continuidade do processo de aquisições e fusões, que, segundo Dedecca (2005), não mais eram interpretados no âmbito da construção de impérios industriais, mas pautados, sobretudo, na necessidade de alcance de posições estratégicas competitivas dentro dos mercados.

Assim, ficou evidente a necessidade do desenvolvimento tecnológico que ora cooperava, ora criava barreiras à entrada, assegurando às grandes companhias que dispunham tanto de capital para investimento quanto de fatias de mercado elevadas, a garantia da reprodução de suas economias de escala. Nesse sentido os altos investimentos financeiros foram necessários para manter, ou até elevar, a participação dessas grandes indústrias no mercado. Dessa forma, a reorganização industrial em novos padrões produtivos garantiu, através da escala mínima, a permanência dessas empresas nos mercados.

Foi a redução da produção no antigo sistema e a necessidade de ganhos de produtividade, além da urgência em ganhar fatias de mercado, que motivou o desenvolvimento de gestões estratégicas para promover o desenvolvimento integrado das empresas em consonância com modelos de produção que reorganizassem as atividades, sobretudo, no âmbito da expansão de mercados e da produtividade dos fatores. Para tanto, fez-se necessário a desestruturação dos sistemas de produção e o surgimento de novos modos de organização industrial. Assim, notadamente os grandes grupos, expandiram suas atividades sob diferentes níveis de estratégias.

De acordo com Dedecca (2005), observou-se a ação do setor público no processo de desregulamentação dos mercados como facilitador do desenvolvimento de modelos mais competitivos e necessários às empresas para manterem-se no mercado globalizado em todo o

mundo. Dessa forma, observou-se a desregulamentação dos contratos de trabalho e novas formas de organização empresarial pautadas no ajuste à demanda de mercado e na livre possibilidade de manter um contingente de trabalhadores suficiente para a produção exata no momento exato. Com a ação do Estado, foi possível montar o espaço de reprodução empresarial para as grandes companhias industriais.

Esse ambiente macro competitivo global proporcionou o desenvolvimento de novas articulações para o sistema capitalista. O novo sistema de gestão estratégica que surgia demandava mutação significativa na gestão de capitais. As elevadas taxas de lucratividade auferidas pelas grandes empresas abriram espaço para a proliferação de estratégias empresariais pautadas no investimento em ações dos grandes empreendimentos. Assim, as grandes empresas reproduziam-se, não somente através da produção de bens, mas articulavam novas estratégias para a reprodução de riqueza, através de lucros de capitais investidos nessas companhias.

O aumento da lucratividade das grandes empresas proporcionou elevação de investimentos tecnológicos e de inovações nas estruturas organizacionais. Pautadas em um processo de desarticulação com os velhos modelos de produção e a introdução de novas formas mais rentáveis, essas empresas construíram um ambiente capaz de reproduzir o próprio desenvolvimento, através do autofinanciamento em pesquisas, que foram necessárias para alterar os padrões produtivos e ampliar os níveis de lucratividades.

As novas estratégias de organização apresentadas pelas empresas já acenavam para o rompimento com o antigo e a adesão ao novo sistema de produção. Baseada na reestruturação produtiva das grandes corporações industriais, foi evidente a mundialização dos novos modelos que, segundo Dedecca (2005), fossem pela internacionalização da economia ou pela reprodução dos novos sistemas em outras unidades federadas, se propagaram em todo o mundo industrial, em substituição às formas mais antigas e ultrapassadas pelo sistema de produção capitalista.

O advento da reestruturação dos sistemas produtivos impulsionou novos métodos de organização, através de ações mais integradas entre os setores administrativos que passavam por reestruturação, procurando romper com as estruturas de hierarquização e administração centralizada existentes dentro da empresa. A verticalização da estrutura administrativa possibilitava o acompanhamento que se centralizava no alto escalão da base empresarial. Nesse sentido, todas as ações contidas no ambiente empresarial encontravam-se sob forte inspeção de uma base que constituía a administração central das empresas.

Elevados ônus para esse sistema de produção foram observados a partir de ocorrências econômicas constatadas já no início dos anos de 1970, que acabaram por desestruturar esse sistema de produção e nortearam a busca por novas formas de gestão empresarial. Somando-se às mudanças nos padrões monetários, ocorreu também o primeiro choque do petróleo em 1973, que contribuiu com a elevação dos custos de produção industrial, notadamente, em um período marcado pela competitividade e pela mundialização econômica (FIGUEIREDO, MICHEL e RANGEL, 1995; SILVA FILHO e QUEIROZ, 2010). Assim, com a ineficiência desses modelos de produção para responder às expectativas das economias de mercado, surgia a necessidade de novos enfoques inovadores no ambiente administrativo empresarial.

Dessa forma, foi necessária a urgência na desburocratização do sistema de gestão até então vigente e a introdução de novas formas de administrar, pautadas em um caráter mais cooperativo e menos hierarquizado. Assim, a estrutura produtiva procurava se redefinir com um caráter mais horizontalizado, em que fosse possível o andamento das atividades sob gestão cooperativa e mais atuante em ações imediatas que fossem impostas, devido, sobretudo, à conjuntura econômica que ora se observava.

A desestruturação dos modelos de produção anteriormente observados, implicou em novas formas de relação empresa/mercado, tanto no que concerne à produção/consumo quanto na relação econômica vivenciada com os mercados de capitais. As modificações estruturais também impactaram nos mercados de ações bancárias, dentre outros, e novas relações se estabeleceram, procurando, sobretudo, a adaptação das unidades produtivas à dinâmica de mercado. Dessa forma, as alterações nos padrões produtivos foram condições necessárias à permanência no mercado (DEDECCA, 2005).

Dedecca (2005) divide em dois momentos o processo de expansão tecnológica das atividades produtivas: o primeiro ocorreu com o investimento elevado em tecnologias nas novas plantas produtivas, como forma de diferenciação na produção e ganho de competitividade nos mercados; no segundo, o autor destaca o processo de limitação de investimento tecnológico e a ampliação da visão de modernização das estruturas organizacionais e o desenvolvimento de novas articulações nas relações de trabalho.

A expansão das atividades produtivas, através do processo de globalização econômica, também contou com elevados custos na distribuição locacional de plantas produtivas. As grandes companhias passaram por ônus financeiros significativamente elevados nesse processo de expansão. Segundo Dedecca (2005), muitas dessas companhias passaram a reorientar suas políticas de expansão/atuação logo a partir dos anos de 1980. Dessa forma,

foram necessárias novas estratégias de atuação, sendo pertinente o abandono de formas anteriormente consolidadas no âmbito de cada companhia.

1.3 Novo modelo produtivo e configurações econômicas mundiais

Com a desestruturação dos modelos produtivos vigentes até então, determinados pela primeira e pela segunda crises do petróleo, os anos de 1980 assistiram a um novo processo de reconfiguração das atividades econômicas mundiais. Inicialmente, aos moldes japoneses, com mais destaque para o Toyotismo, e, posteriormente, aos moldes da acumulação flexível, que se expandiam nas economias mundiais, sobretudo, à luz do sistema de produção vigente na Itália (ANTUNES, 2005).

A necessidade de ganho de participação nas fatias de mercados mundiais provocou a urgência em desenvolver sistemas de produção com elevado índice de produtividade, que permitissem a concorrência entre as empresas. Para tanto, a flexibilidade no processo de produção foi essencial para a adequação da produção à demanda de mercado. Além disso, o aumento do processo de diversificação da produção foi notável, sendo fator relevante para as empresas permanecerem no mercado extremamente competitivo e em intenso processo de inovação.

Destarte, a competitividade acirrada entre os mercados, a perda de poder concorrencial das estruturas oligopólicas e a vida curta dos modelos de gestão empresarial que se inseriam, fazem parte de um dinamismo econômico existente em um mercado cada vez mais instável e com maior demanda por produtos diversificados, com melhor qualidade e preço “acessível”. Isso exigiu das empresas concorrentes mundiais a adequação de sua forma de gestão da produção às exigências do mercado. Vivenciou-se nova dinâmica no modo de produção industrial e de expansão do capitalismo.

O surgimento de novos modelos de produção foram implementados, inicialmente, na produção de bens de consumo duráveis e com alto valor agregado ao processo de produção. Essa reestruturação deve ser entendida, neste estudo, no âmbito das novas formas de produção implementadas a partir da horizontalização da produção, sobretudo nos segmentos intensivos em capital. Com isso, a produção passou a ser estruturada em série, cuja estrutura montadora é composta por partes produzidas por empresas diversificadas do setor industrial (OLIVEIRA, 1995).

É nesse âmbito que se tornam visíveis os ganhos de escala e de escopo, com a especialização da produção em segmentos e setores que compõem as cadeias produtivas.

Dessa forma, a otimização das atividades, através da produção em segmentos, orientou um processo produtivo com mais agilidade e com maiores ganhos no tempo de produção e na qualidade dos produtos. Com essa flexibilização, foi notável a rápida capacidade de adequação da produção à demanda de mercado, seguido da qualidade e diversificação da produção em todo o mundo.

Assim, as relações de trabalho entre as empresas foram repensadas com enfoque para o ajuste à demanda. A desregulamentação do mercado de trabalho possibilitou às grandes companhias industriais a dinâmica de ajuste à produção, e dessa, à demanda de mercado. Desde os choques do petróleo (1973 e 1979), foi observado baixo crescimento econômico e aumento do desemprego aberto na economia mundial. Na verdade, as crises do petróleo traduziram a tendência que já estava implícita nos novos modelos de produção. A partir daí, a desregulamentação do mercado de trabalho passou a funcionar como ferramenta de ajuste aos períodos de crises, sem prejuízos mais elevados para as companhias.

Segundo Dedecca (2005), a crise no mercado de trabalho se aprofundou, sobretudo, a partir do início dos anos de 1980. Isso se deu pelo aumento das relações externas com a abertura dos mercados e pela necessidade de redefinição das formas de gestão da produção, implementadas pelas empresas em níveis de competitividade avançada. Com a segunda crise do petróleo, a elevação dos custos de produção provocou redução acentuada no *quantum* produzido e, conseqüentemente, expandiu esses efeitos ao mercado de trabalho.

Durante a recessão, as empresas adotaram posições agressivas nas negociações coletivas destinadas a recompor sua autonomia na determinação das estruturas de classificação dos salários no uso da força de trabalho. Essa pressão foi exercida também sobre o Estado, que, em face de sua delicada situação financeira e da política conservadora adotada, procedeu à desregulamentação do mercado de trabalho, sobretudo pela desindexação dos salários e pela ampliação das possibilidades de contratação de mão-de-obra em tempo parcial (DEDECCA, 2005, p.113).

Com os impasses entre os choques tecnológicos⁸ e as relações de trabalho, vivenciados na economia mundial, foi essencial para uma nova gestão estratégica a atuação em sistema de cooperação empresa/trabalho. Nesse sentido, a melhor condição de relação trabalho-empresa-mercado, possibilitou a redução de efeito significativo de choques adversos. Com isso, a reestruturação produtiva mostrou-se, aparentemente, mais integrada em um modelo de produção cooperado e com o processo de produção mais horizontalizado.

⁸ O surgimento da tecnologia de ponta, que ora se iniciava, nas empresas por todo o mundo, promoveu sérias conseqüências para o mundo do trabalho, através do choque estrutural causados nas atividades produtivas.

Além das reconfigurações observadas no seu âmbito interno, as organizações buscaram maior autonomia, no que concerne à contratação e ao uso da força de trabalho, como também, no que se refere às negociações salariais. Com a observada redução da intervenção do estado nas leis que regulamentavam o uso do trabalho, as empresas passaram a controlar o domínio existente no ajuste da mão-de-obra. Nesse contexto, surgiram no interior das organizações novas formas de contratos de trabalho, em tempo parcial ou determinado, sobretudo, de acordo com a necessidade empresarial (NEVES e PEDROSA, 2007; MAIA, 2009).

Com o processo de inovação tecnológica centrado inicialmente na robótica e na microinformática (COCCO, 1995; SANTOS e MOREIRA, 2006), com a desregulamentação do mercado de trabalho (POCHMANN, 1998) e com a multinacionalização das grandes organizações empresariais, o mundo assistiu a um novo processo de produção e ao surgimento de uma nova sociedade de consumo que se reproduzia à luz das relações capitalistas vigentes. Nesse âmbito, o cenário para as indústrias já estava favoravelmente apresentado. A partir daí, cada organização teria, a partir de sua capacidade de inovação, a possibilidade de manter-se no mercado e de, conseqüentemente, promover sua expansão.

No que pertine à gestão da produção, as empresas estavam organizadas de forma a atuarem mais horizontalmente, reduzindo, assim, a estrutura hierárquica soberana e construindo relações mais cooperativas no interior das empresas. Cabe acrescentar que essa relação de cooperação ultrapassou os limites da própria empresa e foi estendida a uma relação externa existente com fornecedores e mercado. Contudo, essa cooperação não assegurou melhores condições para o mundo do trabalho, sobretudo, pelo fato de estas empresas terem, nesse novo sistema, o poder de organizar as negociações coletivas no âmbito empresarial, e não mais à luz das organizações trabalhistas.

Nos anos de 1990, assistiu-se ao processo de reconfiguração mais acentuado. No que concerne às relações de trabalho, observou-se crescentemente a precarização das condições de trabalho no âmbito empresarial (BALTAR, 1998; MATTOSO, 1998; OLIVEIRA, 1998). Os choques de mercado⁹, constantemente observados nas últimas décadas do século XX, eram rapidamente ajustados. A demanda por mão-de-obra tornou-se cada vez mais sazonal em relação às configurações macroeconômicas. As empresas operavam sob condições excepcionais de ganhos de mercado. Dessa forma, a redução dos estoques a quase zero, permitia à empresa operar produzindo a quantidade certa e na hora certa, o que implica,

⁹ Fortes oscilações na dinâmica econômica do mercado que podem ocorrer do lado da oferta ou do lado da demanda.

necessariamente, na gestão de contratação da força de trabalho, também ajustada às necessidades empresarial.

Os efeitos da racionalização sobre o emprego e as relações de trabalho têm sido fortemente negativos. As empresas recorrem crescentemente às demissões por caráter econômico, compelindo contingentes importantes de trabalhadores para o sistema de proteção social [...] as decisões de demissão e de ajustamento definitivo do nível de produção global têm criado uma situação de forte tensão nas plantas produtivas, minando os esforços realizados pelas empresas, na segunda metade dos anos 80, de estabelecerem relações de trabalho mais cooperativas (DEDECCA, 2005, p. 116).

Diante da discussão apresentada, cabe destacar que as estratégias de sobrevivência das empresas em um mercado cada vez mais competitivo têm sido, sobretudo, ligadas à inovação tecnológica e à desregulamentação do mercado de trabalho. Com a expansão do modelo de acumulação flexível, assistiu-se ao desenvolvimento de gestão empresarial pautada no desenvolvimento de padrões tecnológicos elevados. Nos últimos anos do século XX, a desregulamentação do mercado de trabalho, difundida pela ideologia neoliberal que pregava a filosofia do estado mínimo, contribuiu com os padrões de expansão e permanência das empresas no mercado cada vez mais competitivo. Somou-se a isso, o ajuste da força de trabalho à demanda de mercado, sem ajuste algum das relações de trabalho a nenhum órgão regulamentador.

1.4. Reestruturação produtiva no Brasil

As transformações econômicas registradas a partir dos anos de 1970, nas economias capitalistas centrais e periféricas, provocaram alterações significativas nas formas de produção e no mercado de trabalho. Esse processo permitiu o avanço da ofensiva empresarial no domínio das relações capitalista, reduzindo, dessa forma, a participação do Estado no domínio econômico (HELOANI, 2002). Esse cenário permitiu a elevação da produtividade do trabalho sem ser seguido pela melhoria salarial e, conseqüentemente, das condições de vida do trabalhador (POCHMANN, 1999).

Com a desestruturação dos modelos de produção taylorista/fordista no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, o cenário que se estruturou para o mercado de trabalho tornou-se hostil. O elevado padrão tecnológico utilizado no processo de produção e a crescente redução da participação do trabalho vivo indicavam os novos rumos para o mundo capitalista e para o mercado de trabalho. Na compreensão de Dedecca (1998, p. 167).

A perspectiva de automação aparecia para as empresas como um meio de superação dos conflitos entre capital e trabalho, graças à visão de que o trabalho na nova configuração produtiva se tornaria residual. Sinalizava-se a desativação das plantas produtivas concentradas nos grandes e tradicionais centros industriais e sugeria-se que o fantasma do desemprego não era um problema conjuntural, mas que deveria se estender e se agravar no futuro.

Nessas configurações, o mundo do trabalho foi severamente abalado pela onda de inovações que se vislumbravam no contexto industrial se estendendo pelas economias de todo o mundo. No Brasil o fantasma do desemprego afetou profundamente o mercado de trabalho nacional. Os problemas inerentes a economia brasileira nos anos de 1980, com redução no crescimento e a elevação de transferências de recursos para o exterior como pagamento da dívida externa em amortização ou taxas de juros (CARNEIRO, 2002), colaborou ainda mais para a acentuada crise do mundo do trabalho.

Com tal contexto, assistiram-se ainda os problemas de ordem estrutural¹⁰ do processo de produção que afetam muito mais o mundo do trabalho do que os problemas cíclicos da economia (RAMOS, 2002). As mudanças vivenciadas nos padrões de produção no Brasil proporcionaram novas formas de contrato de trabalho e exigiu um trabalhador com um perfil diferenciado daquele das formas de produção anterior. Dessa forma, assistiu-se ao crescente aumento da contratação na informalidade e a reduzida participação daqueles com contrato formal de trabalho na economia brasileira.

O desemprego crescente ainda no início dos anos de 1980 e a onda de estagnação do emprego duradouro, vivenciado anteriormente, provocou o medo crescente do desemprego e a falta de crédito dada às instituições defensoras do mercado de trabalho nacional (DEDECCA, 1998). A ruptura com o sistema de produção anterior e as novas configurações na economia brasileira, indicavam sinais de aproximação de uma estrutura de mercado de trabalho altamente flexível onde a ofensiva empresarial avançava livremente sobre os direitos e as conquistas da classe trabalhadora que estava ameaçada.

Além dos problemas relatados na economia brasileira, as transformações estruturais vivenciadas nas formas de produção foram significativas. O setor de serviços aumentou sua participação na geração de riquezas, assumindo setores, antes dominados pela indústria, ou em função da própria expansão dos serviços inerentes ao processo de terceirização da produção no país (SILVA, 2009). Tal cenário apontava para as transformações estruturais denominadas de sociedade pós-industrial de Bell (1977) ou a sociedade de acumulação

¹⁰ Os problemas de ordem estrutural, aos quais Ramos (2002) se refere, estão associados ao aumento da participação do terciário na geração de postos de trabalho em detrimento do secundário.

flexível de David Harvey (1996), como também, a sociedade transformacional de Castells (2000).

Em estudos realizados por Kon (1997; 1999); Melo *et al* (1998) foi constatado que o advento da tecnologia impulsionado pelos novos modelos de produção tornou a estrutura produtiva nacional competitiva, a partir da incorporação da terceirização em setores da atividade industrial que onerava altos custos. A desverticalização da produção, através da constituição de várias empresas na mesma indústria, ocasionou ganhos de escopo e de escala (SANTOS e MOREIRA, 2006). No entanto, tornaram o mundo do trabalho mais frágil às transformações diárias das atividades produtivas através da inovação seguido da redução de postos de trabalho (MATTOSO, 1998; SANTOS e MOREIRA, 2006).

Novo mercado foi estruturado na economia brasileira, a partir da desverticalização da produção, do aumento da competitividade industrial e do aumento das atividades terceirizadas no processo de produção. Tais práticas tornaram o mundo do trabalho mais frágil às oscilações e incertezas do mercado desregulado. Diante disso, o país passou a ser mais competitivo no setor externo. Porém, com elevados custos para a mão-de-obra, agora desprotegida, mediante a ideologia de estado mínimo implementada pelo neoliberalismo econômico, e pela perda de poder das organizações de defesa do trabalhador (ANTUNES, 2005).

Concomitante ao anteriormente exposto, a mão-de-obra mesmo com melhora no nível de instrução ao longo dos anos (ARRAES, QUEIROZ e ALVES, 2008; SILVA FILHO e QUEIROZ, 2009), não foi capaz de conseguir melhores postos de trabalho, dado que, no mercado brasileiro o empregador dispõe de liberdade para contratar e substituir sempre que necessário, a mão-de-obra empregada, sem nenhum tipo de intervenção estatal, diante da flexibilidade nos contratos de trabalho e a falência das instituições defensoras do trabalhador (POCHMANN, 1999). Isso, porém, acarreta perda para o Estado, sobretudo, quando tem que arcar com o ônus elevado na implementação de políticas sociais de proteção àqueles gravemente prejudicados pela desregulamentação.

Nesse sentido a desestruturação do mercado de trabalho à luz da concorrência desregulada de capitais financeiros ou produtivos tem implicado em problemas elevados para o Estado brasileiro. Por um lado, esse perde a capacidade de atuação no cenário econômico através da elaboração de políticas macroeconômicas que busquem manter o crescimento e elevar o nível de emprego; por outro, ganha a responsabilidade de atenuar os problemas gerados pela desregulamentação econômica através de ações voltadas à força de trabalho mais afetada (MATTOSO, 1998).

Os principais problemas elencados pela desregulamentação do mercado de trabalho foram a redução do ritmo de crescimento do emprego formal nos anos de 1980 e o aprofundamento da crise no mercado de trabalho nos anos que seguiram. A reduzida taxa de crescimento do emprego formal em detrimento do aumento da participação da informalidade no país apontou para a intensidade com que a economia brasileira caminhava no sentido de criar postos de trabalho cada vez mais precários em consequência da elevada produtividade do trabalho que se assistiu.

A rapidez em que as transformações da robótica e da microinformática se apresentou, exigiu um trabalhador com melhor nível de qualificação. Além do mais, a forma como a terceirização se deu no Brasil fugiu aos padrões de desenvolvimento das atividades terciárias do mundo desenvolvido (POCHMANN, 2001). Nesse a elevação se deu pelo aumento da força de trabalho contratada com elevado nível de instrução e seguido de salários elevados. Diferentemente do setor de serviços vislumbrado na economia brasileira.

Neves e Pedrosa (2007), Maia (2009), destacam ainda o elevado poder que tem o capital em admitir, sob novos processos, mão-de-obra, com custos menos elevados, sem incorrer a nenhum custo no processo de demissão. O contrato temporário, o emprego em tempo parcial e a terceirização da produção, têm projetado um novo cenário no mundo do trabalho e tem, cada vez mais, sacrificado as possibilidades do emprego duradouro além de provocar a fragilidade do mercado de trabalho e a insegurança do trabalhador já no final dos anos de 1980.

1.5 O padrão de produção e o mercado de trabalho nos anos de 1990

O processo de transformação pelo qual passaram as economias capitalistas na última década do século XX provocou profundas flutuações no mercado de trabalho, lideradas pelas altas taxas de crescimento do desemprego aberto e o aumento elevado da rotatividade e insegurança no emprego. Além disso, o crescimento de postos de trabalhos alavancados, principalmente, por setores de atividades de menor dinamismo, e, um aumento do percentual daqueles trabalhadores mal remunerados em suas atividades (POCHMAN, 1999; NEVES e PEDROSA, 2007; SILVA FILHO *et al*, 2009).

Segundo Jatobá e Andrade (1993), para os que defendem a desregulamentação, a forma como estão estruturadas as organizações que regulamentam o mercado de trabalho está contribuindo para o agravamento do desajuste estrutural. Seguindo esse propósito, as empresas não têm como ajustar a produção à demanda de mercado com as exigências e a

forma burocrática como ocorrem no processo de contratação e demissão de mão-de-obra na economia. Nesse caso, a falta de ações entre empregado e empregador, seguido da presença do Estado, compromete seriamente o mercado de trabalho e contribui, certamente, para o aumento do desemprego aberto no Brasil.

Para aqueles que consideram que a flexibilização tem tornado vulnerável o emprego na economia, a ausência de instituições, ou a perda do poder destas de barganhar, no que concernem às relações de trabalho, pode provocar sérias consequências para os trabalhadores. A força de trabalho, na qual se encontra o contingente mais vulnerável a essas mudanças, é ainda mais afetada. Em muitos casos, essa é, de fato, a parte da mão-de-obra que ocupa os piores postos de trabalho, para os quais existe excesso de oferta, o que ocasiona, certamente, maiores possibilidades de substituição e redução salarial.

O que ocorreu no mercado de trabalho, no início dos anos de 1990, foi, de fato, que, mesmo com a proteção social e as normas existentes na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, o trabalhador brasileiro, teve que conviver com a insegurança em seus empregos. Somando-se a isso, houve contração das melhorias em seus postos de trabalho, seguido do aumento considerável do desemprego aberto. E, como afirma Pochmman (1999), os novos postos de trabalho apresentaram-se acentuadamente mais precários, seguidos do aumento da produtividade do trabalho e da redução do salário real médio.

O processo de reestruturação produtiva que ocorreu na economia brasileira provocou efeitos perversos no mercado de trabalho. A intensificação de jornadas de trabalho, ocasionado pelo pagamento de hora extra ao trabalhador, seguido do ajuste à demanda, reduziu seriamente as ocupações formais, cedendo espaço ao contrato temporário, ou em tempo parcial, ou, ainda, a subcontratação de trabalhadores. Assim, justifica-se a perda de barganha das instituições formais, devido à ausência do estado na regulamentação das relações trabalhistas, e pela perda de atuação da força sindical (SANTOS e MOREIRA, 2006; DEDECCA, 2003; ANTUNES, 2002).

Ainda, a política econômica nacional dos anos de 1990, inicialmente elencada pelo Governo Collor e aprofundada na gestão de Fernando Henrique Cardoso promoveu mudanças estruturais acentuadas no parque industrial brasileiro. A abertura dos mercados rompeu com a Política de Substituição das Importações vivenciadas pelo país desde os anos de 1930, e, conseqüentemente neutralizou parcialmente as ações da política desenvolvimentista nacional existente quando da implementação das barreiras tarifárias impostas para produtos semelhantes produzidos no mercado interno.

No início dos anos de 1990, a economia brasileira passou por uma série de transformações nas formas de produção que se repercutiu significativamente no mercado de trabalho. O processo de abertura econômica, implementado no Governo Fernando Collor, a partir da internacionalização da produção e da reestruturação da economia interna traçou novo percurso para a economia do país. “A reforma neoliberal [...] significou alterações substantivas na dinâmica da economia brasileira e, por conseguinte, na forma de ser do mercado de trabalho” (ALVES, 2009, p. 192)

A internacionalização da economia, com a entrada de capitais estrangeiros, modificou a estrutura produtiva nacional e promoveu alterações elevadas na economia brasileira. O mercado de trabalho que já se encontrava em forte ameaça vivenciada pela crise dos anos de 1980 teve ainda que adaptar-se a novos padrões de produção e estruturação elencada pela enxurrada de empresas transnacionais que passaram a atuar no Brasil.

Essa brutal abertura de mercados e a redução das tarifas de importação em um contexto de obsolescência do parque industrial brasileiro promoveram o fechamento de várias indústrias no país, e, até o segmento inteiro de cadeias produtivas que contavam com o apoio do Estado para sua atuação no mercado até então protegido (KON e COAN, 2004). Tais acontecimentos provocaram elevadas alterações nas estruturas produtivas nacionais que se configurou no fechamento de várias fábricas e no enxugamento de uma grande quantidade de indústrias que operavam sobre proteção do Estado.

Esse processo de reestruturação produtiva nacional deu início ao processo de inserção internacional da indústria brasileira. Porém, em um contexto de elevados danos tanto para a produção industrial doméstica quanto para o mercado de trabalho. A forma como as indústrias passaram a atuar no processo de produção, para garantir a competitividade interna e externa, foi responsável pela acentuada flexibilização nas formas de trabalho que se aprofundou no Brasil dos anos de 1990 (COSTA, 2003).

Assistiu-se, em âmbito interno, a redução de hierarquias nas fábricas, o elevado processo de terceirização da produção, com o objetivo de reduzir custos e transferir responsabilidades, e, os investimentos em tecnologia importadas como forma de aumentar a produtividade. Com tudo isso, vivenciou-se no mercado de trabalho nacional a demissão em massa, precarização dos contratos de trabalho, redução da atuação dos sindicatos e elevado aumento de formas de contratos de trabalhos precários, jamais vivenciadas em outras décadas na economia brasileira (COSTA, 2003).

Tudo isso ocorreu em um período de elevada instabilidade macroeconômica nacional, seguido ainda da flexibilização das relações de trabalho e da redução do poder de barganha

das instituições que defendiam os direitos trabalhistas no Brasil (POCHMMAN, 1999). Em âmbito nacional, foi desencadeada uma avalanche de privatizações de empresas públicas e um rápido processo de internacionalização da produção de empresas que eram genuinamente nacionais.

Com essas transformações no cenário econômico nacional seus desdobramentos no mundo do trabalho foram imediatos elencando demissão em massa e rápida polarização de outras formas de trabalho para os desempregados. O contrato de trabalho em tempo parcial e o ingresso de grande contingente de trabalhadores na informalidade foram constatados nos anos de 1990. Além disso, os baixos salários assistidos e os baixos índices de contratos para a força de trabalho com baixa qualificação foi se tornando constante no país (POCHMMAN, 1999; COSTA, 2003; DEDDECA, 2003; NEVES e PEDROSA, 2007).

Nessa onda de reconfiguração das formas de produção e do trabalho o país inseriu-se na economia externa tornando-se “competitivo”. Contudo, o custo da competição da produção brasileira no mercado externo foi extraordinariamente elevado para a mão-de-obra industrial que assistiu a redução de postos de trabalho e o surgimento de postos de trabalho precários que atingiram tanto a indústria quanto os setores relacionados do terciário nacional.

Conforme Neves e Pedrosa (2007), a reestruturação produtiva foi, de fato, responsável pelo novo perfil criado para as relações de trabalho. Foi visível o crescimento da flexibilização e o surgimento de novas formas de ocupação de postos de trabalho, anteriormente ocupados por trabalhadores formais assistidos pelas leis do trabalho, e, nessa década (1990), desprotegidos da legislação trabalhista e ao livre jogo do contratador e contratado.

Dedecca (2009) acrescenta que as mudanças que ocorreram com a globalização econômica e com a articulação dos mercados produtores reduziram significativamente o poder de controle do Estado sobre as relações de trabalho e reformularam o espaço de reprodução das atividades econômicas. Também lembrado por Neves e Pedrosa (2007), o local de trabalho deixou de ser somente a indústria e passou a ganhar espaço dentro dos próprios lares.

Observou-se também anterior a esse período e com maior representatividade a partir dele, a redução da participação da indústria na produção do país e o aumento do setor de serviços como dinamizador da economia nacional (KON, 1997). No que se refere ao emprego, o processo de terceirização da produção, como forma de reduzir custos, ocorreu acentuadamente em todos os setores. A desverticalização da produção, através da redução das plantas e da especialização produtiva, criou um novo emprego e exigiu um trabalhador com novo perfil.

A (re) localização de plantas indústrias foi visível no espaço nacional, sendo que estas ocorreram basicamente em setores tradicionais, em sua maioria, onde o parque industrial de tais atividades não mantinha padrão de produção compatível com o desenvolvido em outras economias. Isso se deu basicamente em setores intensivos em mão-de-obra que tiveram que concorrer via redução de custos. Nesse caso, o Nordeste do Brasil apresentou-se como espaço ideal para reprodução do capital desses setores, uma vez que, além de mão-de-obra barata e disciplinada, a região também oferecia incentivos fiscais para as indústrias que escolhessem em aqui se instalar.

O processo de reestruturação pelo qual passaram as atividades produtivas brasileiras, seguido da (re) localização espacial das plantas industriais, com propósitos de reduzir custos de produção, teve forte impacto no mercado de trabalho. Em regiões localizadas em consideráveis distâncias dos maiores centros econômicos do país, onde a oferta de empregos nos setores industriais já ocorria em menor quantidade, se comparada aos grandes centros, foi ainda mais notável. A dinâmica do emprego formal absorveu todos os impactos do pós-abertura econômica e, certamente, um novo trabalhador surgiu ao longo dos anos de 1990.

Nos grandes centros urbanos, as estruturas econômicas e sociais foram fortemente atingidas e as relações de trabalho foram acentuadamente afetadas. A oferta de mão-de-obra apresentou-se superior à demanda. Nesse caso, o processo de acumulação flexível proporcionou requisitos para que grande parte das atividades intensivas em força de trabalho, principalmente nos grandes centros nordestinos, contribuísse para a reprodução do capitalismo industrial. Além disso, a quantidade de oferta de trabalho superior à demanda, nos anos de 1990, nessa região, provocou redução acentuada do salário no produto da economia e elevada massa e trabalhadores desempregados.

Além dos problemas de ordem social enfrentados nos grandes centros urbanos, as novas relações de trabalho também impactaram trazendo sérias consequências ao trabalhador. No Nordeste, onde as organizações sindicais com poder de barganha são quase ausentes, os problemas no mercado de trabalho são muito mais intensos. As diferenças de salários para a mão-de-obra do Nordeste em relação a do Sudeste é bastante considerável, visto que os primeiros têm um percentual de rendimentos inferior ao dos segundos, mesmo atuando no mesmo cargo (ARRAES, QUEIROZ e ALVES, 2008).

1.6 contexto macroeconômico nacional e o mercado de trabalho nos anos 2000

Os primeiros anos da década de 2000 vieram marcados pelos desequilíbrios dos anos de 1990 e registraram desempenho tanto econômico quanto do mercado de trabalho semelhante ao observado na década anterior “No início da década ainda se vivencia incertezas. Houve alguma desaceleração da economia brasileira tanto em virtude de uma crise de energia elétrica que havia provocado racionamento no país quanto em relação a instabilidades externas, como a crise na Argentina e os atentados nos EUA” (REMY, QUEIROZ e SILVA FILHO, 2010, p. 4).

No cenário político nacional o ano de 2002 é marcado pelo fim do período de Governo FHC e pela vitória do Governo de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república. No contexto macroeconômico nacional tais acontecimentos promoveram incertezas na política econômica interna e inquietação no contexto econômico externo. Em âmbito interno, a execução de políticas monetárias e fiscais restritivas proporcionaram segurança no que concerne a contenção de ameaça de inflação. Em âmbito externo, a redução das importações e aumento das exportações funcionou como importante aquecedor do mercado de trabalho. Em 2002, o desempenho do mercado de trabalho foi superior ao observado em 2001, mesmo com o contexto político econômico vivenciado (REMY, QUEIROZ E SILVA FILHO, 2010).

Remy, Queiroz e Silva Filho (2010) destacam que esses resultados são consequências do panorama macroeconômico observado já em 2002, quando a balança comercial começou a apresentar saldo positivo indicando a melhora do quadro macroeconômico brasileiro e nova trajetória para os anos vindouros, mesmo que não se tenha observado, inicialmente, resultado positivo nos demais indicadores. Como atesta Bastos (2010),

[...] embora não se identifique uma trajetória muito nítida do mercado de trabalho do país até 2003, a partir de 2004 constata-se uma tendência mais clara de seus indicadores, no sentido de recuperação de níveis de ocupação, da criação de emprego formal e da redução da incidência do desemprego. Esta performance esteve inserida em um contexto macroeconômico de maior crescimento do produto, de recuperação gradativa dos investimentos e de incremento das exportações e do saldo da balança comercial do país (BASTOS, 2010, p. 1).

Porém, a partir de 2003, com o início dos primeiros sinais de recuperação econômica ainda no final do ano, o mercado de trabalho continuou a responder positivamente com a elevação do emprego formal, mesmo que em menor ritmo observado no ano anterior, em consequência da elevação da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB e da melhora do desempenho dos indicadores macroeconômicos acima citados (DEDECCA e ROSANDISKI, 2006).

Embora o ano de 2002 tenha registrado nova passagem no contexto político-econômico nacional, com a entrada do Governo de esquerda, o ano de 2003, primeiro ano do Governo Lula, percebeu-se no mercado de trabalho brasileiro a elevação das taxas de desemprego aberto, sobretudo nas regiões metropolitanas do país (BASTOS, 2010). Nesse ano, segundo Remy, Queiroz e Silva Filho (2010), foi registrada no mercado de trabalho formal do país a criação líquida de 645.433 novos postos de trabalho, 116.982 postos a menos que o observado no ano de 2002.

Porém, o aquecimento da demanda externa, através da elevação das exportações e do desempenho econômico favorável da economia internacional, proporcionou desempenho extraordinário do mercado de trabalho brasileiro e, no ano de 2004, registrou-se saldo de vagas de mais de 1,5 milhões de novos postos de trabalho formais no país. O ano de 2004 é apontado na literatura que versa sobre o mercado de trabalho, como o ano de elevado desempenho em todos os setores de atividade econômica nacional. Conforme afirma Bastos (2010), esse ano apresentou forte redução das taxas de desemprego aberto nas metrópoles brasileiras.

O crescimento econômico do país ocorreu, principalmente, pela elevação da demanda externa. Na compreensão de Cintra (2005), o ano de 2004 registra uma elevada recuperação da produção brasileira no mercado externo, dado, sobretudo, pela elevada exportação de commodities e de produtos manufaturados. Tal conjuntura permitiu a melhora no desempenho do mercado de trabalho brasileiro e o crescimento substantivo de novas contratações como já lembrado por Remy, Queiroz e Silva Filho (2010).

Conforme atesta Cintra (2005)

[...] Em 2004, a retomada do crescimento derrubou a taxa de desemprego da População Economicamente Ativa de 13,1% em abril para 9,6% em dezembro. Essa taxa voltou ao patamar de 10,0% no primeiro semestre de 2005, mas caiu para 9,4% entre junho e agosto e registrou 9,6% em setembro, com a entrada de novas pessoas no mercado de trabalho (CINTRA, 2005, p. 51-52)

No mercado de trabalho formal brasileiro os efeitos da dinâmica macroeconômica nacional tiveram menor impacto no ano de 2005, a criação de novos postos de trabalho, embora elevada, foi de 1.253.981, ou seja, 269.295 postos de trabalho a menos que o gerado no ano de 2004. Nesse caso, como já observado no mercado brasileiro, o setor de serviços liderou na criação de postos de trabalho (REMY, QUEIROZ e SILVA FILHO, 2010).

Entretanto, de acordo com Cintra (2005), os dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, atestaram, no ano de 2004, a precarização dos postos de trabalho criados nas regiões

metropolitanas brasileiras. O autor destaca que, no ano de 2004 se comparado a 2002, a precarização do trabalho mostrou-se mais acentuado, dado que, em 2002, foi registrado 2 milhões de pessoas contra 2,7 milhões em 2004, recebendo rendimentos inferior ao salário mínimo com jornada de trabalho de 40 horas semanais (CINTRA, 2005). Esse indicador revela a criação de novos postos de trabalho no Brasil, com maiores evidências de empregos precários.

Nesse sentido, observam-se as características de precarização dos postos de trabalho dos anos de 1990 nos anos 2000, como se fosse heranças da década neoliberal e esse modelo de mercado de trabalho fosse um norte para guiar a criação dos postos de trabalho brasileiro do século XXI à semelhança dos da última década do século XX. O que se vê, de fato, é a melhora nos indicadores macroeconômicos nacional em um processo de recuperação econômica em alta, nesse início de século. Contudo, mesmo com a elevação dos vínculos formais a remuneração dos postos de trabalho parece ter modelo consolidado na pior década para a força de trabalho brasileira (anos de 1990).

Embora tenha ocorrido uma recuperação no mercado de trabalho no que concerne à criação de vagas e à formalização do emprego, a retomada da atividade econômica não se refletiu num aumento médio do poder aquisitivo [...] os postos de trabalhos criados foram remunerados com salários mais baixos [...] mais pessoas de uma mesma família tiveram de procurar emprego na tentativa de compensar o recuo da renda do chefe do domicílio. Esse fenômeno ajuda a explicar o aumento dos sub-remunerados, uma vez que essas pessoas tendem a aceitar colocações que oferecem salários mais baixos e em muitas vezes em piores condições de trabalho (CINTRA, 2005, p. 52)

Assim, o mercado de trabalho dos anos 2000 segue a tendência observada nos anos de 1990, mesmo que a recuperação econômica a partir de 2004 tenha alavancado a geração de novas vagas e dinamizado o mercado de trabalho brasileiro. A retomada do crescimento e a demanda externa são responsáveis pelo bom desempenho, mesmo com as características dos postos de trabalho constatadas na literatura.

CAPÍTULO 2

2.1 O espaço metropolitano e as reconfigurações sociodemográficas.

As configurações produtivas impulsionadas pelo processo de globalização econômica promoveram modificações facilmente constatáveis no tecido metropolitano. Nos países de capitalismo tardio essas ações tiveram maior repercussão no espaço urbano, tanto econômicas quanto sociais. As cidades Latino Americanas passaram por transformações que moldaram novo perfil da cidade periférica. Essas acentuaram o domínio das ações do capital e da exclusão social existente deixando grande contingente populacional sem direito a cidadania.

A cidade foi cenário de reprodução das ações predatórias implementadas a partir da globalização produtiva. O espaço dual já existente desde as raízes históricas e culturais das metrópoles brasileiras foi acentuado de forma a aprofundar os problemas de exclusão. Com esses pressupostos, é pretensão deste capítulo, revisar a literatura acerca das metrópoles Latino Americanas e suas reconfigurações à luz da globalização produtiva, como também, nas metrópoles utilizadas para este estudo. Em seguida, verificar alguns resultados empíricos para as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador.

2.2 Dinâmica metropolitana na América latina

O processo de globalização econômica tem provocado uma série de transformações, não somente econômica, mas social, sobretudo, nos países em desenvolvimento. De acordo com De Mattos (2002), as cidades Latino Americanas têm passado por reconfigurações significativas, principalmente, no processo de reorganização social de seus territórios. As grandes cidades têm sido alvos de investimentos nos setores produtivos e em vários segmentos de atividades que apresentam perspectivas rentáveis. Tais alterações no espaço acarretam vultosas modificações e promovem um processo de urbanização fora do controle público. O resultado dessa urbanização dar-se-á, no entanto, sem o planejamento necessário e promovendo acentuada segregação social.

O mais grave problema que vem sendo observado com o intenso crescimento das cidades Latino Americanas está, sobretudo, no elevado ônus social. Esse crescimento urbano tem sido acompanhado por elevada participação da suburbanização, que se traduz na

reorganização social do contingente populacional que busca o urbano como espaço de criação de oportunidades. No entanto, com a expansão das atividades produtivas nesses espaços, seguido da desestruturação do mercado de trabalho, emergem os problemas de estruturação do espaço urbano e seus desdobramentos no tecido social.

Segundo De Mattos (2002), a expansão do capitalismo, através do processo de reestruturação da produção e da abertura de mercado, tem provocado uma série de inovações no processo de gestão pública. Observa-se elevada concentração do domínio econômico no setor privado e o setor público, conseqüentemente, reduz sua participação no desenvolvimento das cidades. O espaço ocupado pelas ações do sistema capitalista, em virtude da globalização, tem configurado o novo urbano dos países em desenvolvimento. O que ocorre, de fato, é a industrialização concentrada nos grandes centros e a expansão dos empregos precários.

Essa discussão se aprofunda quando se sabe que as transformações econômicas são os fatores responsáveis pelas transformações sociais. Destarte, a globalização econômica foi responsável pelas transformações do tecido metropolitano. Faz-se necessário mencionar que o capital privado ganhou espaço e domínio no contexto urbano, a partir da perda de participação do poder público no processo de gestão do espaço urbano. Dessa forma, ficaram evidentes as ações do capital privado como cerne do processo de segregação territorial do espaço urbano a partir de uma série de ações que sobrepuseram este ao domínio público.

De Mattos (2002) referencia algumas divergências entre os estudiosos das questões urbanas. Segundo o autor, alguns¹¹ acreditam que os problemas enfrentados pelas grandes cidades são de natureza endógena e que têm origens no interior do seu processo de formação. Assim, o processo de expansão de atividades econômicas não foi o motivo central para os problemas enfrentados pela expansão do espaço urbano, sendo que essa discussão do espaço de capital produtivo é datada com mais intensidade dentro do período fordista. Dessa forma, os problemas das metrópoles foram influenciados marginalmente pela globalização.

Em Marcuse e Van Kempen (2002), as transformações do tecido metropolitano são provenientes do processo da globalização. Acreditam ainda que esse ganha intensidade na medida em que esse espaço passa a adaptar-se às condições impostas por essas transformações. Em estudo realizado em metrópoles latino-americanas pelos autores acima citados, foi confirmada a forte tendência da reconfiguração do espaço urbano diante da globalização. Os autores acrescentam, ainda, que esse processo ocorreu em âmbito

¹¹ Ver De Mattos (2002)

econômico, social e cultural, colaborando, dessa forma, com as novas formas de organização do território e do urbano.

Esse processo de globalização econômica, segundo De Mattos (2002), não interfere nas modificações endógenas, uma vez que essas cidades sempre apresentaram características diferenciadas, com uma influência histórico-cultural que lhes são peculiares. Contudo, cabe acrescentar que a expansão da globalização também está presente em esfera cultural, que, em menor intensidade que a econômica, vai moldando o espaço urbano dos países periféricos. Embora haja diferenças significativas entre as metrópoles Latino Americanas, essas se pautam em pressupostos que influem e, de certa forma, convergem à semelhança entre esses espaços.

Embora se acredite que os fatores endógenos sejam responsáveis pela determinação da nova estrutura urbana, não se pode acreditar, tão somente, que tais fatores tenham poder suficiente para reconfigurar este espaço. Destarte, a globalização, em todos os seus aspectos, influencia significativamente na reconfiguração das cidades latino-americanas e em todas as unidades da periferia do capitalismo. De fato, as influências de centros dinâmicos perpassam os aspectos econômicos e vão além, quando passam a influenciar nas questões culturais e na estrutura social do território.

Diante do processo de transformações sócio-econômicas do espaço urbano, De Mattos (2002) propõe que essa reconfiguração do espaço urbano Latino Americano esteja centrada nas transformações das estruturas produtivas globais. Dessa forma, a cidade industrial fordista passa a ceder espaço para a cidade moldada no novo sistema de reprodução do capitalismo. Torna-se evidente as novas formas de propagação do capitalismo centrado no sistema flexível de acumulação e na expansão da terceirização ou economia dos serviços (KON, 1997; 1999; NEVES e PEDROSA, 2007).

Nesse processo de metropolização, surge a cidade composta pela estruturação econômica em sistema de rede no qual a microinformática passa a ocupar um amplo espaço no contexto urbano. A sociedade informacional de Cartells (2000) ganha espaço no mundo moldado pela globalização e as novas configurações do território se estruturam a partir de um sistema de integração em redes virtuais, que se desenvolvem em novas formas de relações sociais e se articulam em novos modos de produção capitalista. Esse novo sistema demanda novo perfil profissional, como também, altera a paisagem do novo meio urbano.

Com a dinâmica que assume o capital no novo urbano, novas formas de segregação socioeconômica são observadas nos grandes centros. Os efeitos no mercado de trabalho acabam perpassando o individual e atingindo o social. O trabalhador do novo sistema de produção capitalista é, em si, limitado às condições sociais que lhe são impostas. A

suburbanização dos espaços urbanos surge como consequência do sistema capitalista e suas configurações ao contexto social. O aumento da desigualdade social, da marginalização e do conflito social, decorre, em parte, da degradação que o trabalhador tem sofrido diante das novas formas de trabalho.

Na compreensão de Sassen (1991), o processo de atuação de sistema capitalista tem provocado reconfigurações no mercado do trabalho urbano. Por um lado, reproduz um trabalhador com elevado nível de qualificação e com alta capacidade de consumo. Por outro, apresenta uma mão-de-obra com baixa qualificação para o mercado de trabalho e sujeita à baixa remuneração e péssimas condições de trabalho. Dessa forma, o conflito no mesmo espaço social se acentua, sobretudo, pela capacidade do sistema capitalista de produção em reproduzir desigualdade.

Observa-se que o espaço reconfigurado pela tecnologia informacional tende a desestruturar o mercado de trabalho pautado em atividades produtivas com menor participação do trabalho e maior investimento em tecnologia. A mão-de-obra menos qualificada está mais exposta ao processo de seletividade no mercado de trabalho urbano. Posto isto, retoma-se a discussão anteriormente exposta e constata-se que a globalização tem promovido a desestruturação do espaço metropolitano, a partir da promoção da desigualdade que o sistema tem imposto no contexto da reestruturação do capital.

Assim, como interpreta Wilson (1998), a parte da força de trabalho mais vulnerável às mutações do capital acaba sendo aquela menos protegida a partir do não acesso às melhores condições de trabalho. Destarte, a precarização do emprego metropolitano causa, em sua essência, um problema de ordem social significativamente elevado. Os baixos salários possibilitam a suburbanização ou favelização dos grandes centros, à medida em que estes se tornam insuficientes para garantir condições mínimas de sobrevivência dessa classe.

De acordo com De Mattos (2002), a fragmentação e desestruturação do mercado de trabalho metropolitano, acaba por refletir nas condições sociais do território. Se há segregação e seletividade acentuada do mercado de trabalho, conseqüentemente esta se reproduzirá na estrutura social da respectiva metrópole. Assim, quanto mais acentuada for a desigualdade no mercado de trabalho¹², também o será no espaço urbano. Isso se reflete na crescente desigualdade, marginalização, favelização e exclusão de enorme contingente populacional que

¹² Diferenciais elevados na remuneração da força de trabalho promovem um hiato significativamente elevado entre os salários da administração empresarial, por exemplo, e os salários da mão-de-obra operante na produção. Isso corrobora para a diferenciação das classes sociais e aprofunda a desigualdade em todo o mundo (BACHA, 1978).

vive nas grandes cidades. Acrescenta o autor que esse fenômeno apresenta-se com maior evidência em metrópoles tomadas pelo processo de globalização.

As ações do sistema capitalista não se limitam ao espaço produtivo. A crescente atuação dos mercados de capitais imobiliários também é lembrada por De Mattos (2002). Para esse autor, essa dinâmica se intensifica em escala mundial e o espaço metropolitano é o cerne de atuação do capital especulativo imobiliário. Destaque-se que, este é, predominantemente, de empresas transnacionais atuantes em todo o mundo. Como as ações do setor estão, notadamente, voltadas para atender às necessidades de sujeitos com poder de consumo destacado, esse se torna, na verdade, em mais uma fonte de estratificação e exclusão social no contexto metropolitano.

Assim, as ações do capital imobiliário também influenciam diretamente na reestruturação do espaço metropolitano. Se o objetivo desse capital é a especulação, certamente seu cenário de atuação será aquele que lhe possibilite os melhores retornos. Destarte, a supervalorização do território metropolitano será mais uma ação do capitalismo contemporâneo no processo de segregação social dos grandes centros. Seguindo essa tendência, resta à mão-de-obra que auferir rendimentos à moda do modelo de acumulação flexível, habitar os subúrbios dos grandes centros urbanos, devido à falta de ações voltadas ao controle de atuação do capital imobiliário.

Para o perfil metropolitano vigente, a distância não se relaciona necessariamente com um problema para os capitais produtivos. A tecnologia da informação, comunicação, a expansão do transporte automotor nas grandes cidades, têm facilitado a locomoção das pessoas¹³, principalmente, daquelas que moram nos subúrbios e trabalham nos grandes centros industriais ou nos setores relacionados do terciário. Assim, o problema de buscar força de trabalho fora das grandes cidades foi resolvido para as companhias empresariais, uma vez que essa força de trabalho não dispõe de recursos suficientes para habitar melhor espaço, mas pode se locomover com certa facilidade para o ambiente de trabalho.

Através da globalização, a paisagem urbana se transforma. Por um lado, com o espaço destinado à reprodução e atuação do sistema capitalista, traduzida pelas ações das grandes empresas multinacionais atuando nos melhores espaços metropolitanos; e, por outro, o crescente aumento de complexos habitacionais em zonas de suburbanização, sem saneamento básico e com péssimas condições de acesso para os moradores. Assim, traduzem-se as ações

¹³ Porém, faz-se necessário acrescentar que o transporte urbano não é público e que tem um custo para o deslocamento da força de trabalho. Dessa forma, o transporte não se faz acessível para toda a mão-de-obra operante nos diversos segmentos da atividade econômica das grandes cidades.

da globalização como reprodutora de desigualdade social nos grandes centros da periferia do capitalismo (MEYER, 2000).

Toda a discussão aqui apresentada aponta para a reconfiguração do espaço urbano¹⁴ a partir da propagação da globalização. Dessa forma, as configurações do sistema capitalista de produção atuam diretamente no processo de organização social metropolitana. Assim, a favelização crescente nos grandes centros, a elevada desigualdade social, a segregação habitacional, a crescente onda de violência, são heranças de um sistema excludente e centralizador de poder. Destarte, a desestruturação do espaço urbano é, tão somente, herança da atuação predatória do sistema de acumulação capitalista que atua sobre as forças de mercado.

A ausência de regulamentações, a perda de participação do Estado no domínio econômico e a ideologia do liberalismo econômico têm colaborado para o crescente problema que desafia o crescimento metropolitano.

2.3 O processo de urbanização e expansão das metrópoles brasileiras

O processo de urbanização brasileira tem contrariado a perspectiva de desenvolvimento metropolitano. Segundo Maricato (2000), essa urbanização tem sido sistematizada de maneira que possa ultrapassar características históricas do Brasil arcaico. Contudo, a reprodução de desigualdade social é recriada em todos os seus aspectos. A evolução da dinâmica metropolitana brasileira tem sido palco de reprodução de desigualdade e concentração econômica, segundo os padrões de crescimento antes vivenciado na economia do país.

Com a dinâmica urbana brasileira, a partir da virada do século XIX para o XX, surgiu a demanda por novas estruturas nas maiores cidades, vinda, entre outros aspectos, da necessidade de ampliação de serviços de saneamento, até a reconfiguração de um espaço urbano capaz de responder aos novos modelos econômicos e de organização social que surgiam. Maricato (2000) destaca que o processo de urbanização no Brasil seguiu a tendência observada em toda a América Latina e mostrou-se intenso a partir da segunda metade do século XX. A partir daí, o processo migratório para os grandes centros, o êxodo rural elevado

¹⁴ Entende-se, aqui, o espaço urbano como a configuração no espaço físico das cidades a partir das divergências de classes sociais presentes no meio urbano, que se aprofundam com a nova dinâmica do trabalho que proporciona as mais elevadas disparidades nos salários e se configuram nas formas de moradias que se propagam no meio urbano brasileiro.

e a busca por melhores condições de vida na cidade provocaram o crescimento desordenado no espaço urbano brasileiro.

Nesse caso, não é suficiente a formação de aglomerados urbanos sem, no entanto, oferecer a infra-estrutura mínima para a população. O Estado, através de políticas sociais ou em parceria público-privada, passa a ser sujeito direto na formação estrutural do novo espaço urbano. A partir daí, a necessidade de trabalho, saúde, transporte, educação, água, energia envolve todo o contexto político-institucional no espaço urbano para atender uma demanda social (MARICATO, 2000).

Com o cenário econômico periférico existente nos países da América do Sul, certamente constatado no Brasil, muitos foram e são os gargalos existentes no processo de urbanização e desenvolvimento do contexto metropolitano. A concentração de pobreza, a favelização e os problemas sociais constatados por De Mattos (2002), persistem seriamente nas grandes cidades. Os problemas, principalmente de ordem social e econômicos, são antigos, contudo, mostraram-se mais acentuados a partir das últimas décadas do século XX, embora no final do século XIX já houvesse grandes aglomerados urbanos no país, (MARICATO, 2000).

Destaque-se, no entanto, que o processo de suburbanização dos grandes centros brasileiros foi inicialmente constatado, a partir do processo de urbanização das principais cidades do país, cidades essas localizadas no centro do domínio econômico nacional. Esse processo se acentuou, certamente, com as configurações econômicas na América Latina e com a emergência de um capital imobiliário existente no centro da reestruturação urbana dos países em desenvolvimento. A atuação do capital imobiliário se propagou de forma a reproduzir capital e excluir sujeitos. Foi nesse contexto que os trabalhadores, em sua maioria, tendo condições econômicas mínimas, passaram a habitar a periferia urbana à luz do modelo de desenvolvimento econômico mundial.

As ações do setor privado, reproduzidas pela atuação do capital imobiliário e a falta de ações do setor público, em especial, no que concerne à infra-estrutura dos espaços ocupados por população de baixa renda, contribuíram para acentuar as características das favelas existentes nas cidades brasileiras. Dessa forma, os investimentos em infra-estrutura estão mais para garantir a reprodução do sistema capitalista de produção, do que para assegurar o Estado de Bem-Estar. Assertiva facilmente constatada nas metrópoles brasileiras.

Analisando-se, do ponto de vista histórico, a formação metropolitana brasileira constata-se as raízes do problema da estrutura desse espaço urbano, entrelaçados ao forte poder concentrador das ações capitalistas. Nas cidades “industrializadas” no Brasil, sobretudo

dos anos de 1930 até os anos 1945 (final da Segunda Guerra), percebeu-se a forte concentração fundiária urbana e as ações do capital imobiliário, como forma de reproduzir-se dentro desses espaços. A concentração fundiária urbana que se propagou e ainda é fortemente constatada, nada mais é do que a herança cultural de uma urbanização pretérita existente no Brasil, o que não significa dizer que essas metrópoles não são modernas.

O exposto acima ratifica a forte estrutura concentradora de poder do capital, a partir da percepção das cidades dentro do mesmo espaço urbano. Destarte, não é só a divisão social do trabalho que reproduz as desigualdades nas cidades brasileiras, mas há uma estrutura rígida que não permite transformações de qualquer ordem e está estabelecida nas ações políticas e institucionais presentes neste país. No Brasil, o processo de concentração de terras, com sua privatização desde 1850, já demarcou estruturas sociais quase invioláveis pelas ações dos sujeitos. Essa concentração do patrimônio nada mais é do que a divisão e estratificação das classes¹⁵.

2.4 O espaço metropolitano e as configurações da divisão social do trabalho

Na compreensão de De Mattos (2002), a globalização econômica mundial contribuiu com a reconfiguração do espaço urbano, sobretudo, na periferia do capitalismo. A partir desse processo, observou-se uma estruturação desse espaço urbano para atender às novas configurações do mercado. Nessa visão, as cidades brasileiras de grande porte reestruturaram-se à luz da industrialização fordista e do aumento absoluto no número de consumidores, denominados assalariados industriais. Contudo, embora o período compreendido entre 1930 e 1980 tenha demonstrado elevado crescimento econômico, este não foi promovido com equidade e grande parte dos sujeitos do processo somente tinha renda suficiente para alimentação. Acrescenta-se, ainda, que, com a desestruturação do modelo fordista de produção, houve redução significativa nas condições de vida dos assalariados.

Oliveira (2004) destaca que diante das transformações vivenciadas no espaço urbano brasileiro, as ações do setor público têm voltado-se cada vez mais para suporte das atitudes predatórias de origem liberal. Assim, construir o espaço de reprodução do capital é fortificar, a partir dos pressupostos construídos de que criar empregos, através do estímulo ao capital privado, garante melhores condições econômico-sociais. Contudo, os estereótipos de que criar empregos resolve problemas de ordem social, acaba convencendo a população de que as ações públicas devem direcionar seus incentivos ao capital. Porém, tais atitudes acabam por

¹⁵ Pensamento disseminado na obra de Celso Furtado - Formação Econômica do Brasil.

promover e concentrar ações públicas em setores já fortemente beneficiados nos espaços urbanos nacionais.

Faria (1978) já interpretava a divisão internacional do trabalho como fator determinante para a ocupação do espaço urbano. À luz deste, a dinâmica migratória para os grandes centros em busca de trabalho se reproduz no processo de suburbanização já apresentado. Em um contexto de estrutura fundiária urbana concentrada nos grandes centros, sobretudo, em sua maioria a população de baixo rendimento não se apropria de espaços urbanos em áreas de melhor localização. As ações imobiliárias especulativas são dominantes no espaço urbano brasileiro. Assim, trabalhadores, em sua maioria, são levados a habitar espaços precários, inclusive favelas, nas grandes cidades do país.

A dinâmica econômica nos grandes centros brasileiros tem impulsionado a concentração populacional nas áreas metropolitanas. A busca por trabalho nas grandes cidades tem visivelmente contribuído para a proliferação de sistemas habitacionais nestes centros cada vez mais precários. O emprego existente aos moldes neoliberais contribui com a crescente favelização dos centros urbanos. Os baixos salários e a crescente quantidade de pessoas buscando trabalhar corroboram para a dinâmica do emprego funcionar, cada vez mais, como uma espécie de jogo entre oferta e demanda.

2.5 População Economicamente Ativa no mercado de trabalho urbano do Brasil e do Nordeste.

Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram a forma como cresceu a População Economicamente Ativa (PEA) urbana do país a partir de 1940. Nesse ano, segundo o IPEA, a PEA urbana brasileira somava 5.032.905 pessoas, compondo variação de 1.353,35% ao longo dos anos de 1940 a 2008. Esses números mostram elevada evolução no número de pessoas trabalhando ou dispostas a trabalhar nos centros urbanos do país. Contudo, cabe destacar que o nível de ocupantes do PEA efetivamente empregados, depende do nível de atividade econômica. No gráfico 1, observa-se que a taxa de crescimento da PEA ocorreu com maior intensidade nos períodos de melhor desempenho econômico, destacadamente do final da Segunda Guerra até o ano de 1980. A partir desse ano, observa-se redução da taxa de crescimento significativamente acentuada da PEA, que se aprofunda nos anos que seguem. Porém, é no fator demográfico que se encontra a maior explicação para tal fenômeno.

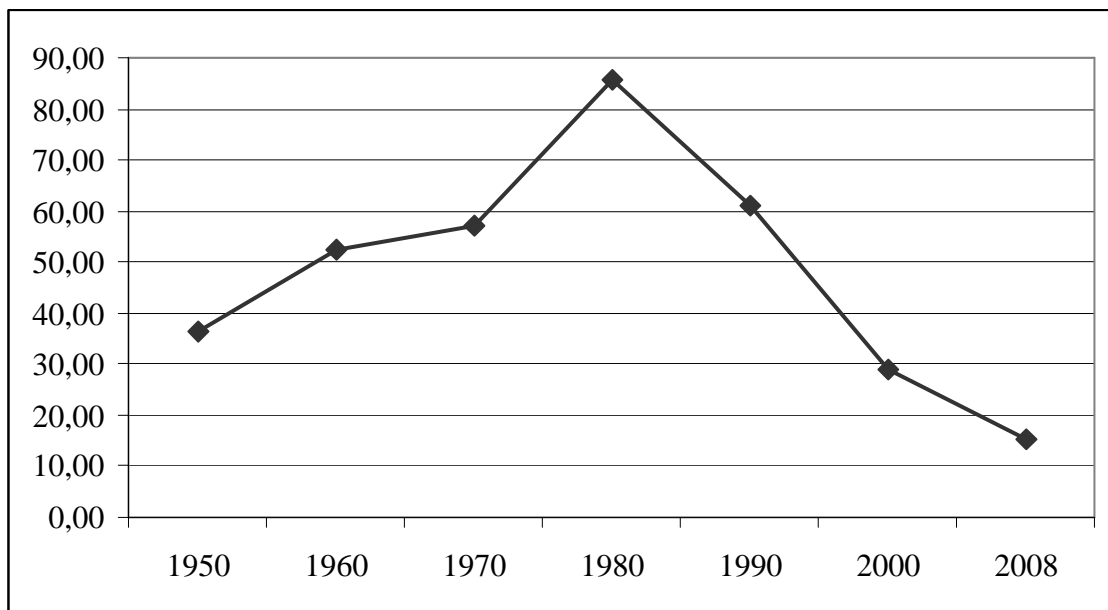


Gráfico – 1: Taxa de crescimento da PEA urbana no Brasil de 1940 a 2008. (1940 = ano base)

Fonte: IPEA, elaborado pelo autor.

Os dados mostram que de 1940 a 1950 o crescimento da PEA urbana brasileira foi de 36,39%. Destaca-se o maior período de crescimento na década de 1970, período de forte aquecimento da economia mundial e do crescimento industrial brasileiro que se completava, naquele ano, com o fim do Programa de Substituição de Importações (PSI). Período considerado por Pochmann *et al* (2004) como de crescimento da riqueza e da renda *per capita*, que foram multiplicadas por cinco, com taxa média de crescimento do PIB de 5,9% ao ano.

Os anos de 1990 a 2000 foram caracterizados pelo baixo crescimento econômico (CARNEIRO, 2002) e pela desestruturação acentuada no mercado de trabalho (POCHMANN, 1999; DEDECCA, 2003), dentre outros fatores. Nesse período, o crescimento da PEA urbana foi de somente 28,87%. No entanto, a menor taxa de crescimento observada foi entre os anos de 2000 e 2008 (15,34%), embora, a partir de 2003, a economia tenha começado a apresentar os primeiros sinais de recuperação, mesmo que pífios (DEDECCA e ROSANDISK, 2006). Esses resultados mostram de forma sucinta a dinâmica da PEA urbana brasileira no período de maior dinâmica industrial do país, até os anos mais recentes, que vão de 1940 a 2008.

Analisando o período de 2001 a 2008, recorte temporal para a análise empírica deste estudo, as taxas de crescimento da PEA no Brasil mostram oscilações que parecem acompanhar o desempenho da economia. Nesse recorte, destaca-se o ano de 2003, como o que apresentou maior taxa de crescimento observada (3,81%), como já citado, nesse período de

notável melhora no desempenho da economia brasileira e de leve recuperação no mercado de trabalho do país (DEDECCA e ROSANDISKI, 2006; SILVA FILHO e QUEIROZ, 2010c), sendo que essa melhora reduz para 1,74% em 2004. Nos anos seguintes, 2005, 2006 e 2007, a taxa de crescimento da PEA foi de somente 0,55%, enquanto no ano de 2008, a taxa foi significativamente elevada, registrando-se um desempenho de 3,08%.

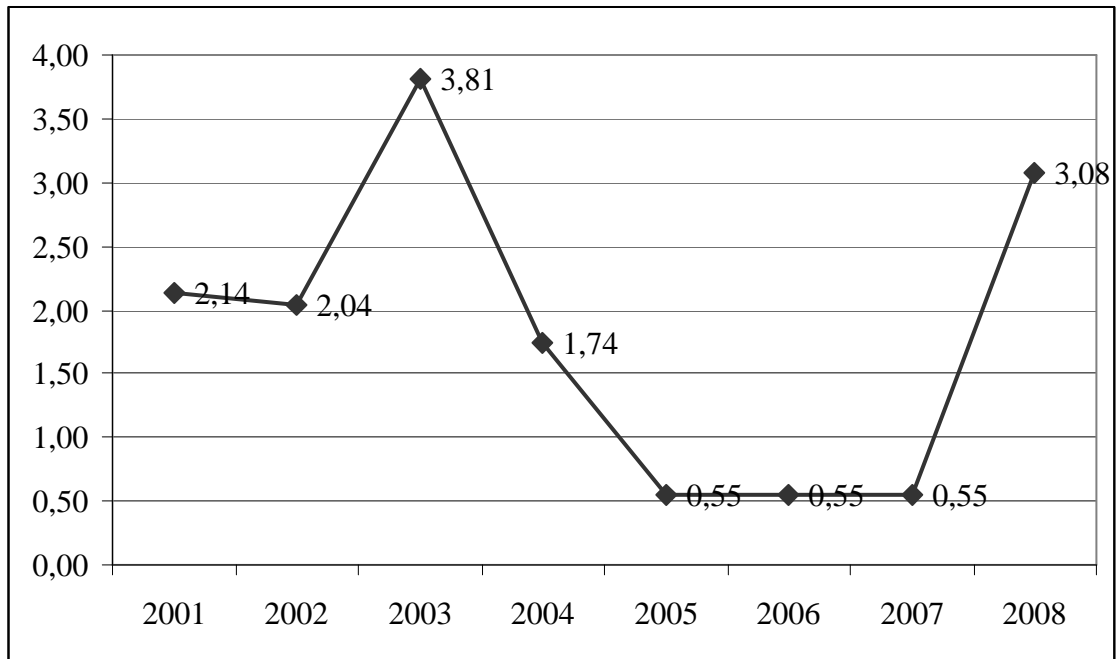


Gráfico – 2: Taxa de crescimento da PEA no Brasil de 2001-2008. (2000 = ano base)

Fonte: IPEA, elaborado pelo autor.

Dessa forma, com a PEA crescendo anualmente de forma ainda significativa, faz-se necessário que a oferta de trabalho cresça em maior proporção para reduzir o desemprego. Nesse caso, a população efetivamente ocupada necessita ser a maior possível para que se registrem taxas de desemprego reduzidas e se promova melhores oportunidades para a população. Com a PEA crescendo a cada ano, embora de forma modesta, choques adversos que provoquem desemprego contribuem para acentuar os problemas de ordem social e econômica já existente nas cidades.

Tendo três Regiões Metropolitanas (RMs) nordestinas (Fortaleza, Recife e Salvador) como objeto deste estudo, torna-se pertinente, neste momento, observar o perfil da PEA dessas RMs, a fim de que se possa avaliar o crescimento e se fazer uma melhor inferência do desempenho no mercado de trabalho no período compreendido entre 2001 e 2008. Embora a PEA não seja um indicador de ocupação, fornece um suporte para acompanhar as pessoas que estão efetivamente trabalhando ou que estão à procura de trabalho na semana de referência da pesquisa.

No gráfico 3, observam-se variações significativas no crescimento percentual da PEA nas três RMs, tendo como ano base 2001. No ano de 2002, embora a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) tenha apresentado a maior taxa de crescimento da População em Idade Ativa (PIA), conforme o gráfico 4, essa região registrou a menor taxa de crescimento da PEA entre as três RMs (3,49%). A Região Metropolitana do Recife (RMR), por sua vez, apresentou taxa de crescimento de 5,29%, resultado inferior ao observado na Região Metropolitana de Salvador (RMS), que foi de 6,67%. Destaque-se que as duas últimas RMs apresentaram taxas de crescimento da PIA bem inferior ao da PEA (ver gráficos 3 e 4). No ano de 2003, as três RMs apresentaram taxas de crescimento da PEA inferiores a um ponto percentual, não sendo acompanhadas pela mesma dinâmica observada para a PEA urbana brasileira (ver gráfico 2), sendo que a RMR apresentou crescimento negativo (-1,37%), enquanto a RMF cresceu a somente 0,95%; e, a RMS, 0,40%.

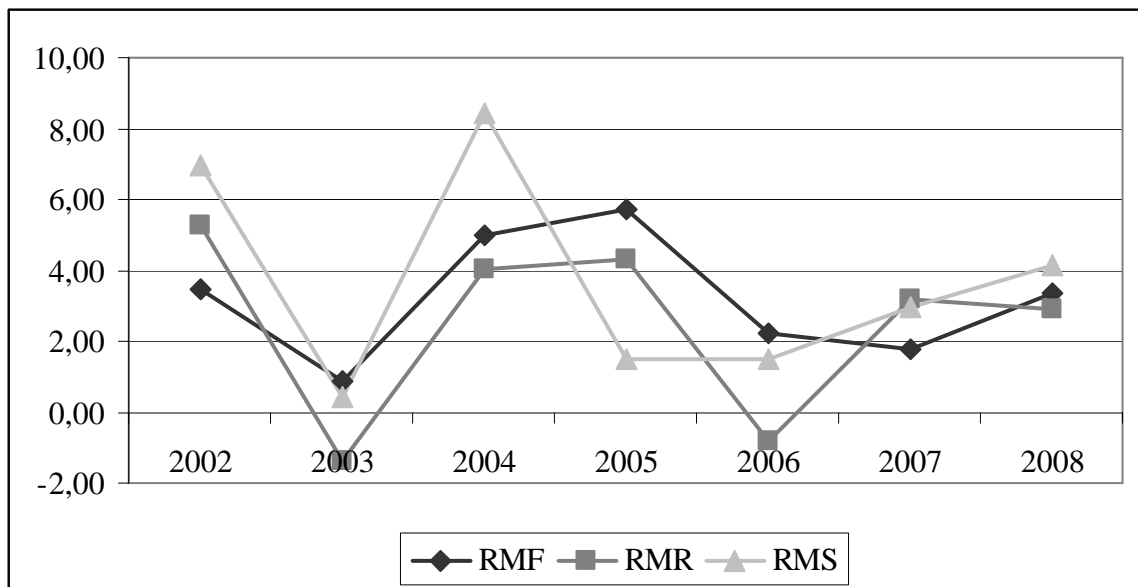


Gráfico 3: Taxa de crescimento da PEA nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador, 2002-2008. (2001 = ano base)

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE, elaborado pelo autor.

Na visualização do Gráfico 3, é possível perceber a forma como variou o crescimento da PEA nas RMs. Cabe destacar que a maior taxa de crescimento para a RMF foi registrada em 2005 (5,71%) e, no ano de 2008, registrou-se crescimento de 3,34%. Já a RMR, por sua vez, registrou crescimento negativo em dois anos no período observado e no ano de 2008 registrou crescimento de 2,88%. Para a RMS, a maior taxa de crescimento da PEA foi constatada no ano de 2004 (8,44%), um ano após a economia brasileira mostrar os primeiros sinais de uma leve recuperação depois de anos de baixo crescimento, sendo que, no último ano observado neste estudo, a taxa de crescimento foi de 4,12%.

Observam-se os perfis demográficos das RMs em Fortaleza, Recife e Salvador a fim de que se possa avaliar o crescimento populacional dessa área de estudo, utilizando-se aqui, a PIA como indicador. Conforme o gráfico 4, tendo o ano de 2001 como base, percebe-se perfil de crescimento diferenciado da PIA entre as três áreas metropolitanas. No ano de 2002, a RMF apresentou taxa de crescimento elevada (4,24%), o que a diferenciou das outras duas RMs. A RMR, por sua vez, cresceu a uma taxa de 2,53% e a RMS, com crescimento de 2,67%, ficou um pouco superior àquela. Contudo, constataram-se taxas de crescimentos próximas entre as duas RMs.

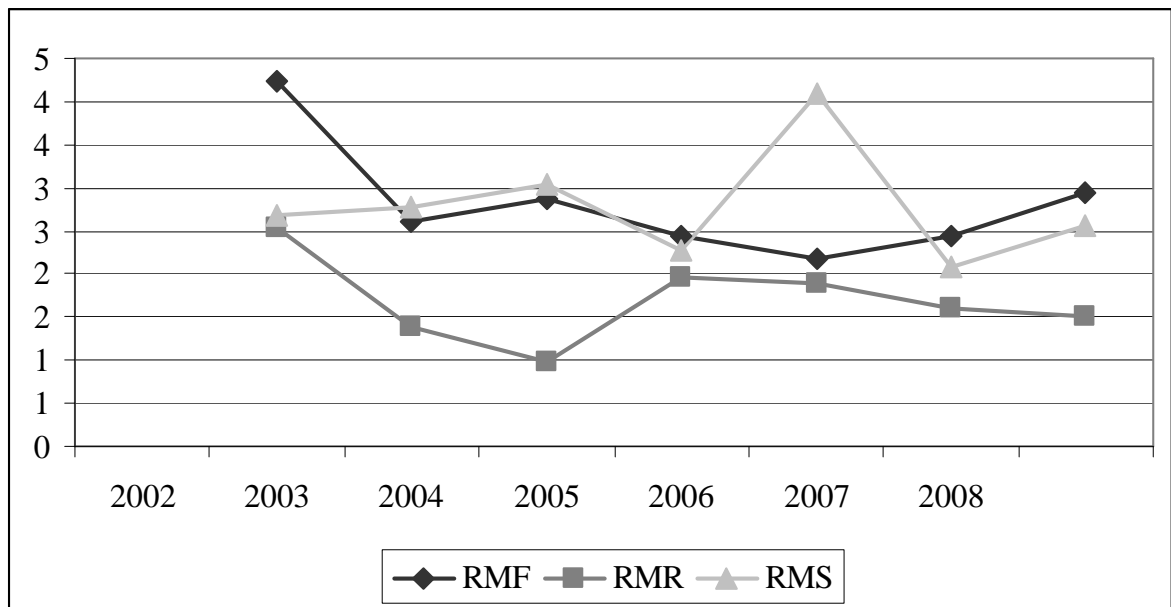


Gráfico 4: Taxa de crescimento da PIA nas regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador, 2002-2008. (2001 = 100%)

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE, elaborado pelo autor

A partir de 2003, a taxa de crescimento da PIA na RMF ficou entre 2,24% naquele ano e 2,95% no ano de 2008. A RMR apresentou a menor taxa de crescimento nos anos aqui investigados. Essa RM chegou a crescer a menos de um ponto percentual no ano de 2004 (0,98%), tendo registrado sua maior taxa de crescimento a partir de 2003, no ano de 2005 (1,97%), e, no ano de 2008, registrou crescimento de apenas 1,51%. A RMS, por sua vez, apresentou variação mais acentuada nesse período, tendo sua maior taxa de crescimento da PIA registrada no ano de 2006 (4,10%), e, posteriormente, no ano de 2007, registrou a menor taxa de crescimento da série (2,09%), enquanto no ano de 2008, a RMS registrou crescimento de 2,56%. Essas pequenas oscilações na taxa de crescimento da PIA dessas regiões metropolitanas apontam para a tendência observada nacionalmente em relação à redução da fecundidade dada, sobretudo, pela necessidade de ingresso da mulher no mercado de trabalho ou das ações públicas no controle da natalidade no país.

2.6 Caracterização sociodemográfica das RMs de Fortaleza, Recife e Salvador – 2001-2008.

O item 2.6 deste capítulo tem como objetivo principal fazer uma descrição sociodemográfica das três grandes regiões metropolitanas do Nordeste. O recorte temporal são os anos de 2001 a 2008. Durante os anos analisados, busca-se fazer uma descrição a partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa dos dados. Utiliza-se, para fins dessa análise, a PIA, segundo o sexo, cor ou raça, faixa de idade, anos de escolaridade, percentual de pessoas ocupadas por faixa de rendimento e rendimento médio da população ocupada. A partir dessas informações, faz-se uma análise preliminar dos aspectos sociodemográficos das RMs, a fim de que se possa, posteriormente, investigar as particularidades do mercado de trabalho de cada RM.

Os dados da Tabela 1 apresentam a evolução demográfica da população metropolitana das três RMs do Nordeste alvos deste estudo, entre 2001 e 2008. Para essas, em todos os anos observados, há predominância de pessoas do sexo feminino com 10 anos ou mais de idade. Em 2001, 45,7% da população da grande Fortaleza, era do sexo masculino contra 54,3% do sexo oposto. A RM de Recife apresentava estrutura demográfica semelhante, com 46,7% da população do sexo masculino e 53,3% do sexo feminino. A RM de Salvador, por sua vez, apresentou participação semelhante à observada na RMR, e, no mesmo ano, registrou-se 46,6% de sua população de sexo masculino contra 53,4% do sexo oposto. Segundo estudos realizados por demógrafos, uma das explicações pode ser o fato da criminalidade violenta afetar mais a população do sexo masculino, sobretudo, aqueles com idade entre 10 e 29 anos.

Tabela 1: Pessoas de 10 anos e mais de idade por sexo segundo ano de referência (2001-2008) e Região Metropolitana

Ano	RMF				RMR				RMS			
	Sexo											
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	1.123.081	45,7	1.334.220	54,3	1.317.356	46,7	1.506.064	53,3	1.219.200	46,6	1.396.561	53,4
2002	1.177.959	46,0	1.383.548	54,0	1.340.108	46,3	1.554.667	53,7	1.247.475	46,4	1.438.241	53,6
2003	1.244.613	47,4	1.383.650	52,6	1.363.815	46,5	1.571.282	53,5	1.301.090	47,1	1.458.936	52,9
2004	1.248.367	46,2	1.455.427	53,8	1.360.454	45,9	1.603.448	54,1	1.321.346	46,5	1.522.597	53,5
2005	1.296.038	46,8	1.473.715	53,2	1.388.966	46,0	1.633.404	54,0	1.369.148	47,1	1.539.506	52,9
2006	1.329.515	47,0	1.500.889	53,0	1.421.283	46,2	1.657.940	53,8	1.396.656	46,1	1.631.373	53,9
2007	1.349.343	46,5	1.550.409	53,5	1.439.604	46,0	1.689.367	54,0	1.447.563	46,8	1.643.795	53,2
2008	1.391.543	46,6	1.593.679	53,4	1.469.782	46,3	1.706.490	53,7	1.472.702	46,5	1.697.758	53,5

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Em 2003, a RMF registrou a maior participação percentual de pessoas do sexo masculino (47,4%), assim como na RMS, com 47,1%, sendo esse resultado repetido no ano de 2005. Na RMR, o maior percentual de pessoas do sexo masculino foi registrado em 2007, entre os anos analisados neste trabalho. Fica evidente, nas três RMs, o maior número de pessoas do sexo feminino em todos os anos dessa série temporal. Isso porque, em nenhum dos anos, nenhuma das RMs registrou percentual de pessoa do sexo masculino correspondente, sequer, a 48% de sua população, o que pode ser justificado pela elevada taxa de homicídios da população jovem do sexo masculino.

No ano de 2008, último dessa série, a RMF registrou 46,6% de sua população do sexo masculino contra 53,4% do sexo feminino. Se comparado a 2001, observa-se aumento da participação da população masculina nessa RM, embora seja um aumento pífio. Por sua vez, na RMR, houve uma leve redução da participação dos homens na população e foram registrados somente 46,6% de pessoas do sexo masculino contra 53,7% do sexo feminino, evidenciando uma maior participação das mulheres, quando comparado esse ano ao de 2008. A RMS também teve dinâmica semelhante a da RMR. Nesse caso, houve aumento da participação feminina no total das pessoas habitantes na RMS. Em 2001, as mulheres eram 53,4% da população, elevando-se levemente para 53,5% em 2008, enquanto os homens passaram de 46,6% naquele ano para 46,5% nesse.

Na Tabela 2, os dados apresentados são referentes às pessoas com 10 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo o ano de referência e à RM. No ano de 2001, a RMF apresentou o maior percentual de pessoas que se declararam brancas entre as metrópoles estudadas (40,4%). Na RMR, os dados mostram que 38,9% de sua população declarou-se branca, contra 61,1% que se declarou não branca. Na RMS, os resultados são significativamente diferenciados daqueles observados nas outras RMs, sendo registradas, em 2001, 18,1% de pessoas que se declararam brancas contra 81,9% que se declararam não brancas.

No ano de 2002, foi reduzida a participação percentual daqueles que se declararam brancos na RMF para 34% contra 66% dessa população que se declarou não branca. Na RMR, o movimento foi contrário e, no mesmo ano, registrou-se participação percentual de 40,6% da população branca e, conseqüentemente, redução percentual da população não branca para 59,4%. A RMS seguiu a dinâmica observada na RMR e registrou, por sua vez, 19,4% da sua população branca contra 80,6% que se declarou não branca. Cabe acrescentar que, na RMF, o maior percentual de participação da população branca foi registrado no ano de

2001 (40,6%) e, na RMR, no ano de 2002 (40,6%), enquanto na RMS foram constatados, nos anos de 2002 e 2003, um percentual de 19,4%.

Tabela 2: Pessoas de 10 anos e mais de idade por cor ou raça segundo o ano de referência (2001-2008) e Região Metropolitana

Ano	RMF				RMR				RMS			
	Cor ou raça											
	Branco		Não Branco ¹		Branco		Não Branco ¹		Branco		Não Branco ¹	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	989.160	40,4	1.460.262	59,6	1.095.462	38,9	1.721.753	61,1	470.483	18,1	2.129.942	81,9
2002	868.596	34,0	1.684.756	66,0	1.166.922	40,6	1.707.377	59,4	514.426	19,4	2.140.301	80,6
2003	898.553	34,4	1.715.432	65,6	1.093.278	37,6	1.812.265	62,4	530.656	19,4	2.206.101	80,6
2004	983.779	36,6	1.705.883	63,4	1.020.144	34,5	1.933.499	65,5	474.439	16,8	2.345.439	83,2
2005	974.435	35,3	1.783.070	64,7	1.056.133	35,2	1.941.692	64,8	537.085	18,6	2.349.377	81,4
2006	969.745	34,5	1.837.305	65,5	1.107.389	36,2	1.951.772	63,8	469.695	15,7	2.525.353	84,3
2007	999.591	34,6	1.888.097	65,4	1.203.081	38,6	1.912.412	61,4	514.105	16,8	2.548.197	83,2
2008	982.199	33,2	1.972.734	66,8	1.231.773	39,1	1.921.087	60,9	506.893	16,1	2.643.682	83,9

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Nota 1: Não branco corresponde à pretos e pardos.

Em todos os anos, a partir de 2002, foram registradas pequenas oscilações percentuais em todas as RMs observadas. Contudo, a RMF apresentou maior variação, uma vez que, em 2007, foram registrados percentuais de 34,4% da população que se declarou branca contra 65,4% não branca, havendo, em 2008, redução para 33,2% da participação percentual da população branca nessa RM e aumento da participação percentual dos não brancos para 66,8%. A RMR registrou em 2008 39,1% de sua população branca contra 60,9% não branca, sendo que essa RM, diferentemente da RMF, aumentou, embora levemente, a participação de pessoas brancas, se comparado 2001, cujo percentual foi de 38,9%, a 2008, com 39,1%. Os não brancos, por sua vez, tinham representação de 60,9% da população da RMR em 2008. A RMS, nesse item, reduziu a participação percentual dos brancos para 16,1% em 2008 e elevou a participação percentual dos não brancos para 83,9% no mesmo ano.

Na Tabela 3, tem-se o percentual de pessoas com 10 anos ou mais de idade por faixa etária, segundo o ano de referência e à RM. Para aqueles com idade entre 10 a 14 anos, observou-se, em todos os anos, maiores percentuais concentrados na RMF, que registrou 12,9% em 2001 e 11,4% em 2008. Na RMR, os dados revelam percentuais inferiores ao observado na RMF, sendo registrados 11,7% no primeiro (2001) e 10,3% no segundo ano (2008). A RMS, por sua vez, registrou 11% em 2001 e 10% em 2008. Assim, todas as RMs reduziram a participação percentual de pessoas nessa faixa etária ao longo dos anos. O que pode ser justificado pela redução da taxa de fecundidade ocasionada, principalmente, pela

necessidade das mulheres ingressarem no mercado de trabalho, fenômeno esse constatados nos anos recentes.

Para a faixa de 15 a 24 anos, os dados mostram que em 2001, a RMF detinha 25,8% de sua população, a RMR, 24,6%; e, a RMS, 27,8%. Destaque-se que, a partir de 2004, as três RMs estudadas apresentaram redução percentual da participação de pessoas com essa faixa de idade. Nas RMs de Recife e Salvador, a redução contínua foi observada a partir de 2003. No ano de 2008, os percentuais de pessoas na faixa de idade entre 15 e 24 anos eram de 23,7%, 20,8% e 22,5%, nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente. Essa redução aponta para um contexto de redução gradativa da fecundidade nessas RMs, ao longo dos anos.

Para as pessoas com idade entre 25 a 39 anos, os dados registrados revelam diferenças no comportamento entre as metrópoles. Em 2001, 31,9% da população da RMF tinha idade entre o intervalo citado, sendo que em 2008, foram registrados percentuais de 28,2%, apresentando redução de 2,8%. A RMR registrou 29,6% em 2001 e 29,4% em 2008, apresentando apenas leve redução quando comparado os dois extremos da análise. Nessa RM, o maior percentual foi registrado no ano de 2007 (30,2%). A RMS, por sua vez, apresentou movimento contrário ao das duas RMs citadas, registrando, em 2007, 30,4% de sua população com idade entre 25 a 39 anos, e, em 2008, 37,2%. Destaque-se que, a partir de 2002, a RMS aumenta a participação percentual de pessoas nessa faixa etária, chegando a registrar 32,4% no ano de 2005.

Tabela 3: Pessoas de 10 anos e mais de idade por faixa de idade segundo o ano de referência (2001-2008) e Região Metropolitana

Faixa de Idade															
Anos	De 10 a 14			De 15 a 24			De 25 a 39			De 40 a 59			60 anos ou mais		
	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS
2001	12,9	11,7	11,0	25,8	24,6	27,8	31,0	29,6	30,4	21,4	24,1	22,6	8,8	10,0	8,3
2002	12,5	10,8	10,7	26,4	24,2	27,2	29,0	29,7	30,4	22,5	24,4	23,4	9,6	10,9	8,3
2003	12,1	10,6	10,8	26,1	24,3	26,7	29,7	29,6	31,2	22,4	24,8	23,3	9,6	10,6	7,9
2004	11,8	10,8	10,7	26,3	23,4	25,3	28,9	29,8	31,4	23,2	25,4	24,1	9,9	10,5	8,5
2005	12,2	10,7	10,6	24,8	23,3	24,4	29,2	29,3	32,4	23,9	26,2	24,5	9,9	10,5	8,2
2006	12,2	10,6	10,4	24,4	21,9	23,5	29,9	29,9	31,9	24,0	26,5	25,5	9,6	11,1	8,6
2007	12,0	10,2	10,2	23,9	21,0	22,9	29,1	30,2	31,5	24,4	26,9	26,8	10,7	11,7	8,6
2008	11,4	10,3	10,0	23,7	20,8	22,5	28,2	29,4	31,2	26,0	27,5	26,8	10,8	12,0	9,6

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Na faixa de idade entre 40 e 59 anos, os dados mostram aumento da participação percentual nas três RMs estudadas. Em 2001, a RM que registrou maior percentual de pessoas nessa faixa foi a RMR, com 24,1%, seguida da RMS, com 22,6%, e, a RMF, com um

percentual de 21,4%. Destaque-se que a RMR apresentou aumento contínuo da participação percentual de pessoas dentro dessa faixa etária, de 2001 a 2008 (ver Tabela 3). As RMs de Fortaleza e Salvador apresentam uma leve ruptura em 2003, o que não as impediu de registrar aumento contínuo a partir desse ano. No último ano aqui observado, 2008, a RMR continuou com o maior percentual de pessoas com idade entre 40 e 49 anos (27,5%), sendo seu aumento de 3,4%. A RMF, que registrou o menor percentual, com 26%, apresentou crescimento de 4,6%, sendo esse superior ao observado entre as três RMs, uma vez que a RMS apresentou crescimento de 4,2%, embora tenha registrado 26,8% de sua população nessa faixa de idade.

Para a população com 60 anos ou mais de idade, os resultados mostram elevação da sua participação percentual nas três RMs, demonstrando que a população brasileira está envelhecendo. A menor participação percentual em todos os anos foi observada na RMS, embora essa RM tenha registrado 8,3% em 2001 e 9,6% em 2008, com crescimento de 1,3 pontos percentuais nesses anos. A RMF, que registrou 8,8% de sua população com 60 anos ou mais de idade em 2001, eleva-se para 10,8% em 2008, com aumento de 2 pontos percentuais. A RMR, por sua vez, apresentou a maior participação percentual de pessoas com a faixa de idade citada, passando de 10% em 2001 para 12% em 2008. O aumento foi de 2%, resultado semelhante ao observado na RMF.

Os anos de estudo da população brasileira têm denunciado um problema de curto e médio prazo que desafia as políticas públicas nacionais voltadas ao combate desse problema. No Nordeste isso evidencia maior diferenciação entre as demais regiões, sobretudo em relação ao Sudeste, em que o percentual de ocupados tem escolaridade superior ao dos ocupados daquela região (ARRAES, QUEIROZ e ALVES, 2008). Os programas de combate ao analfabetismo, promovidos pelos governos das três instâncias (Federal, Estadual e Municipal), têm reduzido parcialmente as taxas de analfabetismo, mas não têm sido suficientes para sanar o problema estrutural que persiste no país. Em estudos realizados por Fogaça (1998), já se evidenciavam o baixo nível de escolaridade da população brasileira nos anos de 1990. Porém, ainda persistem, nos primeiros anos do século XXI, principalmente em regiões mais pobres do país, elevados percentuais daqueles com menos de 10 anos de estudo.

Os dados da Tabela 4 mostram o percentual de pessoas com 10 anos ou mais de idade e por faixa de escolaridade segundo o ano de referência nas RMs investigadas. Os dados da PNAD mostram que os percentuais de pessoas com até 4 anos de estudo, em 2001, eram de 37,8% na RMF, 36,8% na RMR, e, 30,6% na RMS, o que se configura em percentual elevado nas três metrópoles, embora mais acentuado para a RMF e RMR. Nessas, mais de um terço das pessoas com 10 anos ou mais de idade estavam entre a faixa de escolaridade citada e, na

RMS, aproximadamente, um terço estava nas mesmas condições, o que representa um número elevado de pessoas analfabetas ou próximas a esse estágio.

No intervalo entre 5 e 8 anos de estudo, foram registrados 32% na RMF em 2001, contra 29,3% na RMR e 31% na RMS. Para a primeira, houve redução de quatro pontos percentuais, tendo registrado, em 2008, 28% de sua população com idade de 10 anos ou mais, com escolaridade entre 5 e 8 anos. Para a RMR, que também reduziu a participação percentual daqueles com o nível de escolaridade citada, registrou-se, em 2008, 27,4% das pessoas com a escolaridade acima. Nessa RM, a redução foi de apenas 1,9%. A RMS, por sua vez, apresentou 26,4% de sua população entre 5 a 8 anos de estudo no ano de 2008. Ressalte-se que essa RM apresentou o menor percentual entre as RMs pesquisadas, como também, apresentou a maior redução percentual entre os anos observados, sendo essa de 4,6%.

Tabela 4: Pessoas de 10 anos e mais de idade por faixa de escolaridade segundo o ano de referência (2001-2008) e Região Metropolitana

Ano	Faixa de Escolaridade (em anos)											
	De 0 a 4			De 5 a 8			De 9 a 11			12 para cima		
	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS
2001	37,8	36,8	30,6	32,0	29,3	31,0	22,4	24,8	30,2	7,8	9,1	8,2
2002	35,7	34,9	29,3	31,7	29,9	30,6	24,6	25,7	31,1	8,0	9,5	9,0
2003	35,2	34,0	29,4	30,8	29,5	28,8	25,7	27,4	33,3	8,3	9,1	8,5
2004	34,5	32,5	28,0	29,2	29,0	29,0	27,0	28,3	33,9	9,4	10,2	9,1
2005	32,7	31,0	26,7	30,3	29,1	28,5	28,1	29,4	35,0	8,9	10,5	9,7
2006	29,6	30,2	24,8	30,5	28,6	27,4	30,4	30,5	36,9	9,4	10,7	11,0
2007	30,6	29,0	24,9	29,2	28,2	26,2	30,5	32,0	36,9	9,7	10,8	12,0
2008	28,7	28,1	23,1	28,0	27,4	26,4	31,9	33,1	38,5	11,4	11,4	12,1

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Para a população com dez anos ou mais de idade e escolaridade entre 9 a 11 anos, os dados apresentam movimento contrário ao das duas faixas anteriores. De 2001 a 2008, as três RMs apresentaram movimento ascendente. Em 2001, 22,4% da população da RMF tinha entre 9 e 11 anos de estudo. Em 2008, esse percentual eleva-se para 31,9%, apresentando aumento de 9,5 pontos percentuais. A RMR, que apresentou 24,8% em 2001, registra 33,1% em 2008, obtendo aumento de 8,3 pontos percentuais no período em análise. A RMS, por sua vez, passa de 30,2% em 2001 para 38,5% em 2008, com aumento de 8,3 pontos percentuais, igual ao da RMR e inferior ao crescimento observado na RMF.

Em relação à população com escolaridade de 12 anos de estudo ou mais, os dados mostram que houve aumento percentual nas três RMs. Contudo, ainda há um percentual baixo de pessoas com escolaridade nessa faixa. Em 2001, registra-se 7,8% e eleva-se para 11,4%,

em 2008, havendo aumento de 3,6 pontos percentuais na RMF. A RMR, que apresentou percentual superior à RMF em 2001, com 9,1%, registra em 2008, percentual igualmente ao observado na RMF, alcançando 11,4%, porém, com crescimento menor ao dessa RM, que obteve 2,3 pontos percentuais. A RMS, por sua vez, sai de 8,2 pontos percentuais em 2001, percentual inferior ao observado na RMR, e passa para 12,1% em 2008. Nesse caso, essa RM apresentou aumento de 3,9 pontos percentuais em sua população com escolaridade de 12 anos ou mais de estudo, um crescimento superior ao constatado na RMF e na RMR, no mesmo período.

Nas metrópoles do Nordeste, os baixos percentuais de ocupados com escolaridade acima de 12 anos de estudo denunciam um problema de ordem socioeconômica grave. Embora tenha ocorrido aumento no percentual de pessoas com escolaridade acima de 12 anos de estudo, ainda menos de 15% da população, nos primeiros anos do século XXI, chegaram a ingressar no ensino superior, uma vez que mais de 12 anos de estudo significa que esses têm o ensino médio completo, mas não garante que tenham ensino superior. A melhora no nível de escolaridade dos ocupados no Nordeste tem sido observada em vários estudos (SANTOS e MOREIRA, 2006; ARRAES, QUEIROZ e ALVES, 2008; SILVA FILHO e QUEIROZ, 2009). Contudo, há, sobretudo, no mercado de trabalho formal, aumento daqueles com ensino médio completo, mas não contempla melhora significativa para aqueles com ensino superior.

Quanto aos percentuais de ocupados por faixa de remuneração, as RMs do Nordeste se assemelham entre si, porém, de forma mais acentuada ao observado em investigações feitas para o Brasil. Baixos salários ou forte concentração dos que auferem rendimentos nas primeiras faixas são facilmente constatados nesses estudos (REMY, QUEIROZ e SILVA FILHO, 2010). No Nordeste, o percentual dos que auferem rendimentos nas primeiras faixas ainda é bem mais acentuado. Em estudo realizado por Silva Filho *et al* (2009), foi constatado que no setor formal na RMS, 51,27% dos ocupados auferiam rendimentos em até dois salários mínimos (2,0 SM) no ano de 2007. Na RMF, o mesmo estudo constatou que 68,01%, acentuadamente mais elevado do que na RMS, recebiam seus rendimentos em até 2,0 SM. Porém, conforme a literatura, no setor informal os percentuais ainda são mais elevados.

Seguindo essa discussão, a Tabela 5 apresenta a participação percentual das pessoas ocupadas com 10 anos ou mais de idade e por faixa de renda. Na primeira coluna, observa-se que a RMF tinha, em 2001, o maior percentual de pessoas ocupadas com rendimento médio de até um salário mínimo (1,0 SM). As RMs de Recife e Salvador registraram os mesmos percentuais naquele ano, 46,7% dos ocupados auferindo rendimentos em até 1,0 SM. No ano seguinte, em 2002, a RMF e a RMS reduziram, embora levemente, a participação de pessoas

ocupadas com rendimento médio de até 1,0 SM, enquanto a RMR apresentou leve aumento. Porém, foi no ano de 2003, e nas três metrópoles, que se registraram os maiores percentuais de pessoas com rendimento médio de até 1,0 SM, sendo 54,5%, 52,1% e 50,7% para RMF, RMR e RMS, respectivamente.

A partir de 2004, nas três metrópoles, registrou-se redução percentual daquelas pessoas ocupadas que recebiam rendimento na faixa de remuneração de até 15,0 SM. Destarte, não há uma tendência de redução contínua no percentual daqueles que auferem rendimento em até 1,0 SM, sendo esses expostos às ações predatórias da produção com baixos salários. No entanto, no ano de 2008 registrou-se redução percentual daqueles que recebiam rendimento médio nessa faixa. Na RMF, esse percentual foi de 44,2%, tendo queda de 7,6% no período entre 2001 e 2008. A RMR, por sua vez, registrou percentuais de 41,9% no mesmo ano e queda de 4,8%, resultado inferior ao observado na RMF, embora o percentual da RMR tenha sido menor. A RMS apresentou redução de 8,6% e registrou 38,1% das pessoas ocupadas com rendimento médio de até 1,0 SM em 2008, sendo esse o menor resultado constatado entre as RMs.

Tabela 5: Pessoas de 10 anos e mais de idade por faixa de renda segundo o ano de referência (2001-2008) e Região Metropolitana

		Renda Total (em SM) ¹														
		Até 1 SM			Mais de 1 até 3 SM			Mais de 3 até 5 SM			Mais de 5 até 10 SM			Mais de 10 SM		
Ano		RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS
2001		51,8	46,7	46,7	33,2	35,6	36,0	6,7	7,8	7,7	5,0	6,0	5,6	3,3	3,8	4,1
2002		48,4	46,9	44,2	38,1	37,2	38,6	5,5	6,1	7,1	5,0	5,9	5,7	3,1	4,0	4,4
2003		54,5	52,1	50,7	32,4	33,5	34,6	6,4	7,3	6,8	4,6	4,6	4,8	2,1	2,5	3,2
2004		53,4	50,7	48,2	34,6	33,5	37,8	4,5	6,1	5,8	4,9	5,8	5,4	2,6	3,9	2,7
2005		50,8	47,5	46,5	36,2	37,2	37,7	5,8	6,2	6,9	4,8	5,6	5,6	2,3	3,5	3,4
2006		44,9	42,7	38,7	41,2	42,3	43,2	6,5	5,9	7,9	4,8	5,5	6,6	2,5	3,6	3,7
2007		41,3	38,2	37,0	44,8	46,7	43,5	6,2	6,6	8,4	5,1	5,3	6,7	2,6	3,1	4,4
2008		44,2	41,9	38,1	41,7	42,3	43,5	6,9	7,2	8,0	4,7	5,1	6,0	2,6	3,4	4,4

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Nota 1; Preços constantes de 2008 - Deflacionada pelo INPC.

Para a faixa de remuneração média de mais de 1,0 até 3,0 SM, as RMs apresentaram aumento do percentual de pessoas ocupadas. Todavia, cabe destacar que a RMF, em 2001, detinha o menor percentual de pessoas ocupadas com rendimento médio nessa faixa entre as três RMs, perfazendo 33,2%, enquanto a RMR e a RMS apresentaram percentual muito próximos, com 35,6% e 36%, respectivamente. No ano seguinte, eleva-se o percentual nas três RMs, sendo reduzido no ano de 2003. Em 2008, 41,7% dos ocupados na RMF recebiam

rendimentos entre 1,0 e 3,0 SM, contra 42,3% na RMR e 43,5% na RMS. A primeira aumentou 8,5% contra 6,7% na segunda e 7,5% na terceira.

Para a faixa de rendimento de mais de 3,0 até 5,0 SM, registraram-se baixos percentuais de pessoas ocupadas recebendo rendimento médio nessa faixa de remuneração. Em 2001, registrou-se percentual de 6,7% para a RMF, 7,8% para a RMR e, 7,7% para a RMS. Destaque-se que a RMF, exceto se comparada à RMR no ano de 2006, apresentou percentual inferior às outras duas metrópoles comparadas (RMR e RMS), em todos os anos observados. Nesse caso, a RMF concentra maior percentual nas primeiras faixas de remuneração, embora as outras RMs pesquisadas também apresentem dinâmica semelhante. No caso do emprego industrial, essa RM registrou, em 2006, 94,35% dos ocupados com rendimentos de até 3,0 SM, percentuais absurdamente elevados (SILVA FILHO e QUEIROZ, 2009).

No ano de 2008, a RMF aumenta levemente para 6,9%, a RMR reduz levemente para 7,2% e a RMS segue a dinâmica da RMF e eleva levemente para 8% o percentual de pessoas ocupadas com rendimento médio entre 3,0 e 5,0 SM. Além de ser baixo o percentual de pessoas auferindo rendimento médio nessa faixa de remuneração mais elevada, nas três RMs o desempenho observado entre os anos de 2001 e 2008 foi muito leve, registrando redução percentual na RMR e pífio desempenho na RMF e na RMS. Esses resultados são indícios de postos de trabalho com baixos salários que têm sido criados nas três metrópoles do Nordeste ao longo desses anos. Tal assertiva é ratificada quando observada as outras duas faixas de remuneração a seguir.

Na faixa de remuneração de mais de 5,0 até 10,0 SM, os dados mostram que em 2001 a RMR registrou o maior percentual entre as metrópoles aqui estudadas, obtendo 6%, sendo o menor observado na RMF, com 5%. A RMS, por sua vez, registrou 5,6% das pessoas ocupadas recebendo rendimento médio na faixa de remuneração citada. Destaque-se que nessa faixa de remuneração a RMF e a RMR apresentaram redução percentual no ano de 2008, se comparado ao ano de 2001. Naquele ano, a RMF registrou percentual de 4,7%, enquanto a RMR apresentou 5,1%. A RMS apresentou leve aumento no percentual de pessoas empregadas, auferindo rendimentos entre 5,0 e 10,0 SM.

Para aqueles que recebiam mais de 10,0 SM, a RMF detinha somente 3,3% no ano de 2001, enquanto a RMR registrou 3,8% no mesmo ano, e a RMS apresentou o melhor resultado, 4,1%. Destaque-se, no entanto, que nessa faixa de remuneração observou-se dinâmica semelhante à anterior. Tanto a RMF quanto a RMR reduziram os percentuais de ocupados, auferindo rendimentos nessa faixa. A RMS aumentou levemente a participação,

sendo, em 2008, os percentuais de 2,6% para a primeira, 3,4% para a segunda, e 4,4% para a terceira. Assim, mais uma vez a RMF apresentou o menor percentual de pessoas que auferem rendimento entre as melhores faixas de remuneração, apresentando a RMS o melhor desempenho e ficando a RMR em posição intermediária.

Diante do contexto apresentado, pode-se afirmar que existe precarização dos postos de trabalho dessas RMs. Conforme Rocha (2002), embora a renda mensurada nas pesquisas brasileiras enfrente problemas acentuadamente elevados de ordem metodológica em sua captação, o rendimento é ainda a principal variável de mensuração de poder de compra que se tem. É essa variável que determina o consumo de bens privados e, nesse caso, o poder de compra determina posses em uma sociedade capitalista. Seguindo essa interpretação, constata-se a existência de postos de trabalho precários quando se observam rendimentos médios de ocupados nas primeiras faixas de remuneração assustadoramente superiores ao observado nas maiores faixas de rendimentos.

Na Tabela 6, os dados são referentes à população ocupada por renda média segundo o ano de referência nas três RMs selecionadas. Em 2001, a RMF registrou renda média de R\$ 900,00 por pessoa ocupada. Na RMR, a renda média foi de R\$ 976,70, superior ao observado na RMF e inferior ao observado na RMS, que registrou renda média de R\$ 993,94. Destaque-se que o desvio padrão das médias foi significativamente elevado nas três RMs, o que denuncia a elevada discrepância entre as rendas dos ocupados nessa RMs. Acrescente-se, ainda, que a renda média de R\$ 900,00 registrada em 2001 na RMF foi a maior nessa RM durante o período observado, sendo acompanhado por redução nos anos seguintes.

Tabela 6: População ocupada por renda média (em Reais de 2008) segundo o ano de referência (2001-2008) e Região Metropolitana

Ano	RMF			RMR			RMS		
	Média	Total	Desvio Padrão	Média	Total	Desvio Padrão	Média	Total	Desvio Padrão
2001	900,00	1.194.198	1.919,96	976,70	1.251.875	1.888,29	993,94	1.290.697	2.002,02
2002	843,82	1.217.484	1.472,96	940,62	1.271.507	1.696,61	1.037,10	1.327.579	2.323,96
2003	758,15	1.241.279	1.395,34	792,62	1.217.869	1.309,83	856,44	1.346.276	1.709,98
2004	793,91	1.307.525	1.512,10	926,40	1.306.661	1.705,33	826,28	1.437.770	1.406,16
2005	808,51	1.380.719	1.636,20	932,43	1.348.207	2.273,10	890,13	1.530.592	1.551,95
2006	814,29	1.436.435	1.314,18	937,11	1.389.348	1.921,40	998,02	1.567.907	1.727,72
2007	822,98	1.472.912	1.247,59	919,44	1.399.159	1.688,95	1.066,30	1.623.734	2.269,58
2008	880,92	1.560.640	1.537,75	981,76	1.480.497	2.497,03	1.084,69	1.736.803	1.968,93

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Nota 1; Preços constantes de 2008 - Deflacionada pelo INPC.

Em 2008, tanto a RMR quanto a RMS registram a maior renda média durante os anos observados, sendo de R\$981,76 para aquela e de R\$1.084,69 para essa. No mesmo ano, a RMF apresentou renda média de R\$ 880,92 para a população ocupada, resultado inferior ao observado em 2001 e inferior aos resultados constatados na RMR e na RMS. Destaque-se, ainda, que, em todos os anos de análise, os desvios padrão das médias nas três RMs foram superior às médias de remuneração, o que aponta para a forte discrepância entre a remuneração dos ocupados nas RMs.

Com o cenário apresentado, observa-se que as RMs de Fortaleza, Recife e Salvador apresentam dinâmica socioeconômica semelhantes. Há divergência entre elas em algumas variáveis e considerável. Contudo, de modo geral, há uma aproximação principalmente na participação relativa de algumas características demográficas, distanciando apenas a RMS, no que concerne a cor/raça.

Capítulo 3

3.1 Mercado de trabalho recente nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador – 2001-2008.

O mercado de trabalho das RMs do Nordeste tem denunciado sinais de precarização do trabalho e dos postos de trabalho em avaliações empíricas desenvolvidas nos últimos anos. (CARVALHO, ALMEIDA e AZEVEDO, 2001; MONTEIRO NETO e VERGOLINO, 2001; CLAMENTINO, SILVA e PEREIRA, 2008a; CLAMENTINO, SILVA e PEREIRA, 2008b; SILVA FILHO, *et al*, 2009 e SILVA FILHO e QUEIROZ, 2009). Os resultados dessas avaliações têm apontado para modificações estruturais dos setores produtivos, bem como, vestígios de segmentação do mercado de trabalho e configurações sócio-espaciais, como consequência.

Os principais problemas observados direcionam as discussões para o agravamento das condições sociais dessas metrópoles, dado, principalmente, pela forma de trabalho prevalente nesses espaços. Diante disso, este capítulo busca fazer uma avaliação empírica em anos recentes (2001-2008) do mercado de trabalho das RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, tomando como referencia os dados da PNAD e as discussões já abordadas pela literatura.

3.2 - Caracterização da população das RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, segundo a dinâmica do mercado de trabalho: 2001-2008

Nesta seção foi feita uma avaliação empírica dos dados da PNAD de 2001-2008 acerca de População Economicamente Ativa, População Ocupada e População Desocupada, segundo o sexo, raça/cor, faixa de idade, escolaridade, dentre outras, nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, com o propósito de observar o comportamento da PEA nessas RMs, segundo as características citadas.

Na Tabela 7, os dados são referentes às pessoas com 10 anos ou mais de idade por condição de atividade nas RMs, segundo o ano de referência. Em 2001, 1.024.021 pessoas eram não economicamente ativas na RMF, contra 1.297.889 na RMR e 996.493 na RMS. Os percentuais eram de 41,7% para a primeira, 46,0% para a segunda, e 38,1% para a terceira.

Naquele ano, a RMR registrou o maior percentual de pessoas com idade na faixa citada fora da PEA, sendo a RMS a de menor participação. Nessa última, a população em atividade com idade ativa era superior às demais, evidenciando melhor desempenho econômico e, conseqüentemente, do mercado de trabalho.

Tabela 7: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade segundo o ano de referência (2001-2008) - RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

Ano	Condição de Atividade					
	PNEA			PEA		
	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS
2001	1.024.021	1.297.889	996.493	1.433.280	1.525.531	1.619.052
2002	1.077.977	1.288.485	952.908	1.483.315	1.606.290	1.731.965
2003	1.131.663	1.349.400	1.021.209	1.495.940	1.584.219	1.738.817
2004	1.133.147	1.315.856	958.454	1.570.647	1.648.046	1.885.489
2005	1.109.441	1.303.266	993.703	1.660.312	1.718.896	1.914.081
2006	1.133.537	1.374.006	1.085.256	1.696.867	1.705.217	1.942.773
2007	1.172.747	1.369.793	1.091.197	1.727.005	1.759.178	2.000.161
2008	1.200.567	1.366.410	1.087.794	1.784.655	1.809.862	2.082.666

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Em conseqüência dos percentuais observados na População Não Economicamente Ativa (PNEA), a PEA, por sua vez, comportou-se da forma que segue: em 2001, foram registrados 58,3% da PIA da RMF na PEA. O menor percentual foi observado na RMR, sendo de 54%, e o melhor desempenho na RMS, com 61,9%. No ano de 2002, registrou-se dinâmica diferenciada entre as RMs. A RMF aumenta a participação percentual de pessoas na PNEA, para 42,1%, diferentemente da RMR, que reduziu para 44,5%, embora continuasse com o maior percentual, e a RMS, que registrou somente 35,5% de sua PIA fora da PEA no mesmo ano.

Destaque-se ainda que, no ano de 2003, foi registrado o maior percentual de pessoas que faziam parte da PNEA na RMF, alcançando 43,1%. A RMS, por sua vez, registrou o maior percentual no ano de 2001, ficando em 38,1%, tendo essa RM apresentado os menores percentuais de sua PIA na PNEA, em todos os anos observados neste estudo. Cabe observar, todavia, que no ano de 2008, as três RMs apresentam redução percentual de sua população na PNEA, mesmo tendo elevado em termos absolutos. A RMF registrou 40,2%, contra 43% na RMR e 34,3% na RMS.

Apresentados os dados referentes à condição de atividade na Tabela 7, os dados da Tabela 8 mostram a População Economicamente Ativa por condição de ocupação segundo o ano de referência. Nessa análise, contudo, faz-se necessário destacar que, embora a RMS

tenha apresentado maior percentual de pessoas na PEA (vide Tabela 7), essa tem registrado, em quase todos os anos, menor percentual de pessoas ocupadas entre as três RMs. Na RMF, no ano de 2001, foram registrados 88,1% da PEA ocupada contra 86% na RMR e 84,4% na RMS, sendo essa última a de menor desempenho. Conseqüentemente, 11,9% na RMF, 14% na RMR e 15,6% na RMS, estavam desocupadas na semana de referência, embora estivessem procurando emprego.

Tabela 8: População economicamente ativa por condição de ocupação segundo o ano de referência (2001-2008) - RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

Ano	População ocupada			População desocupada		
	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS
2001	88,1	86,0	84,4	11,9	14,0	15,6
2002	86,5	85,1	80,7	13,5	14,9	19,3
2003	86,4	82,5	80,2	13,6	17,5	19,8
2004	86,9	82,2	80,6	13,1	17,8	19,4
2005	87,1	81,7	82,5	12,9	18,3	17,5
2006	88,0	84,6	83,5	12,0	15,4	16,5
2007	88,6	82,3	84,7	11,4	17,7	15,3
2008	91,3	84,8	85,8	8,7	15,2	14,2

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

No ano de 2002, as três RMs do Nordeste reduziram o percentual de pessoas ocupadas para 86,5% na RMF, 85,1% na RMR e 80,7% na RMS, o que, por sua vez, aumentou a taxa de desemprego para 13,5%, 14,9% e 19,3% nas metrópoles citadas, respectivamente. Destaque-se que, esse foi um período de transição na economia brasileira, com o final do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, e o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003. Nesse ano, foram registrados elevados percentuais de desemprego nas metrópoles do Nordeste, com destaque para a RMS, que tinha, aproximadamente, 20% de sua PEA desempregada. A menor taxa de desemprego foi registrada na RMF, auferindo 13,5%, contudo, registraram-se percentuais bastante elevados nas três RMs. Nos anos de 2003 e 2004, a RMF registrou mais de 86% de sua população ocupada, enquanto a RMR ficou um pouco acima de 82% contra o menor desempenho na RMS, próximo aos 80%.

A partir de 2005, foi constatado aumento do percentual da população ocupada na RMF, sendo que, em 2008, 91,3% da PEA dessa RM estava ocupada, alcançando taxa de desemprego de apenas 8,7%, menor resultado captado nessa análise. Porém, na RMR no ano de 2008 foi registrada 84,8% da PEA ocupada, o que lhe confere desemprego de 15,2%, resultado superior ao ano de 2001, quando essa RM tinha registrado desemprego de 14%. A RMS, por sua vez, elevou a participação percentual de pessoas ocupadas para 85,8% no ano

de 2008. Nesse ano, o desemprego dessa RM foi inferior ao observado em 2001, contudo, 14,2% da PEA estava desempregada, resultado inferior ao observado na RMR e superior ao constatado na RMF no mesmo ano.

Os elevados índices de desemprego, em especial nas duas maiores RMs (RMS e RMR), são indícios de um mercado de trabalho desestruturado que persiste no contexto metropolitano. Além disso, tem-se elevados índices de informalidade nos empregos dessas RMs, o que lhes confere, na visão de Hirata (2009), maiores atributos para se classificar o mercado de trabalho como precário, uma vez que “a ausência de proteção social” (HIRATA, 2009, p. 26) é um forte indicador de precariedade, seja em países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Nesse caso, conforme a leitura dos dados seguintes, as RMs do Nordeste estão fortemente inseridas na informalidade. Ulyssea (2005) destaca que a informalidade no Brasil, segundo a PNAD de 2001, foi de 28%. Mas, no final dos anos de 1990, chegou a 38%. Porém, os dados a seguir são bem mais acentuados do que o observado para a média nacional.

Diante do exposto, os dados da Tabela 9 apresentam a população ocupada por condição de proteção nas três RMs do estudo nos anos de 2001 a 2008. A partir dos dados, pode-se constatar que, embora a RMF apresente maior percentual de população ocupada (vide Tabela 8), essa registrou em 2001 o menor percentual de trabalhadores protegidos¹⁶ entre as três RMs, ficando em 39,6%. A RMR registrou 48% de sua população ocupada protegida no trabalho e a RMS, por sua vez, registrou 49,9%. Cabe destacar, no entanto, o baixo percentual de pessoas ocupadas com proteção no trabalho. A RMF não chegou sequer a 40%, sendo a RMS a região que registrou o maior percentual, não tendo, sequer, 50% de sua população ocupada com algum nível de proteção. Com esses elevados percentuais de ocupados desprotegidos, pode-se acrescentar que o observado por Ulyssea (2005) para o Brasil tem impacto mais elevado nas RMs do Nordeste, o que lhes confere a característica de mercado de trabalho precário proposto por Hirata (2009).

Nesse caso, registrou-se na RMF, no ano de 2001, 60,4% da população ocupada sem nenhum grau de proteção no trabalho. A RMR, por sua vez, registrou 52%, enquanto na RMS o percentual foi de 50,1% das pessoas ocupadas sem nenhum vínculo com institutos de previdência. Esses resultados ratificam a discussão de trabalho precário nas metrópoles do Nordeste (SILVA FILHO e QUEIROZ, 2009a; SILVA FILHO *et al.*, 2009b) e da crescente participação do trabalho informal (POCHMANN, 1999; ULYSSEA, 2005; DEDECCA, 2006)

¹⁶ Para fins dessa análise, são protegidos do trabalho: trabalhadores com carteira de trabalho assinada, estatutários, militares e empregadores com mais de 10 empregados e que pagam previdência.

na economia brasileira, que se configura, sobremaneira, em regiões de menor dinamismo econômico e de maior vulnerabilidade social.

Tabela 9: População ocupada por condição de proteção no trabalho segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

Ano	Condição de proteção no trabalho					
	Protegido			Não Protegido		
	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS
2001	39,6	48,0	49,9	60,4	52,0	50,1
2002	41,9	45,5	49,1	58,1	54,5	50,9
2003	42,3	46,6	49,9	57,7	53,4	50,1
2004	42,8	47,8	48,3	57,2	52,2	51,7
2005	42,5	47,9	49,0	57,5	52,1	51,0
2006	42,9	50,3	52,6	57,1	49,7	47,4
2007	43,4	51,4	51,2	56,6	48,6	48,8
2008	43,2	50,0	51,4	56,8	50,0	48,6

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

No período de 2002 a 2007, a RMF oscilou entre 41,9% no primeiro ano e 43,4% no segundo, sendo o último o maior percentual da população ocupada protegida no trabalho, entre os anos observados. No mesmo período, observa-se melhor desempenho na RMR, que mostrou trajetória ascendente entre 2002 e 2007, com percentuais de 45,5% e 51,4%, respectivamente. A RMS, por sua vez, demonstrou oscilar no mesmo período, sendo que nos anos de 2001 a 2008, o maior percentual de pessoas ocupadas e protegidas no trabalho foi registrado no ano de 2006, com 52,6%. Mesmo com a recuperação da economia a partir de 2003 (DEDECCA e ROSANDISKI, 2006), os postos de trabalho criados, ainda que formais (LEONE e BALTAR, 2010), o crescimento do emprego com registro em carteira foi bastante tímido, embora positivo nas três RMs estudadas.

No ano de 2008, na RMF registraram-se 43,2% das pessoas ocupadas protegidas no trabalho, ficando, ainda, 56,8% dessas sem proteção. Cabe destacar, no entanto, que houve aumento de 3,6 pontos percentuais ao longo dos anos observados. Na RMR o aumento foi de dois pontos percentuais e, nesse ano, 50% das pessoas ocupadas eram desprotegidas no trabalho nessa RM. A RMS apresentou crescimento de 1,5 pontos percentuais, uma vez que, em 2001, 49,9% das pessoas ocupadas eram protegidas no trabalho, e, em 2008, o percentual foi de 51,1%, denotando que 48,6% dessas pessoas não possuíam nenhum vínculo com institutos de previdência. Destaque-se que esse percentual de pessoas sem registro formal de trabalho foi o menor entre as três RMs, ficando a RMF com o maior percentual de desprotegidos, perfazendo 56,8% no ano de 2008.

Embora haja divergência entre os fatores que causam a elevada informalidade no mercado de trabalho brasileiro, Jatobá e Andrade (1993) destacam a inflexibilidade nas leis que regulamentam o mercado de trabalho como uma dessas causas. Ramos (2002) acredita que seja esse mais um problema de ordem estrutural do mercado de trabalho do que fenômeno de ordem cíclica ou de outra natureza. Para esse autor, as transformações de ordem estrutural que ocorreram no mercado de trabalho dos anos de 1990, com o recuo do emprego no setor secundário e a elevação do emprego no setor terciário, ou seja, redução de postos de trabalho na indústria em detrimento do incremento de empregos no setor de serviços, podem ser responsáveis pelo aumento da informalidade nos postos de trabalho no Brasil.

Ainda observando o comportamento do mercado de trabalho, os dados a seguir apresentam as pessoas com 10 anos ou mais de idade por condição de atividade e sexo nos anos de 2001 a 2008. A partir dos dados, observa-se que em 2001, 30,1% das pessoas do sexo masculino estavam na PNEA, contra 51,4% do sexo feminino na RMF. Dessa forma, o percentual de homens na PEA era de 69,9% contra 48,6% das mulheres. Na RMR, o percentual de homens na PNEA era de 34,7%, sendo superior ao observado na RMF e na RMS, contra 65,3% na PEA. Aproximadamente, 56% das mulheres estavam na PNEA contra 44,2% na PEA no mesmo ano. Assim, a RMS, por sua vez, registrou os menores percentuais, tanto de homens, contabilizando 28,4%, quanto de mulheres, com 46,6% na PNEA e, conseqüentemente, 71,6% de homens na PEA, contra 53,4% de mulheres.

Tabela 10: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade e sexo segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

Faz parte da população economicamente ativa (PEA)?												
Ano	Masculino						Feminino					
	PNEA			PEA			PNEA			PEA		
	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS
2001	30,1	34,7	28,4	69,9	65,3	71,6	51,4	55,8	46,6	48,6	44,2	53,4
2002	31,5	33,2	27,2	68,5	66,8	72,8	51,1	54,3	42,6	48,9	45,7	57,4
2003	32,3	34,6	28,7	67,7	65,4	71,3	52,7	55,9	44,4	47,3	44,1	55,6
2004	31,3	33,1	26,7	68,7	66,9	73,3	51,0	54,0	39,7	49,0	46,0	60,3
2005	31,0	32,7	26,6	69,0	67,3	73,4	48,0	52,0	40,9	52,0	48,0	59,1
2006	30,0	33,8	28,1	70,0	66,2	71,9	49,0	53,9	42,4	51,0	46,1	57,6
2007	30,8	32,3	27,8	69,2	67,7	72,2	48,8	53,6	41,9	51,2	46,4	58,1
2008	30,1	32,5	27,4	69,9	67,5	72,6	49,1	52,1	40,3	50,9	47,9	59,7

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Na RMF, o menor percentual de pessoas do sexo masculino na PNEA foi registrado no ano de 2006, com 30%, e, conseqüentemente, chegando a 70% na PEA. Em relação às

mulheres, o menor percentual na PNEA foi no ano de 2005, com 48%, e, com 52% na PEA no mesmo ano. Na RMR, o menor percentual de pessoas do sexo masculino na PNEA foi observado em 2007, com 32,3%, e, com 67,7% na PEA. As pessoas do sexo feminino obtiveram menor desempenho na PEA no ano de 2005, contabilizando 48%, e 52% na PNEA. Na RMS, que apresentou os melhores resultados, registrou-se a menor participação de pessoas do sexo masculino na PNEA no ano de 2005, perfazendo 26,6%, com 73,4% na PEA no mesmo ano. As pessoas do sexo feminino apresentaram melhor desempenho no ano de 2004, quando se registrou percentual de 39,7% na PNEA e 60,3% na PEA.

No último ano da série temporal estudada, a RMF apresenta resultados semelhantes ao observado em 2001 (ver Tabela) para a população do sexo masculino. As pessoas do sexo oposto reduziram sua participação na PNEA para 49,1%, e, no mesmo ano, 50,9% das pessoas do sexo feminino dessa RM estavam na PEA. Na RMR, reduziu-se o percentual de pessoas do sexo masculino na PNEA para 32,5%, em consequência de ter elevado para 67,5% o percentual de homens na PEA no ano de 2008. Um movimento semelhante ocorreu para a população do sexo feminino, que registrou 47,9% na PEA em 2008. A RMS apresentou dinâmica semelhante à observada na RMR, tendo elevado o percentual de pessoas do sexo masculino na PEA, se comparado o ano de 2001 com 2008 (ver Tabela 10), como também para as pessoas do sexo feminino, sendo essa RM de melhor desempenho.

No entanto, cabe destacar que os achados nessas RMs não convergem com parte dos pressupostos encontrados para as cidades médias brasileiras por Campos e Silveira Neto (2008). Esses autores propõem que os médios centros urbanos do país estimulam mais as mulheres do que os homens a entrar no mercado de trabalho. Hirata (2009) também acredita que o ingresso de mulheres na taxa de atividade foi contínuo nos últimos anos. Contudo, a participação percentual dessas mulheres nas metrópoles observadas neste estudo não denuncia nenhuma variação acentuada.

Quanto à condição de ocupação da População Economicamente Ativa, segundo o sexo, os dados mostram desempenho semelhante entre as RMs. Em 2001, 89,6% da PEA masculina da RMF estava ocupada, contra 10,4% dos homens desocupados no mesmo ano. Com relação à população do sexo feminino, 86,2% das mulheres estavam ocupadas, contra 13,8% desocupadas, resultado semelhante, mas inferior, ao observado para a população do sexo masculino. A RMR mostrou maior percentual da PEA ocupada tanto do sexo masculino, (88,4%), quanto do sexo feminino (82,9%), tendo essa, taxa de desocupação de 11,6% para eles e 17,1% para elas. A RMS mostrou a menor taxa de ocupação tanto para a PEA do sexo

masculino, contabilizando 87,3%, quanto do sexo feminino, (80,9%), tendo essa 12,7% da PEA masculina e 19,1% da PEA feminina desocupada no ano de 2001.

Tabela 11: População economicamente ativa por condição de ocupação e sexo segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

Ano	Condição de ocupação											
	Masculino						Feminino					
	População ocupada			População desocupada			População ocupada			População desocupada		
	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS
2001	89,6	88,4	87,3	10,4	11,6	12,7	86,2	82,9	80,9	13,8	17,1	19,1
2002	88,5	87,0	84,2	11,5	13,0	15,8	84,2	82,8	76,9	15,8	17,2	23,1
2003	88,7	84,7	83,7	11,3	15,3	16,3	83,4	79,6	76,2	16,6	20,4	23,8
2004	88,5	85,6	84,7	11,5	14,4	15,3	85,0	78,1	76,4	15,0	21,9	23,6
2005	88,9	84,9	86,9	11,1	15,1	13,1	85,0	77,8	77,5	15,0	22,2	22,5
2006	89,3	87,1	86,8	10,7	12,9	13,2	86,4	81,5	80,0	13,6	18,5	20,0
2007	90,1	85,8	88,6	9,9	14,2	11,4	86,9	78,0	80,5	13,1	22,0	19,5
2008	92,3	88,1	89,4	7,7	11,9	10,6	90,0	80,8	82,0	10,0	19,2	18,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Nos anos analisados, cabe destacar, no entanto, que as menores taxas de ocupação na RMF, para a população do sexo masculino, foram registradas nos anos de 2002 e 2004, apresentando um percentual de 88,5%, sendo, nesse caso, as maiores taxas de desemprego para a população masculina da ordem de 11,5% nos anos citados. Para a população do sexo feminino, a maior taxa de desemprego registrada foi no ano de 2003, quando se notificou um percentual de 16,6%, com taxa de ocupação de 83,4% naquele ano. Na RMR, a menor taxa de desempenho para a população masculina foi conferida em 2003, (16,3%), tendo esse ano somente 83,7% da PEA masculina empregada na semana de referência da pesquisa. Para o sexo feminino, a situação mostrou-se mais crítica no ano de 2005, com apenas 77,8% das mulheres ocupadas e uma taxa de desemprego de 22,2%, sendo esse o maior índice observado durante os anos do estudo. A RMS, por sua vez, registrou a maior taxa de desocupados do sexo masculino no ano de 2003, (16,3%), estando, nesse caso, 83,7% da PEA desse sexo ocupada naquele ano. Para as mulheres, a maior taxa de ocupação foi registrada no mesmo ano, (76,2%), o que ainda lhes conferiu 20,4% da PEA desempregada.

No ano de 2008, a RMF registrou a maior taxa de ocupação da série, até a semana de referência da pesquisa, sendo que 92,3% da PEA masculina estava ocupada nesse ano, com uma taxa de desocupação de apenas 7,7%. Resultado semelhante foi registrado para a PEA feminina, que contou com 90% de ocupação e apenas 10% de sua PEA desempregada. Na RMR, os resultados foram inferiores ao observado na RMF, tanto para a PEA masculina

quanto para a feminina, como também demonstrou maior taxa de desemprego em 2008 do que em 2001. No último ano da série, 88,1% da PEA masculina e 80,8% da feminina estava ocupada, registrando taxa de desemprego de 11,9% para eles e 19,2% para elas. A RMS mostrou melhores resultados que a RMR, como também maiores percentuais de ocupados, tanto masculinos, (89,4%), quanto femininos, (82%) em 2008, quando comparado a 2001. Nesse caso, a taxa de desocupação foi de 10,6% para a PEA do sexo masculino e de 18% para a do sexo oposto.

Conforme propõe Hirata (2009)¹⁷, a ausência de proteção no trabalho é um indicador de precariedade facilmente percebível em economias periféricas. Nesse contexto, os dados que seguem procuraram dimensionar as RMs desse estudo a partir da condição de proteção no trabalho, segundo o sexo. Os dados mostram que na RMF, no ano de 2001, somente 41,9% da população masculina empregada era protegida do trabalho, contra 58,1% sem nenhuma proteção. Para as mulheres, a situação mostrou-se mais crítica, quando se observou que apenas 36,7% das ocupadas tinham proteção no trabalho, e, 63,3% não tinham nenhum vínculo com institutos de previdência. Na RMR, 49% dos ocupados do sexo masculino e 46% do sexo feminino eram protegidos no trabalho, contra 50,6% dos homens e 54% das mulheres sem proteção. A RMS mostrou maior percentual de ocupados protegidos, tanto do sexo masculino, apresentando 52,2%, quanto do sexo feminino, com 47%, sendo que 47,8% dos homens e 53% das mulheres não tinham nenhum vínculo de proteção. Embora essa RM tenha apresentado melhor desempenho que as demais, cabe destacar, no entanto, o elevado percentual de pessoas ocupadas sem vínculo com a previdência, em todas as três RMs, no ano de 2001.

Nos anos seguintes, observaram-se maiores percentuais de ocupados protegidos no trabalho para a população do sexo masculino e em menor intensidade para a do sexo feminino. A RMF apresentou desempenho mais acentuado para a população do sexo masculino protegida do trabalho e, em 2007, registrou o maior percentual da série, (47,8%). Contudo, menos de 50% dos homens ocupados nessa RM eram protegidos no trabalho no ano de melhor desempenho. Para a população ocupada do sexo feminino, protegida no trabalho, o melhor desempenho foi observado em 2006, (39,7%). Assim, no ano de melhor desempenho, 60,3% das mulheres ocupadas não tinham nenhum vínculo com institutos de previdência. Esse resultado, portanto, é semelhante ao observado na RMR, que apresentou redução do percentual de ocupados do sexo masculino, protegidos no trabalho em 2002 e 2003, em

¹⁷ Ver Hirata (2009)

relação a 2001, apresentando melhora a partir de 2004. Contudo, ainda registraram-se percentuais bastante elevados daqueles sem proteção nessa RM. Para as mulheres, o maior percentual de protegidas foi registrado no ano de 2007, (50,2%), um pouco acima da metade ocupada. A RMS registrou o menor percentual de ocupados do sexo masculino protegidos pelo trabalho no ano de 2004, perfazendo 50,8%, enquanto para as ocupados do sexo feminino, o melhor percentual de protegidas foi registrado no ano de 2005, com 44,2%, e, mesmo com melhor desempenho entre as RMs, os percentuais de ocupados desprotegidos mostrou-se bastante elevado.

Tabela 12: População ocupada por condição de proteção no trabalho e sexo segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

Ano	Condição de proteção no trabalho											
	Masculino						Feminino					
	Protegido			Não Protegido			Protegido			Não Protegido		
	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS
2001	41,9	49,4	52,2	58,1	50,6	47,8	36,7	46,0	47,0	63,3	54,0	53,0
2002	44,0	47,1	51,0	56,0	52,9	49,0	39,2	43,5	46,8	60,8	56,5	53,2
2003	44,3	48,0	52,6	55,7	52,0	47,4	39,5	44,6	46,6	60,5	55,4	53,4
2004	45,6	50,3	50,8	54,4	49,7	49,2	39,3	44,3	45,5	60,7	55,7	54,5
2005	46,3	50,0	52,9	53,7	50,0	47,1	37,9	45,2	44,2	62,1	54,8	55,8
2006	45,4	52,3	55,9	54,6	47,7	44,1	39,7	47,7	48,7	60,3	52,3	51,3
2007	47,8	52,2	55,9	52,2	47,8	44,1	38,0	50,2	45,5	62,0	49,8	54,5
2008	46,4	53,0	56,1	53,6	47,0	43,9	39,3	46,1	46,0	60,7	53,9	54,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

No ano de 2008, menos de 50% da população ocupada do sexo masculino era protegida do trabalho na RMF, (46,4%), embora seja esse melhor desempenho, se comparado a 2001. Para as mulheres ocupadas, também se notificou uma melhora. Contudo, em 2008, somente 39,3% delas eram protegidas, contra 60,7% sem nenhum vínculo com previdência. Na RMR, o percentual foi de 53% dos ocupados e 46,1% das ocupadas, contra 47,% deles e 53,9% delas sem nenhuma proteção naquele ano. Nesse caso, houve também aumento do percentual de protegidos, embora muito pequeno e menor ainda para as mulheres (ver Tabela). A RMS apresentou melhor desempenho para os homens ocupados, com 56,1% deles protegidos, resultado superior ao de 2001, e, pior desempenho para as mulheres, cujo percentual de protegidas reduziu para 46% em 2008. Cabe destacar, no entanto, que, mesmo em melhor situação que as demais RMs, para ocupados do sexo masculino essa região ainda apresenta 43,9% dos homens e 54% das mulheres ocupadas sem proteção no trabalho, no ano de 2008.

Os achados neste estudo convergem com os dados apresentados pela literatura internacional. Estudos realizados por Funkhouser (1996) para a América Central; Ozório de Almeida, Alves e Graham (1995) para o México; Marcouiller, Ruiz de Casilla e Woodru (1997) para o México, El Salvador e Peru, apontam para maior probabilidade das mulheres ingressarem no mercado de trabalho informal, ou seja, sem proteção social. Neste estudo, ficou constatado nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, dinâmica semelhante à observada pelos autores citados em avaliações empíricas para aqueles países. Tais resultados denunciam uma tendência internacional de desestruturação do mercado de trabalho destacada por Harvey (1989), sobretudo, em países em desenvolvimento. Assim, a hipótese de Ramos (2002) de que a mudança estrutural pode ter forte influência fica mais viável para explicar esse fenômeno de grande abrangência e de grande relevância nos estudos de mercado de trabalho em todo o mundo.

Os dados da Tabela 13 apresentam as pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade e raça/cor, nas três metrópoles estudadas, entre os anos de 2001 a 2008. A partir desses dados, é possível observar que 43,3% da população que se declarou branca à PNAD em 2001, na RMF estavam na PNEA e, conseqüentemente, 56,7% estavam na PEA naquele ano. Para a população não branca, o percentual na PNEA foi inferior ao dos brancos, com 40,6%, e para essa, 59,4% estavam na PEA. Na RMR, o percentual de brancos na PNEA foi ligeiramente superior ao observado na RMF, uma vez que a RMR registrou 46% da população branca na PNEA e 54% na PEA. Cabe destacar, contudo, que a RMS mostrou o menor percentual de brancos na PNEA, contabilizando 39,1%, e 60,9% na PEA. Em relação aos não brancos, 37,9% faziam parte da PNEA e 62,1% estavam na PEA no ano de 2001.

Nos anos seguintes, as três RMs reduziram o percentual de brancos na PNEA e, conseqüentemente, houve um maior percentual na PEA. Cabe, porém, destacar que o ano de menor participação percentual de brancos na PNEA na RMF foi o de 2005, (40,5%), o que conferiu a essa RM 59,5% de sua população branca na PEA no mesmo ano. A RMR também registrou o menor percentual nesse ano, totalizando 43,1% (PNEA) e 56,9% da população branca na PEA no ano de 2005. Na RMS, o melhor desempenho da população branca na PEA foi registrado em 2007, apresentando 64,2%, contra 35,8% na PNEA. Quanto aos dados referentes à população não branca, a dinâmica foi semelhante e em todas as RMs o percentual na PNEA foi reduzido, conseqüentemente, elevando o percentual na PEA.

Tabela 13: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade e cor ou raça segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

Faz parte da população economicamente ativa (PEA)?												
Ano	Branco						Não branco					
	PNEA			PEA			PNEA			PEA		
	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS
2001	43,3	46,0	39,1	56,7	54,0	60,9	40,6	45,9	37,9	59,4	54,1	62,1
2002	42,5	44,4	36,4	57,5	55,6	63,6	42,0	44,6	35,3	58,0	55,4	64,7
2003	42,1	45,4	38,3	57,9	54,6	61,7	43,6	46,4	36,7	56,4	53,6	63,3
2004	42,4	44,0	35,9	57,6	56,0	64,1	41,6	44,6	33,4	58,4	55,4	66,6
2005	40,5	43,1	36,3	59,5	56,9	63,7	39,9	43,2	33,7	60,1	56,8	66,3
2006	40,8	44,4	36,4	59,2	55,6	63,6	39,6	44,8	35,7	60,4	55,2	64,3
2007	41,0	44,7	35,8	59,0	55,3	64,2	40,1	43,2	35,2	59,9	56,8	64,8
2008	41,1	43,4	36,0	58,9	56,6	64,0	39,8	42,9	34,0	60,2	57,1	66,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

No ano de 2008, 41,1% da população branca da RMF estava na PNEA, enquanto 58,9% estavam na PEA, o que demonstra aumento relativo de pessoas dessa cor/raça na PEA da RMF ao longo dos anos analisados. A RMR, por sua vez, apresentou desempenho semelhante ao reduzir para 43,4% o percentual de brancos na PNEA e, conseqüentemente, registrar 56,6% desses na PEA, em 2008. Destaque-se, ainda, que a RMS também seguiu a trajetória observada nas outras duas RMs, quando reduziu o percentual de brancos na PNEA para 36%, e, conseqüentemente, aumentou na PEA para 64%. Para a população não branca da RMF o resultado foi semelhante ao já destacado para a população branca. Contudo, cabe destacar o pífio aumento relativo dos não brancos na PEA dessa RM, que saiu de 59,4% em 2001 para apenas 60,2% em 2008 sendo essa a menor dinâmica observada entre as RMs. A RMR elevou-se de 54,1% em 2001 para 57,1% em 2008, sendo acompanhada pela RMS, que também saiu de 62,1% para 66% em 2001 e 2008, respectivamente.

Quanto à condição de ocupação, os dados mostram que, em 2001, 89,7% da população branca pertencente à PEA na RMF estava ocupada, com taxa de desemprego de 10,3% naquele ano. Já para a população não branca, o desemprego atingiu 13,1%, quando registrado somente 86,9% desses ocupados. Na RMR, a taxa de desemprego foi mais acentuada que na RMF, tanto para a população branca, com um percentual de 11,9%, quanto para a não branca, com 15,4%. Em 2001, 88,2% dos brancos e 84,6% dos não brancos estavam ocupados. Para a RMS, que registrou 88,2% da PEA branca ocupada contra 11,8% dela desocupada, houve uma maior taxa relativa de desemprego no que diz respeito à população não branca (16,4%), quando comparada às outras duas RMs. Naquele ano, somente 83,6% da PEA não branca estava ocupada.

Tabela 14: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade e sexo segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

Condição de ocupação												
Ano	Branco						Não branco					
	População ocupada			População desocupada			População ocupada			População desocupada		
	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS
2001	89,7	88,1	88,2	10,3	11,9	11,8	86,9	84,6	83,6	13,1	15,4	16,4
2002	88,3	87,0	84,6	11,7	13,0	15,4	85,6	83,8	79,8	14,4	16,2	20,2
2003	88,7	84,7	85,5	11,3	15,3	14,5	85,2	81,1	78,9	14,8	18,9	21,1
2004	88,8	85,0	85,1	11,2	15,0	14,9	85,7	80,7	79,8	14,3	19,3	20,2
2005	88,8	84,8	86,3	11,2	15,2	13,7	86,2	79,9	81,6	13,8	20,1	18,4
2006	89,5	86,7	87,6	10,5	13,3	12,4	87,2	83,5	82,7	12,8	16,5	17,3
2007	89,1	84,8	88,8	10,9	15,2	11,2	88,3	80,8	84,0	11,7	19,2	16,0
2008	91,5	86,6	89,5	8,5	13,4	10,5	91,4	83,9	85,1	8,6	16,1	14,9

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Entre 2002 e 2007, o percentual de ocupados brancos fica entre 88,3% e 89,1%, respectivamente, na RMF, com taxa de desemprego de 11,7% no primeiro e 10% no segundo ano. Nos mesmos anos, o percentual de não brancos ocupados nessa RM foi de 85,6% e 88,3%, com desemprego de 14,4% em 2002 e 11,7% em 2007. Na RMR, o ano de 2002 registrou a menor taxa de desemprego para a população branca (13%), depois de 2001, com taxa de ocupação de 87% naquele ano. Para a população não branca nessa RM, destaca-se o ano de 2005, que registrou 20,1% de desemprego, com somente 79,9% de empregados. Na RMS, resultado semelhante ao observado na RMR foi registrado em 2003, quando 21,1% da população não branca estava desocupada. Para a população branca, o percentual de ocupação mostrou ascendência nessa RM.

No ano de 2008, a RMF registrou a maior taxa de ocupação da população branca em toda a série observada, com percentual de 91,5%, sendo essa a maior entre as três RMs. Destaque-se ainda que, para a população não branca, o resultado foi muito próximo (91,4%). A RMR mostrou tendência contrária à observada na RMF, quando em 2001 apresentava 88,1% da população branca ocupada, percentual reduzido em 2008 para 86,6%, registrando desemprego de 13,4% nesse ano. Mesmo resultado foi observado para os não brancos, cujo percentual de ocupados reduziu de 84,6% em 2001 para 83,9% em 2008. Na RMS, elevou-se o percentual de ocupados, tanto brancos, passando de 88,2% em 2001 para 89,5% em 2008, quanto de não brancos, cujo aumento foi de 83,6% em 2001 para 85,1% em 2008. Nesse caso, essa RM registrou desemprego de 10,5% para a população branca e 14% para a população não branca, no ano de 2008.

Quanto à proteção no trabalho, os dados mostram discrepância significativa entre os protegidos brancos e não brancos nas três RMs, mesmo que sejam baixos os percentuais de protegidos independente da cor/raça. Na RMF, somente 45,6% dos brancos ocupados eram protegidos no trabalho no ano de 2001 e, 54,4% das pessoas brancas ocupadas não tinham nenhum vínculo com institutos de previdência. A RMR apresentou percentual de 54,1% dos brancos ocupados protegidos, resultado superior ao observado na RMF, contudo, percentual ainda elevado de população branca sem proteção no trabalho, perfazendo 45,9%. Para os não brancos, apenas 43,9% eram protegidos contra 56,1% sem nenhuma proteção no trabalho, nessa RM. A RMS, por sua vez, apresentou o maior percentual de brancos ocupados protegidos no trabalho em 2001 (58,5%), como também, o maior percentual de não brancos protegidos (47,9%); e, 41,5% dos brancos não eram protegidos, contra 52,1% de não brancos no mesmo ano.

Tabela 15: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de proteção e sexo segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

Ano	Indicador de proteção											
	Branco						Não branco					
	Protegido			Não Protegido			Protegido			Não Protegido		
	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS	RMF	RMR	RMS
2001	45,6	54,1	58,5	54,4	45,9	41,5	35,5	43,9	47,9	64,5	56,1	52,1
2002	46,4	50,1	59,1	53,6	49,9	40,9	39,6	42,2	46,6	60,4	57,8	53,4
2003	47,5	51,7	58,5	52,5	48,3	41,5	39,5	43,4	47,7	60,5	56,6	52,3
2004	47,9	53,8	56,7	52,1	46,2	43,3	39,9	44,5	46,6	60,1	55,5	53,4
2005	45,9	55,8	58,9	54,1	44,2	41,1	40,8	43,3	46,7	59,2	56,7	53,3
2006	48,1	54,6	60,8	51,9	45,4	39,2	40,3	47,8	51,0	59,7	52,2	49,0
2007	49,0	56,7	56,3	51,0	43,3	43,7	40,3	48,0	50,1	59,7	52,0	49,9
2008	48,1	55,8	57,4	51,9	44,2	42,6	41,0	46,2	50,3	59,0	53,8	49,7

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Cabe destacar, no entanto, que na RMF o maior percentual de brancos protegidos foi registrado em 2007, (49%), e o menor em 2001 (45,6%). Aceitando a hipótese proposta por Hirata (2009) de precariedade no mercado de trabalho a partir do elevado nível de desprotegidos, essa RM inclui-se na caracterização exposta, uma vez que, em todos os anos, mais de 50% dos ocupados estavam sem nenhuma proteção no trabalho, mesmo sendo declinante o percentual de desprotegidos. Os não brancos protegidos tiveram o menor percentual em 2001, (35,5%) e, a partir de 2005, ficou acima dos 40%. Na RMR, o menor percentual de brancos protegidos no trabalho foi registrado em 2002 (50,1%), e de não brancos, no mesmo ano (42,2%). Nesse caso o percentual de não brancos desprotegidos

atingiu o patamar de 57,8% nesse ano, inferior ao observado na RMF no mesmo ano, quando obteve 60,4%. A RMS mostrou comportamento diferenciado das demais, tendo reduzido anualmente a participação de brancos não protegidos no trabalho, chegando ao menor percentual da série no ano de 2007 (51%). Para os não brancos, o movimento foi contrário e o maior percentual de protegidos foi constatado em 2006 (51%).

Em 2008, a RMF, elevou o percentual para 48,1% dos brancos ocupados protegidos no trabalho, reduzindo, dessa forma, o percentual para 52,9% daqueles sem proteção. Para os não brancos, os resultados foram mais acentuados, quando saiu de 35,5% em 2007 para 41% em 2008, embora essa população ainda apresente participação percentual de proteção inferior ao dos brancos nessa RM. Na RMR a trajetória foi positiva, embora pífia, quando o percentual de brancos protegidos saiu de 54,1% para 55,8% e o percentual de não brancos protegidos no trabalho de 43,9%, em 2001, para 46,2%, em 2008. Para os não brancos, a variação na proteção foi mais acentuada em termos percentuais, embora inferior à variação percentual dos brancos. A RMS mostrou tendência contrária às observadas nas outras duas RMs. A participação de brancos ocupados protegidos no trabalho passou de 58,5% em 2001 para 57,4% em 2008. Para os não brancos, o movimento foi contrário, com a participação relativa de protegidos passando de 47,9% em 2001 para 50,3% em 2008. Nesse caso, esse foi o maior percentual de não brancos protegidos no trabalho entre as três RMs. Contudo, deve-se considerar o peso do fator demográfico na RMS.

Para a condição de atividade, segundo faixa etária, os dados mostram que na RMF, em 2001, 89,1% dos que tinham idade entre 10 e 14 anos estavam na PNEA e 10,9% na PEA. Na RMR, 95,4% estavam na PNEA contra 4,6% na PEA. Destaque-se que, na RMS, 91,5% estavam na PNEA contra 8,5% na PEA. No ano de 2008, mais de 94% das pessoas na faixa etária citada estavam na PNEA nas três RMs, sendo que a RMR registrou o maior percentual (96,4%), enquanto na RMF houve o maior registro de pessoas com idade de 10 a 14 anos na PEA (5,19%).

Para as pessoas com idade entre 15 e 24 anos, os dados mostram redução relativa de pessoas na PNEA, se comparado à faixa anterior, e maior percentual na PEA nas três RMs. A RMF registrou 56,9% da população nessa faixa na PEA e 43,1% na PNEA, no ano de 2001. No mesmo ano, a RMR apresentou 48,1% das pessoas na PNEA contra 51,9% na PEA, sendo essa a menor participação percentual, visto que a RMS registrou 59% na PEA e 41% na PNEA. Contudo, é importante destacar que a variação foi moderada ao longo dos anos, sem nenhuma oscilação significativa. Porém, no ano de 2008, reduz levemente o percentual de pessoas com idade entre 15 e 24 anos na PNEA da RMF, para 42,3%, e registra-se 57,7%

dessa população na PEA. A RMR também apresentou redução percentual significativa e, em 2008, 43,5% da população na faixa etária citada estava na PNEA, contra 56,5% na PEA. A RMS elevou para 65,5% o percentual de pessoas na PEA, em consequência da redução percentual para 34,5% na PNEA, sendo esse o menor percentual de pessoas na faixa de 15 a 24 anos entre as três RMs, no ano de 2008.

Tabela 16: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade e faixa de idade segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

			Condição de atividade							
Idade			2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
De 10 a 14	PNEA	RMF	89,1	92,0	93,7	94,3	93,4	93,7	94,0	94,1
		RMR	95,4	93,9	94,2	96,3	95,6	97,1	96,8	96,4
		RMS	91,5	90,1	93,5	90,4	92,0	94,7	91,5	94,7
	PEA	RMF	10,9	8,0	6,3	5,7	6,6	6,3	6,0	5,9
		RMR	4,6	6,1	5,8	3,7	4,4	2,9	3,2	3,6
		RMS	8,5	9,9	6,5	9,6	8,0	5,3	8,5	5,3
De 15 a 24	PNEA	RMF	43,1	41,5	44,4	44,9	40,8	41,2	42,0	42,3
		RMR	48,1	46,7	47,8	46,6	43,1	45,5	42,9	43,5
		RMS	41,0	35,4	37,9	33,5	33,2	36,1	38,0	34,5
	PEA	RMF	56,9	58,5	55,6	55,1	59,2	58,8	58,0	57,7
		RMR	51,9	53,3	52,2	53,4	56,9	54,5	57,1	56,5
		RMS	59,0	64,6	62,1	66,5	66,8	63,9	62,0	65,5
De 25 a 39	PNEA	RMF	22,0	20,6	21,4	18,8	18,6	17,9	17,9	18,5
		RMR	22,4	22,2	24,3	21,6	20,3	23,0	22,7	20,6
		RMS	14,4	13,8	15,0	11,2	13,9	14,4	14,0	11,9
	PEA	RMF	78,0	79,4	78,6	81,2	81,4	82,1	82,1	81,5
		RMR	77,6	77,8	75,7	78,4	79,7	77,0	77,3	79,4
		RMS	85,6	86,2	85,0	88,8	86,1	85,6	86,0	88,1
De 40 a 59	PNEA	RMF	26,9	28,6	29,1	27,3	25,1	26,3	26,4	24,7
		RMR	34,2	32,2	35,1	32,5	32,1	32,7	32,4	31,1
		RMS	25,7	24,9	25,8	22,8	23,1	24,8	24,5	23,6
	PEA	RMF	73,1	71,4	70,9	72,7	74,9	73,7	73,6	75,3
		RMR	65,8	67,8	64,9	67,5	67,9	67,3	67,6	68,9
		RMS	74,3	75,1	74,2	77,2	76,9	75,2	75,5	76,4
60 anos ou mais	PNEA	RMF	73,3	75,2	75,3	73,8	72,0	72,4	70,3	73,2
		RMR	80,8	79,0	79,5	79,4	80,7	79,5	79,9	78,5
		RMS	77,9	75,0	76,8	76,9	75,0	75,7	73,1	74,0
	PEA	RMF	26,7	24,8	24,7	26,2	28,0	27,6	29,7	26,8
		RMR	19,2	21,0	20,5	20,6	19,3	20,5	20,1	21,5
		RMS	22,1	25,0	23,2	23,1	25,0	24,3	26,9	26,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Para aqueles com idade entre 25 e 39 anos, as três RMs registraram as menores participações percentuais dessas pessoas na PNEA nas três RMs e entre todas as faixas de

idade. Na RMF, 78% das pessoas estavam na PEA em 2001, seguida da RMR, com 77,6%, e da RMS que obteve a maior participação percentual, registrando 85,6% de sua população, na faixa de idade citada, fazendo parte da PEA em 2001. Conseqüentemente, o percentual daqueles que estavam na PNEA era de 22% na RMF, 22,4% na RMR e 14,4% na RMS. É importante destacar, porém, que os percentuais de pessoas na PEA com idade citada seguem tendência de melhora e, em 2008, as três RMs registraram maiores percentuais na PEA quando comparado a 2001. Na RMF, 81,5% de sua população com idade entre 25 e 39 anos estavam na PEA, seguida pela RMR, com 79,4%. A RMS mostrou melhor desempenho e registrou 88,1% na PEA em 2008. Destaque-se que nessa faixa de idade foi que se registraram os maiores percentuais de pessoas na PEA no ano citado.

Na faixa de idade entre 40 e 59 anos, também se observaram percentuais significativos na PEA nas três RMs. A RMF registrou 73,1% na PEA no ano de 2001, enquanto a RMR apresentou o menor percentual, com 65,8%, ficando, nesse caso, a RMS com o maior percentual entre as RMs, quando registrou 74,3% no mesmo ano. Nos anos seguintes a 2001, houve pequenas oscilações (ver Tabela) e, em 2008, registrou-se 75,3% da população nessa faixa etária na RMF fazendo parte da PEA, contra 24,7% na PNEA. Na RMR, o percentual foi inferior ao observado na RMF e, no mesmo ano, foram registrados 68,9% das pessoas na PEA e 31,1% na PNEA. A RMS, por sua vez, registrou o maior percentual na PEA, com 76,4%, e, conseqüentemente, o menor na PNEA, com 23,6%. Porém, cabe destacar maior participação percentual na PEA das pessoas na idade citada, nas três RMs, quando comparados os anos de 2001 e 2008.

Em relação à população com 60 anos ou mais de idade, a RMF apresentou a maior participação na PEA no ano de 2001 (26,7%). A RMR apresentou o menor percentual observado entre as três RMs (19,2%). Na RMS, 22,1% dessa população estava na PEA. Essa baixa participação pode ser consequência da idade elevada e da participação dessas pessoas na aposentadoria. Nesse caso, o percentual dos não economicamente ativos foi de 73,1% na RMF, 80,8% na RMR e 77,9% na RMS, no ano de 2001. Em 2008, a RMF registrou somente 26,8% de sua população na PEA, embora ainda permanecendo com o maior percentual entre as três RMs, visto que a RMR registrou apenas 21,5%, sendo esse o menor percentual, e, a RMS, por sua vez, 26%. Cabe destacar, contudo, que nos anos observados neste estudo (2001 a 2008), as variações mostraram ser relativamente suaves, não sendo necessário destacar nenhuma oscilação mais acentuada no período.

Quanto à condição de ocupação, os dados mostram que em 2001, 91,4% da PEA da RMF, com idade entre 10 e 14 anos, estava ocupada, e 8,6% desocupada. Na RMR, registrou-

se 85,9% de ocupação e 14,1% de desocupação. A RMS apresentou o menor percentual da PEA ocupada com a idade citada, e, em 2001, 78,8% estava ocupada, registrando desemprego de 21,2%. Esse indicador, contudo, é questionável em termos de qualidade, pois, a PEA na idade citada indica trabalho infantil nas metrópoles nesses primeiros anos do século. Em 2008, o percentual da PEA com idade entre 10 e 14 anos ocupada na RMF eleva para 92,1%, registrando apenas 7,9% de desocupação. Na RMR, reduz o percentual de ocupados com essa idade e, em 2008, registrou-se 80,8% dessa PEA ocupada e taxa de desocupação de 19,2%. A RMS mostrou o maior percentual de desocupação entre as três RMs, com 25%, registrando, no mesmo ano, 75% da PEA, com idade citada, ocupada.

Para a população com idade de 15 a 24 anos os dados mostram que na RMF, 77,3% da PEA estava ocupada, contra 22,7% no desemprego no ano de 2001. A RMR, por sua vez, apresentou 73,1% de ocupação e desemprego de 26,9%. A RMS obteve a maior taxa de desemprego para a PEA com essa idade, ficando em 28,1%, sendo que, nesse ano, 71,9% estavam ocupados nessa RM. Nos anos posteriores a 2001, parece não haver alteração significativa (ver Tabela). Contudo, em 2008, eleva o percentual da PEA em atividade para 80,2% na RMF. Porém, as outras duas RMs (RMR e RMS) apresentam redução de sua PEA ocupada em 2008, tendo apenas 68,1% na RMR e 70,2% na RMS, resultado inferior ao observado em 2001. Nesse caso, a taxa de desemprego para a PEA com idade entre 15 e 24 anos foi de 19,8% na RMF, 31,9% na RMR e 29,8% na RMS, em 2008.

Para a PEA com idade entre 25 e 39 anos, os dados mostram, em 2001, que a RMF registrou 90,1% de ocupação e taxa de desocupação de 9,9%. Já a RMR, registrou 86,9% de ocupados contra 13,1% de desocupados no mesmo ano. A RMS, por sua vez, registrou o menor percentual de ocupação observado entre as três RMs. Em 2001, essa RM apresentou taxa de desemprego de 13,3% para a PEA com idade entre 25 e 39 anos e apenas 86,7% deles estavam ocupados. Cabe destacar que, nos anos seguintes a 2001, houve comportamento semelhante sem nenhuma alteração relevante na estrutura da PEA ocupada entre as RMs. Porém, destaque-se o caso de 2008, quando a RMF registrou 91,8% de ocupação e taxa de desemprego de apenas 7,2% para a PEA com a idade citada. A RMR apresentou leve redução, com percentual de 86,4% da PEA ocupada, tendo a RMS apresentado leve aumento, com 87,2%. Nesse caso, o maior desemprego foi registrado na RMR (13,6%), e o menor na RMF (7,2%).

Tabela 17: População economicamente ativa por condição de ocupação e faixa de idade segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

			Condição de ocupação							
Idade			2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
De 10 a 14	População ocupada	RMF	91,4	87,4	85,9	94,0	87,3	88,9	84,1	92,1
		RMR	85,9	88,8	90,6	85,7	82,3	84,1	89,1	80,8
		RMS	78,8	77,0	73,3	75,6	76,1	82,2	79,5	75,0
	População Desocupada	RMF	8,6	12,6	14,1	6,0	12,7	11,1	15,9	7,9
		RMR	14,1	11,2	9,4	14,3	17,7	15,9	10,9	19,2
		RMS	21,2	23,0	26,7	24,4	23,9	17,8	20,5	25,0
De 15 a 24	População ocupada	RMF	77,3	73,8	74,0	73,0	73,3	74,4	76,9	80,2
		RMR	73,1	71,2	69,6	64,3	66,1	68,4	63,4	68,1
		RMS	71,9	64,3	65,0	65,3	67,8	65,8	71,4	70,2
	População Desocupada	RMF	22,7	26,2	26,0	27,0	26,7	25,6	23,1	19,8
		RMR	26,9	28,8	30,4	35,7	33,9	31,6	36,6	31,9
		RMS	28,1	35,7	35,0	34,7	32,2	34,2	28,6	29,8
De 25 a 39	População ocupada	RMF	90,1	88,8	88,5	89,3	89,1	90,2	90,1	92,8
		RMR	86,9	86,9	83,1	84,4	82,2	85,9	84,0	86,4
		RMS	86,7	84,9	83,2	83,4	84,6	86,8	86,0	87,2
	População Desocupada	RMF	9,9	11,2	11,5	10,7	10,9	9,8	9,9	7,2
		RMR	13,1	13,1	16,9	15,6	17,8	14,1	16,0	13,6
		RMS	13,3	15,1	16,8	16,6	15,4	13,2	14,0	12,8
De 40 a 59	População ocupada	RMF	93,6	93,9	93,2	93,8	94,1	94,3	94,4	96,2
		RMR	94,0	91,9	89,8	90,5	90,8	92,2	90,8	91,6
		RMS	92,0	89,6	89,4	89,3	91,1	91,9	91,3	94,2
	População Desocupada	RMF	6,4	6,1	6,8	6,2	5,9	5,7	5,6	3,8
		RMR	6,0	8,1	10,2	9,5	9,2	7,8	9,2	8,4
		RMS	8,0	10,4	10,6	10,7	8,9	8,1	8,7	5,8
60 anos ou mais	População ocupada	RMF	95,6	97,5	95,4	96,6	98,6	97,7	97,3	98,4
		RMR	94,9	95,8	94,7	96,0	97,6	97,2	95,4	96,9
		RMS	95,5	93,2	90,7	94,0	93,1	91,4	96,8	97,2
	População Desocupada	RMF	4,4	2,5	4,6	3,4	1,4	2,3	2,7	1,6
		RMR	5,1	4,2	5,3	4,0	2,4	2,8	4,6	3,1
		RMS	4,5	6,8	9,3	6,0	6,9	8,6	3,2	2,8

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Na faixa etária entre 40 e 59 anos, os dados mostram que, no ano de 2001, a RMF registrou 93,6% da PEA ocupada e taxa de desocupação de 6,4%. A RMR, naquele ano, registrou o maior percentual de ocupados em tal faixa etária, com 94%, registrando desocupação de somente 6%. A RMS também registrou elevado percentual da PEA ocupada nessa faixa etária, com 92%, contudo, apresentou a maior taxa de desemprego entre as três RMs pesquisadas, registrando 8%. Cabe acrescentar, ainda, que nos anos seguintes não houve alterações no quadro apresentado (ver Tabela), mas no ano de 2008 os resultados divergiram entre as RMs. A RMF elevou o percentual da PEA ocupada para 96,2%, enquanto a RMR reduziu para 91,6%. A RMS seguiu a dinâmica observada na RMF e registrou aumento para

94,2% em 2008. Nesse caso, a RMF apresentou a menor (3,8%) e a RMR a maior (8,4%) taxa de desemprego para a PEA com idade entre 40 a 59 anos em 2008.

Para a PEA com idade de 60 anos ou mais foram registrados, nas três RMs, os maiores percentuais de ocupados. Em 2001, os percentuais de ocupados eram de 95,6%, 94,9% e 95,5% nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente. Nos anos que seguem também se constatou elevados percentuais dos ocupados com idade de 60 anos ou mais em todas as três RMs. No ano de 2008, registraram-se as menores taxas de desocupação já observadas entre todas as faixas de idade: 1,6% para a RMF, 3,1% para a RMR e 2,8% para a RMS. Assim, a primeira RM registrou 98,4%; a segunda, 96,9%; e a terceira 97,2% em sua taxa de ocupação da PEA com idade de 60 anos ou mais.

Visto a taxa de atividade da PEA das RMs, caba agora destacar que, um dos problemas frequentemente constatados na discussão acerca da proteção no trabalho é a forma como ela atinge seletivamente a parte da população ocupada mais vulnerável¹⁸. Não raro, observa-se na literatura, principalmente nos estudos que abordam a informalidade, que a proteção no trabalho atinge parte da população ocupada com características semelhantes nos países em desenvolvimento. Os dados apresentados permitem reconhecer o elevado nível de informalidade, ou melhor, da falta de proteção social nos postos de trabalhos das RMs já observadas. Assim, faz-se pertinente caracterizar o perfil etário da população ocupada desprotegida e, dessa forma, mensurar o impacto da desproteção no contexto sócio-ocupacional.

Quanto à população ocupada por condição de proteção no trabalho, os dados mostram que na população com idade entre 10 e 14 anos praticamente não houve protegidos no período em análise. Nesse caso, a PEA em atividade nessa faixa etária não possui sistema de proteção em nenhuma das RMS estudadas. Para a RMF, foi constatado percentual muito baixo de protegidos nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2005, enquanto na RMR, só foi registrado no ano de 2002. Na RMS, 100% da PEA ocupada nessa faixa etária era desprotegida em todos os anos estudados.

Para a PEA com idade entre 15 e 24 anos, os dados mostram que, na RMF, apenas 32,5% dessa população era protegida, contra 67,5% dessa desprotegida do trabalho no ano de 2001. Na RMR, registrou-se 34,1% da PEA ocupada nessa faixa etária protegida, contra 65,9% desprotegida no mesmo ano. A RMS, por sua vez, registrou o maior percentual de protegidos entre as três RMs, com 38,9%, contudo, ainda registrou 61,1% da PEA ocupada

¹⁸ Diz-se daqueles com menos anos de escolaridade, mulheres e negros sem estudo.

nessa faixa etária sem nenhuma proteção. Destaque-se, também, que o percentual de desprotegidos no ano de 2001 nas três RMs foi superior a 60%, resultado bastante elevado. Nos anos que seguiram, foram observados aumentos no percentual de proteção em todas as RMs deste estudo. No ano de 2008, a RMF elevou a proteção para 35,7%, a RMR para 40,4% e a RMS para 41,7%. Contudo, ainda menos da metade da PEA em atividade nessa faixa permaneceu desprotegida do trabalho no ano de 2008.

Tabela 18: População ocupada por condição de proteção no trabalho e faixa de idade segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

		Condição de proteção no trabalho								
Idade			2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
De 10 a 14	Protegido	RMF	0,7	1,0	1,3	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0
		RMR	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		RMS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Não Protegido	RMF	99,3	99,0	98,7	100,0	98,9	100,0	100,0	100,0
		RMR	100,0	98,7	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
		RMS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
De 15 a 24	Protegido	RMF	32,5	33,9	35,3	35,8	34,5	34,0	37,6	35,7
		RMR	34,1	32,5	35,4	34,6	35,4	39,3	35,9	40,4
		RMS	38,9	35,3	35,8	34,8	35,8	40,0	38,5	41,7
	Não Protegido	RMF	67,5	66,1	64,7	64,2	65,5	66,0	62,4	64,3
		RMR	65,9	67,5	64,6	65,4	64,6	60,7	64,1	59,6
		RMS	61,1	64,7	64,2	65,2	64,2	60,0	61,5	58,3
De 25 a 39	Protegido	RMF	46,1	49,8	48,0	49,9	49,4	49,8	49,6	50,8
		RMR	52,9	51,5	51,4	51,6	53,1	55,9	58,3	56,8
		RMS	54,6	55,0	55,1	54,4	55,5	57,6	56,7	57,2
	Não Protegido	RMF	53,9	50,2	52,0	50,1	50,6	50,2	50,4	49,2
		RMR	47,1	48,5	48,6	48,4	46,9	44,1	41,7	43,2
		RMS	45,4	45,0	44,9	45,6	44,5	42,4	43,3	42,8
De 40 a 59	Protegido	RMF	41,2	42,6	44,0	43,0	44,4	44,2	44,1	44,0
		RMR	54,0	50,0	51,8	53,1	51,7	52,7	54,0	50,1
		RMS	56,3	55,1	55,6	53,0	52,7	55,8	56,0	53,5
	Não Protegido	RMF	58,8	57,4	56,0	57,0	55,6	55,8	55,9	56,0
		RMR	46,0	50,0	48,2	46,9	48,3	47,3	46,0	49,9
		RMS	43,7	44,9	44,4	47,0	47,3	44,2	44,0	46,5
60 anos ou mais	Protegido	RMF	23,6	21,7	24,1	22,6	19,7	22,9	24,9	19,1
		RMR	27,4	26,8	25,8	31,5	31,3	29,0	30,5	31,5
		RMS	28,3	33,6	36,0	31,1	28,9	37,8	28,2	26,3
	Não Protegido	RMF	76,4	78,3	75,9	77,4	80,3	77,1	75,1	80,9
		RMR	72,6	73,2	74,2	68,5	68,7	71,0	69,5	68,5
		RMS	71,7	66,4	64,0	68,9	71,1	62,2	71,8	73,7

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Para a PEA em atividade com idade entre 25 e 39 anos, os dados mostram que a RMF, mais uma vez, registrou o menor percentual de protegidos no trabalho, com 46,1%, entre as três metrópoles. No ano de 2001, 53,9% da PEA em atividade dessa faixa etária não tinha nenhum vínculo com institutos de previdência. A RMR ainda registrou 52,9% da PEA ocupada com proteção no trabalho no mesmo ano. A RMS mostrou o maior percentual de protegidos no trabalho entre as três RMs, obtendo 54,6%. A partir de 2002, houve aumento do percentual de trabalhadores protegidos nas três RMs estudadas. Já no ano de 2008, a RMF elevou para 50,8% a participação relativa da PEA protegida no trabalho com idade entre 25 e 39 anos. Para a RMR, o desempenho foi ainda melhor e 56,8% da PEA em atividade passou a ser protegida no trabalho. A RMS mostrou desempenho superior às demais e registrou 57,2%. Contudo, no mesmo ano, 49,2%, 43,2% e, 42,8% da PEA em atividade nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente, não tinham vínculo com institutos de previdência social do país.

Para a faixa de idade entre 40 e 59 anos o percentual da PEA ocupada com proteção no trabalho se assemelha às duas faixas anteriores. A RMF, mais uma vez, ficou com o menor percentual de protegidos, com 41,2%, quando comparado às outras RMs deste estudo. A RMR registrou 54% dos ocupados protegidos e a RMS o maior percentual entre as três, com 56,3%, no ano de 2001. No ano de 2008, apenas a RMF elevou o percentual de protegidos nessa faixa etária e registrou, nesse ano, 44% da PEA ocupada protegida. A RMR reduziu para 50,1% e a RMS para 53,5%. Dessa forma, os percentuais de desprotegidos no trabalho no ano de 2008 eram de 56% na RMF, 49,9% na RMR e, 46,5% na RMS.

Para a faixa etária de ocupados com 60 anos ou mais de idade, os dados mostram que, embora tenham apresentado o maior percentual da PEA em atividade, esses são, em sua grande maioria, desprotegidos no trabalho nas três RMs. Em 2001, somente 23,6% eram protegidos na RMF, enquanto na RMR o percentual foi de 27,4% no mesmo ano, e na RMS, registrou-se 28,3%. Nesse caso, mais de 70% dos ocupados de cada uma das RMs, com 60 anos ou mais de idade, eram desprotegidos no trabalho no ano de 2001. No período entre 2002 e 2007 ocorreram algumas pequenas oscilações nos percentuais de protegidos nas três RMs. Contudo, destaque-se que, no ano de 2008, reduziu-se o percentual de protegidos no trabalho nessa faixa etária na RMF para 19,1%. Já na RMR, elevou-se para 31,5% e, na RMS, reduziu-se para 26,3%. Assim, o percentual da PEA ocupada sem proteção no trabalho, com 60 anos ou mais de idade, no ano de 2008, foi de 80,9%, 68,5% e de 73,3% nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente.

Conforme observado na literatura acerca da população atingida pela informalidade no mercado de trabalho, os dados evidenciam convergência para achados em outras investigações, tais como Márquez e Pagés, 1998, Corbacho, 2000, Freije, 2001, dentre outros. Esses autores encontraram maior probabilidade de participação de trabalhadores na informalidade, portanto, sem proteção, para pessoas jovens e idosas e sem qualificação formal elevada. Os dados expostos para as RMs do Nordeste brasileiro corroboram precisamente para o observado na literatura, visto que os maiores percentuais de desprotegidos foram exatamente relacionados às pessoas com as características citadas e em todos os anos observados.

Quanto à população com 10 anos ou mais de idade por condição de atividade e faixa de escolaridade, os dados mostram que, para a população que está na primeira faixa, com 0 a 4 anos de estudo, mais de 50% em cada uma das RMs estava na PNEA no ano de 2001. Na RMF, 48,9% estava na PEA, enquanto na RMR, o percentual registrado foi de somente 40,1%. A RMS, por sua vez, registrou 48%. Nos anos seguintes, houve tendência de redução percentual daqueles com estudo entre 0 a 4 anos na PEA dessa RMs. Em 2008, a RMF reduziu o percentual para 44,5%, sendo esse ainda o maior percentual entre as RMs, tendo a RMR registrado o menor percentual, com 36,5%. A RMS detinha 43,3%. Assim, da população das RMs com escolaridade entre 0 e 4 anos, mais de 50% estava na PNEA no ano de 2008, sendo ainda os percentuais dessa faixa etária mais elevados, se comparado a 2001 (ver Tabela).

Para os que tinham escolaridade de 5 a 8 anos de estudo, o percentual na PNEA é menor, se comparado à faixa anterior. Em 2001, 55% da população com anos de estudo na faixa citada, estava na PEA, na RMF. Na RMR, o percentual era um pouco inferior ao da RMF, mas registrou-se ainda 50,9%. A RMS apresentou o maior percentual, com 57,2%. A RMF foi, gradativamente, reduzindo o percentual da PEA com esse nível de escolaridade e, em 2008, chegou a 52,1%. A RMR, por sua vez, seguiu a mesma tendência da RMF, porém, ao longo dos anos, observou-se tendência menos acentuada, e, em 2008 apresentou leve redução para 50,3%. Na RMS, a tendência foi contrária à observada nas outras RMs. Em 2008, elevou-se para 59% o percentual da PEA com escolaridade entre 5 e 8 anos.

Para a população com escolaridade entre 9 e 11 anos, os dados mostram que aumenta substancialmente o seu percentual na PEA nas três RMs. Em 2001, registrou-se, na RMF, 70,8% na PEA e 29,2% na PNEA. Na RMR, registrou-se o maior percentual entre as três RMs na PNEA, observando-se 31,2%, e, nesse ano, somente 68,8% dessa população estava na PEA. A RMS apresentou o maior percentual entre as três RMs na PEA, com 74,8%, e,

consequentemente, o menor percentual na PNEA (22,1%). Nos anos seguintes, registrou-se relativo aumento no percentual daqueles que estavam na PEA. No último ano da série (2008), a RMF registrou 73,1%, a RMR, 71,8%, e, a RMS, 78,2%. Tais resultados permitem afirmar aumento significativo do percentual daquelas pessoas com escolaridade entre 9 e 11 anos que passaram a fazer parte da PEA. Contudo, , estavam na PNEA naquele ano, aproximadamente, 27% na RMF, 28% na RMR e 22% na RMS.

Tabela 19: População ocupada por condição de atividade e faixa de escolaridade (em anos de estudo) segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

Anos		Condição de atividade								
		RM	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
De 0 a 4	PNEA	RMF	51,1	53,3	55,2	53,6	53,1	54,2	55,2	55,5
		RMR	59,9	59,2	59,6	60,9	60,3	62,2	62,1	63,5
		RMS	52,0	50,9	53,4	51,0	51,5	55,3	55,3	56,7
	PEA	RMF	48,9	46,7	44,8	46,4	46,9	45,8	44,8	44,5
		RMR	40,1	40,8	40,4	39,1	39,7	37,8	37,9	36,5
		RMS	48,0	49,1	46,6	49,0	48,5	44,7	44,7	43,3
De 5 a 8	PNEA	RMF	45,0	47,0	48,8	47,3	46,0	47,3	45,5	47,9
		RMR	49,1	49,1	51,6	50,5	48,9	51,8	51,2	49,7
		RMS	42,8	41,2	41,6	38,2	40,2	44,3	42,8	41,0
	PEA	RMF	55,0	53,0	51,2	52,7	54,0	52,7	54,5	52,1
		RMR	50,9	50,9	48,4	49,5	51,1	48,2	48,8	50,3
		RMS	57,2	58,8	58,4	61,8	59,8	55,7	57,2	59,0
De 9 a 11	PNEA	RMF	29,2	29,1	27,7	29,4	25,4	26,8	27,1	26,9
		RMR	31,2	29,1	31,7	28,5	27,4	28,6	27,9	28,2
		RMS	25,2	21,9	23,7	20,0	21,3	22,3	22,5	21,8
	PEA	RMF	70,8	70,9	72,3	70,6	74,6	73,2	72,9	73,1
		RMR	68,8	70,9	68,3	71,5	72,6	71,4	72,1	71,8
		RMS	74,8	78,1	76,3	80,0	78,7	77,7	77,5	78,2
12 para cima	PNEA	RMF	21,0	18,0	20,7	19,9	18,9	16,4	22,0	20,7
		RMR	20,0	19,6	21,7	19,0	20,9	21,8	22,9	20,3
		RMS	16,5	14,3	17,4	17,5	16,0	16,6	17,1	17,1
	PEA	RMF	79,0	82,0	79,3	80,1	81,1	83,6	78,0	79,3
		RMR	80,0	80,4	78,3	81,0	79,1	78,2	77,1	79,7
		RMS	83,5	85,7	82,6	82,5	84,0	83,4	82,9	82,9

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Para a população com escolaridade acima de 12 anos de estudo, os dados mostram maiores percentuais na PEA, do que o observado nas outras faixas. Destaque-se que, em 2001, a RMF apresentou o menor percentual entre as RMs, com 21%. A RMR registrou 20%, contra 16,5% observados na RMS. Os percentuais dos que estavam na PNEA naquele ano eram de 21%, 20% e 16,5% para as RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente.

Acrescente-se que houve pequenas oscilações (ver Tabela), e, em 2008, foram registrados aumentos nos percentuais dos que estavam na PEA na RMF, que obteve 79,3%, e redução nas demais RMs. A RMR reduziu para 79,7% e a RMS para 82,9%. Dessa forma, ainda foram constatados nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente, 20,7%, 20,3% e 17,1% da população integrante da PNEA no ano de 2008, com escolaridade acima de 10 anos de estudo.

Os dados a seguir apresentam a População Economicamente Ativa por condição de ocupação e faixa de escolaridade. Diante dos dados, observa-se que os percentuais mostraram-se elevados em todas as RMs. Em 2001, 90,9% da PEA residente na RMF, com escolaridade entre 0 e 4 anos de estudo estava ocupada. Na RMR o percentual registrado foi de 88%, sendo superior ao observado na RMS, que contabilizou 86,1%. No mesmo ano, o desemprego para a população com escolaridade entre 0 e 4 anos foi de 9,1% 12% e 13,9% nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente. Nos anos seguintes, constatou-se comportamento moderado, com pequenas alterações ao longo dos anos. Mas, em 2008, o percentual de ocupados na RMF elevou-se para 94,8% não sendo seguido pela RMR que mostrou movimento contrário e reduziu para 87,1%. A RMS, por sua vez, elevou a participação percentual de ocupados com tal escolaridade e registrou 89,1%. Nesse ano, o desemprego para as pessoas com menor nível de qualificação foi o mais baixo entre todas as faixas de anos de estudos citadas (ver Tabela).

Para a PEA com escolaridade entre 5 e 8 anos de estudo, observa-se menores percentuais de ocupados em 2001, se comparados àqueles da faixa de escolaridade anterior, com 0 a 4 anos de idade. Na RMF, 85,7% da PEA com o nível de escolaridade citado estava ocupado em 2001. Na RMR, esse percentual foi levemente inferior (83,6%), ao observado na RMF, que, por sua vez, obteve um percentual levemente superior ao observado na RMS (82%). O desemprego atingiu 14,3% na RMF, 16,4% na RMR e, 18% na RMS, no ano de 2001. Na RMF, com exceção do ano de 2003, que apresentou redução no percentual, quando comparado a 2002, os demais anos mostraram-se em trajetória ascendente. Em 2008, essa RM registrou 91,3% da PEA ocupada e desemprego de 8,7%. A RMR demonstrou maior oscilação no percentual ao longo dos anos observados. No ano de 2008, o percentual de ocupados com o nível de escolaridade citado foi igual ao observado em 2001. Diferentemente da RMR, a RMS elevou a participação percentual da PEA ocupada para 84,7% e registrou desemprego, nesse ano, de 15,3%, deixando a RMR com o maior percentual de desempregados entre as três RMs.

Tabela 20: População economicamente ativa por condição de ocupação e faixa de escolaridade segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

		Condição de ocupação								
Anos		RM	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
De 0 a 4	População ocupada	RMF	90,9	88,8	89,8	90,7	91,3	91,3	92,7	94,8
		RMR	88,0	87,2	85,8	85,5	84,3	89,0	85,0	87,1
		RMS	86,1	82,1	81,6	83,2	85,9	85,3	88,3	89,1
	População desocupada	RMF	9,1	11,2	10,2	9,3	8,7	8,7	7,3	5,2
		RMR	12,0	12,8	14,2	14,5	15,7	11,0	15,0	12,9
		RMS	13,9	17,9	18,4	16,8	14,1	14,7	11,7	10,9
De 5 a 8	População ocupada	RMF	85,7	86,9	84,4	85,0	86,4	87,1	88,0	91,3
		RMR	83,6	82,2	79,0	79,8	78,1	81,4	80,2	83,6
		RMS	82,0	78,0	77,7	77,3	79,9	81,5	84,2	84,7
	População desocupada	RMF	14,3	13,1	15,6	15,0	13,6	12,9	12,0	8,7
		RMR	16,4	17,8	21,0	20,2	21,9	18,6	19,8	16,4
		RMS	18,0	22,0	22,3	22,7	20,1	18,5	15,8	15,3
De 9 a 11	População ocupada	RMF	85,7	82,7	83,1	83,5	82,1	84,8	85,2	88,8
		RMR	82,9	82,7	79,3	78,4	79,1	81,5	78,7	82,0
		RMS	83,0	79,1	78,4	79,0	80,3	81,1	81,9	83,5
	População desocupada	RMF	14,3	17,3	16,9	16,5	17,9	15,2	14,8	11,2
		RMR	17,1	17,3	20,7	21,6	20,9	18,5	21,3	18,0
		RMS	17,0	20,9	21,6	21,0	19,7	18,9	18,1	16,5
12 para cima	População ocupada	RMF	92,5	92,4	93,7	92,0	94,1	93,3	92,6	92,8
		RMR	94,0	92,8	91,6	90,9	91,3	92,1	92,2	91,7
		RMS	92,3	90,7	90,6	89,7	90,2	92,3	90,2	91,5
	População desocupada	RMF	7,5	7,6	6,3	8,0	5,9	6,7	7,4	7,2
		RMR	6,0	7,2	8,4	9,1	8,7	7,9	7,8	8,3
		RMS	7,7	9,3	9,4	10,3	9,8	7,7	9,8	8,5

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Na PEA com escolaridade entre 8 e 11 anos, os dados revelam resultados semelhantes ao observado na faixa de escolaridade anteriormente apresentada. A RMF apresentou 85,7% de sua PEA ocupada e taxa de desemprego de 14,3%, sendo essa a menor registrada entre as três RMs no ano de 2001 para essa faixa de escolaridade. Na RMR, o percentual foi inferior, com 82,9%, ao observado na RMF, como também, inferior ao constatado na RMS, com 83%. Assim, na RMR foi registrado o maior nível de desemprego, com 17,1% para a faixa de escolaridade citada, embora muito próximo do observado na RMS, que foi de 17%. Nos anos que seguem, a RMF apresentou redução percentual (ver Tabela), passando a recuperar-se a partir de 2006. Porém, em 2008, o percentual de ocupados com escolaridade entre 8 e 9 anos de estudo foi superior ao observado em 2001. Nesse ano, registrou-se, nessa RM, 88,8% de ocupados, com taxa de desocupação de 11,2%. Para a RMR não se observou a mesma dinâmica. Nessa RM houve redução no percentual de ocupados, quando comparada a 2008.

Nesse caso, a desocupação de 18%, foi a maior registrada entre as RMs observadas. A RMS apresentou pífio aumento no percentual de ocupados em 2008, quando se registrou 83,5% contra 83% observados em 2001. O desemprego nessa RM foi o segundo maior, com registro de 16,5%.

Na PEA com escolaridade acima de 12 anos de estudo, os dados mostram que, em 2001, registraram-se os maiores percentuais de ocupados em todas as RMs, se comparados às demais faixa de anos de estudo. Nesse ano, a RMF conferiu 92,5% da PEA em condição de ocupados, sendo a taxa de desocupação de 7,5%. A RMR apresentou resultado superior ao observado na RMF, que, por sua vez, registrou 94% da PEA nas condições citadas, em atividade em 2001, sendo também superior ao percentual observado na RMS, que auferiu 92,3%. Nessa faixa de anos de estudo, a desocupação constatada na RMR, de 6%, foi inferior à observada na RMS, de 7,7%, e na RMF, de 7,5%. Nos anos que seguiram, constataram-se pequenas oscilações nos percentuais de ocupados em todas as RMs. Porém, na RMF houve elevação percentual para 92,8%, embora tímida. A RMR reduziu para 91,7% e elevou o desemprego para 8,3%, enquanto a RMS reduziu levemente para 91,5%, com desemprego de 8,5% no mesmo ano, sendo essa a maior taxa entre as três RMs.

Quanto à condição de proteção no trabalho por anos de estudo, os dados mostram baixos percentuais de pessoas protegidas com escolaridade entre 0 e 4 anos de estudo em todas as RMs¹⁹. Em 2001, somente 22,1% da PEA ocupada na RMF com esse nível de escolaridade tinha algum tipo de proteção no trabalho. Nesse caso, aproximadamente, 78% da PEA ocupada nessa RM não tinham nenhum vínculo com institutos de previdência. A RMR mostrou melhor desempenho, registrando 31,3% dos ocupados com proteção no trabalho no mesmo ano. Contudo, ainda constatou-se, aproximadamente, 70% da PEA ocupada sem proteção no trabalho. Dessa forma, o melhor resultado foi observado na RMS, que registrou 32,3% da PEA com proteção no trabalho e 67,7% sem proteção. Nesse sentido, constata-se a forte presença de trabalhos sem registro com a previdência em todas as RMs aqui estudadas, no ano de 2001. O mais grave é que houve redução do percentual de protegidos com nível de escolaridade de 0 a 4 anos de estudo ao longo dos anos. Em 2008, o percentual da RMF reduziu para 21,8%, piorando ainda mais o quadro de proteção do trabalhador cearense com menos anos de estudo, sendo esse o mais vulnerável. Na RMR também houve redução, para 29,5%, enquanto a RMS registrou 30,9%. O percentual de desprotegidos no trabalho nessas

¹⁹ Resultados também encontrados por Tannuri-Pianto e Pianto, 2002.

RMs foi de 78,2%, 70,5% e 69,1% para as RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente.

Para a PEA com escolaridade entre 5 e 8 anos, observa-se que há maior percentual de protegidos, se comparado com a faixa de escolaridade anterior. Contudo, ainda observam-se percentuais muito baixos. Em 2001, na RMF, somente 33,6% eram protegidos, contra 66,4% sem proteção no trabalho. Na RMR, o percentual era superior ao observado na RMF, sendo de 40,5% de protegidos e 59,5% sem proteção no trabalho, resultado aproximado do constatado na RMS, que teve 40,9% de trabalhadores protegidos e 59,1% de desprotegidos no trabalho no mesmo ano. Nos anos seguintes, essas RMs apresentaram a mesma dinâmica, reduzindo o percentual de protegidos e, conseqüentemente, elevando o percentual daqueles sem proteção no trabalho. No ano de 2008, a RMF registrou somente 32,8% da PEA ocupada, com escolaridade entre 5 e 8 anos de estudo, com proteção no trabalho, elevando, dessa forma, o percentual de desprotegidos para 67,2%, percentual superior ao observado em 2001. Da mesma forma, observou-se, na RMR, redução para 36,4%, com elevação do percentual de desprotegidos para 63,6%, sendo esse percentual inferior ao observado na RMF e superior ao observado na RMS, que foi de 62,9%. Essa RM teve o maior percentual de protegidos no trabalho entre as metrópoles, nesse ano (37,1%).

Observa-se que, na medida em que se avança nos anos de escolaridade, aumenta o percentual de proteção no trabalho. Para a população com escolaridade entre 9 e 11 anos, os dados mostram maiores percentuais de ocupados protegidos, se comparados às faixas de escolaridades anteriores. Em 2001, a RMF registrou 56,3% da PEA ocupada com esse nível de escolaridade, protegidos no trabalho. Porém, ainda era elevado o percentual daqueles sem nenhum vínculo com institutos de previdência social, alcançando 43,7%. Na RMR, 58,9% eram protegidos no trabalho, contra 41,1% sem proteção, resultado aproximado do observado na RMS, porém, inferior a essa região, uma vez que a RMS registrou o maior percentual de protegidos, com 60,5%, em detrimento de 39,5% sem proteção, em 2001. Nos anos que seguiram, observou-se leve oscilação no percentual em todas as RMs. Contudo, cabe ressaltar que se reduziu a participação de protegidos e, conseqüentemente, elevou-se o percentual de desprotegidos nas três RMs, se comparado o ano de 2001 a 2008. Em 2001, a RMF registrou somente 53,5% de sua PEA com escolaridade entre 9 e 11 anos protegidos no trabalho, sendo que a RMR teve a menor variação observada e registrou 58,1% de protegidos. A RMS reduziu para 59,5%, equivalente à redução de um ponto percentual, sendo mais acentuada a redução para a RMF. Cabe destacar, no entanto, que ainda há elevado percentual da PEA ocupada sem proteção no trabalho nas três RMs.

Tabela 21: População ocupada por condição de proteção no trabalho e faixa de escolaridade (em anos) segundo o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

		Condição de proteção no trabalho								
Anos		RM	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
De 0 a 4	Protegido	RMF	22,1	23,7	24,6	25,1	22,1	21,2	23,1	21,8
		RMR	31,3	32,0	30,4	30,2	29,5	32,7	31,7	29,5
		RMS	32,3	31,3	32,5	29,5	29,9	33,6	30,6	30,9
	Não Protegido	RMF	77,9	76,3	75,4	74,9	77,9	78,8	76,9	78,2
		RMR	68,7	68,0	69,6	69,8	70,5	67,3	68,3	70,5
		RMS	67,7	68,7	67,5	70,5	70,1	66,4	69,4	69,1
De 5 a 8	Protegido	RMF	33,6	36,2	34,4	33,2	34,7	32,6	33,6	32,8
		RMR	40,5	36,5	40,3	37,1	36,0	39,4	39,1	36,4
		RMS	40,9	38,3	39,2	36,2	36,2	39,8	37,8	37,1
	Não Protegido	RMF	66,4	63,8	65,6	66,8	65,3	67,4	66,4	67,2
		RMR	59,5	63,5	59,7	62,9	64,0	60,6	60,9	63,6
		RMS	59,1	61,7	60,8	63,8	63,8	60,2	62,2	62,9
De 9 a 11	Protegido	RMF	56,3	56,3	53,9	55,1	55,7	54,9	54,7	53,5
		RMR	58,9	54,4	54,6	56,7	56,5	60,3	60,6	58,1
		RMS	60,5	59,9	59,5	58,9	58,2	60,0	60,5	59,5
	Não Protegido	RMF	43,7	43,7	46,1	44,9	44,3	45,1	45,3	46,5
		RMR	41,1	45,6	45,4	43,3	43,5	39,7	39,4	41,9
		RMS	39,5	40,1	40,5	41,1	41,8	40,0	39,5	40,5
12 para cima	Protegido	RMF	66,2	64,4	69,8	70,1	66,9	68,4	69,9	65,5
		RMR	70,4	66,7	67,7	70,5	72,1	66,8	71,7	72,0
		RMS	74,4	71,6	73,0	71,7	75,0	72,0	68,4	70,1
	Não Protegido	RMF	33,8	35,6	30,2	29,9	33,1	31,6	30,1	34,5
		RMR	29,6	33,3	32,3	29,5	27,9	33,2	28,3	28,0
		RMS	25,6	28,4	27,0	28,3	25,0	28,0	31,6	29,9

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Para a PEA ocupada, com escolaridade de 12 anos ou mais de estudo, os dados mostram o melhor desempenho quanto à proteção no trabalho, nas três RMs. A RMF, que tinha o menor percentual de protegidos entre as três metrópoles, registrou, em 2001, 66,2% da PEA ocupada sob essa condição, sendo 33,8% o percentual daqueles sem vínculo com institutos de previdência. Por sua vez, a RMR registrou percentual de 70,4%, superior ao observado na RMF, que alcançou 66,2%, e inferior ao constatado na RMS, com 74,4%. Nesse caso, o percentual de desprotegidos na RMR foi de 29,6%, contra 25,6% na RMS, sendo esse o menor percentual para o ano de 2001. Nos anos que seguem, assistiu-se a uma dinâmica diferenciada entre as RMs. Embora pequenas, foram registradas oscilações diferenciadas, que seguiram a dinâmica econômica de cada RM. A RMF reduziu levemente o percentual de protegidos para 65,5% e permaneceu, ainda, o menor entre as RMs. Dinâmica diferente foi

observada na RMR, que elevou o percentual para 72%, no entanto, a RMS não seguiu a mesma tendência e reduziu para 70,1% o percentual da PEA ocupada com proteção no trabalho no ano de 2008. Nesse caso, o percentual da PEA ocupada sem vínculo com nenhum instituto de previdência social foi de 34,5%, 28,5% e 29,9% para as RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente.

Esses achados ratificam resultados de estudos anteriormente realizados, que constata maior formalização ou proteção no trabalho na medida em que aumentam a qualificação do profissional em anos de estudos (BARROS, MELLO e PERO, 1993). Dessa forma, a qualificação pode ser uma alternativa à proteção no trabalho, embora Ramos (2002) acredite que a informalidade, ou o que chamamos neste estudo de “desproteção no trabalho”, seja um problema de ordem estrutural que atinge o mercado de trabalho e é consequência das ações do processo de reestruturação produtiva. Assim, o aumento da participação do terciário como gerador de empregos, em consequência da redução do secundário, pode explicar, em grande parte, esse fenômeno.

Capítulo 4

4.1 Construção das categorias sócio-ocupacionais e absorção de ocupados nas regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador – 2001-2008.

Para analisar a absorção, por categoria dos ocupados metropolitanos foram necessárias a construção de categorias sócio-ocupacionais a partir da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. A construção das categorias privilegiou a aglomeração de ocupação a partir da semelhança observada nas ocupações. Finalizada a construção das categorias, esse capítulo busca ainda avaliar o mercado de trabalho das RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, a partir da participação de ocupados por cada categoria sócio-ocupacional, comparando as estruturas dos mercados de trabalho.

4.2 Procedimentos metodológicos da pesquisa

A construção das categorias sócio-ocupacionais (CATs) segue uma metodologia construída pelo Observatório das Metrópoles. Inicialmente, fez-se necessário algumas adaptações da classificação ocupacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2001, à da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), de 2002 a 2008, procurado tornar a classificação compatível para um estudo comparado do período de 2001 com o ano de 2008. Nesse sentido, foram reagrupadas algumas famílias ocupacionais.

Faz-se necessário destacar, também, algumas adaptações feitas para a compatibilização, a partir da mudança de códigos da atividade principal no ano de 2001 para adequá-la aos demais anos. Nesse sentido, o Observatório das Metrópoles utilizou algumas variáveis fundamentais para a construção das CATs, sendo necessárias algumas reformulações para a possível comparação entre elas no decorrer dos anos analisados.

Para a padronização das variáveis e a construção das CATs, objetivando a comparação entre os anos, foram feitas algumas adaptações nas variáveis-base a seguir:

Na construção das Categorias Sócio-ocupacionais deste estudo na PNAD, para os anos de 2001 a 2008, foram utilizadas algumas variáveis-chave. Dentre essas variáveis, o Observatório das Metrópoles destaca aquelas que apresentam informações acerca da ocupação das pessoas na semana de referência, a atividade econômica principal exercida, posição das

pessoas na ocupação, setor de atividade econômica em que as pessoas estão ocupadas, idade da pessoa ocupada, escolaridade do ocupado em anos de estudo, renda e área censitária, nesse caso, para as Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador.

Quadro 1: Registro de variáveis usadas para a criação das categorias ocupacionais (CATS)

Variável	Anos							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
V9906 - Código da ocupação na semana de referência da pesquisa	x	x	x	X	x	x	x	x
V9907 – Atividade principal do empreendimento nesse trabalho	x	x	x	X	x	x	x	x
V4770 – Valor do rendimento mensal de todas as fontes para pessoas de 5 anos ou mais de idade	x							
V4720 – Valor do rendimento mensal de todas as fontes para pessoas		X	x	X	x	x	x	x
V4703 – Anos de estudo	x	X	x	X	x	x		
V4803 – Anos de estudo							x	x
V8005 – Idade do morador	x	X	x	X	x	x	x	x
V4756 – Posição na ocupação da atividade principal na semana de referência para pessoas de 5 anos e mais	x							
V4706 - Posição na ocupação da atividade principal na semana de referência ²⁰		X	x	X	x	x	x	x
V9032 – Setor do Emprego	x	X	x	X	x	x	x	x
V4727 – Código de área censitária	X	X	x	X	x	x	x	x

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010.

Para fins da comparação das variáveis entre os anos estudados, deve-se acrescentar que essas “apresentaram mudanças ao longo dos anos estudados, tanto no aspecto temático e conceitual quanto no aspecto de sua codificação” (Observatório das Metrôpoles). Nesse caso,

²⁰ Em 2002 a definição da v4706 era de posição na ocupação da atividade principal na semana de referência para pessoas de 5 anos e mais, a partir de 2003 essa referência era para pessoas com 10 anos e mais.

ocorreu uma padronização dessas variáveis desenvolvidas pelo Observatório das Metrôpoles, para que se permitisse fazer uma comparação ao longo dos anos, sem perder o significado da análise.

Diante das informações acrescentadas ao estudo, faz-se necessário descrever o processo pelo qual se construiu as categorias.

As categorias sócio-ocupacionais são ordenadas em 24 grupos que compõem todas as ocupações encontradas pela pesquisa da PNAD. Para este estudo, o Observatório das Metrôpoles reagrupou essas 24 categorias em 8 grupos sócio-ocupacionais, seguindo o critério de semelhança entre as profissões exercidas nessas categorias. A partir do exposto, o Observatório das Metrôpoles assim definiu:

Dirigentes: são os grandes empregadores (acima de 10), dirigentes do setor público e dirigentes do setor privado. No caso dos dirigentes do setor público, a escolha foi realizada entre os que possuíam remuneração igual ou superior a 20 salários mínimos e que exercem suas atividades em ocupações de direção. A mesma denominação foi utilizada para dirigente do setor privado, com remuneração igual ou superior a 20 salários mínimos²¹.

A categoria de pequenos empregadores é formada, tão somente, pelos empregadores que declararam possuir até 10 empregados em qualquer setor de atividade econômica.

A categoria de Profissionais de Nível Superior é composta por Profissionais Autônomos de Nível Superior, Profissionais Empregados de Nível Superior, Profissionais Estatutários de Nível Superior e Professores de Nível Superior. Nesse sentido, o Observatório das Metrôpoles ainda fez alguns recortes necessários à sua classificação²².

Assim, para os profissionais autônomos de nível superior, é necessário que o ocupado exerça sua profissão em atividade que exija nível superior e que trabalhe por conta-própria em sua atividade. No que se refere aos empregados de nível superior, além das exigências mencionadas, o ocupado deve exercer sua atividade na condição de empregado com ou sem carteira de trabalho assinada.

²¹ “Como se verificou que em muitas ocupações que estão classificadas na CBO como tipicamente do setor privado havia pessoas inseridas nela, mas exercendo-a no setor público, o procedimento adotado foi de utilizar as mesmas ocupações nas duas categorias (Dirigentes do Setor Público e Dirigentes do Setor Privado), com o filtro de Setor de Emprego (variável v9032). A única ocupação que aparece em Dirigentes do Setor Público e que está em Dirigentes do Setor Privado é a de Juiz/Desembargador (Observatório das Metrôpoles, 2010).

²² “As ocupações existentes nas Categorias Profissionais Autônomos de Nível Superior são as mesmas presentes nas categorias Profissionais Empregados de Nível Superior e Profissionais Estatutários de Nível Superior, em que se adotou apenas o filtro de posição na ocupação para estabelecer a diferença entre autônomo, empregado e estatutário. Porém, na categoria de Profissionais Estatutários de Nível Superior foram inseridas outras ocupações que não aparecem nas duas anteriores, como já foi especificado na descrição dessa categoria” (Observatório das Metrôpoles, 2010).

Na categoria dos profissionais estatutários de nível superior agruparam-se aqueles que exercem sua ocupação na forma de funcionário público e com rendimentos menores que 20 salários mínimos. Para os professores de nível superior utilizaram-se somente aqueles que exercem suas atividades como docentes e possuem nível superior para tal exercício.

Na categoria de Ocupações Médias incluem-se algumas ocupações:

Ocupações em Escritórios – nessa categoria, estão aqueles cujas atividades sejam desenvolvidas em escritório, sem que o ocupado desenvolva função de gerência.

Ocupações de Supervisão – nessa categoria classificam-se aqueles que exercem função de supervisor e de administrador e que tenham rendimentos inferiores a 20 salários mínimos, independente de ter ou não carteira de trabalho assinada.

Ocupações Técnicas – nessa categoria estão aqueles que, para o exercício de sua função, tem a exigência do nível de conhecimento mencionado (curso técnico).

Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios – nessa categoria estão aqueles que desenvolvem suas funções em atividades de caráter público e que não exige nível superior de formação para tal exercício. O Observatório das Metrôpoles destaca que o exercício em atividades militares se inclui nesse grupo se, e somente se, o profissional dessa categoria não tiver nível superior de formação.

Ocupações Artísticas e Similares – nessa categoria estão aqueles que desenvolvem suas atividades relacionadas às artes, esportes e religião. O Observatório acrescenta que, em alguns casos, fez-se ainda filtro em relação à ocupação para os que trabalham por conta-própria.

Na categoria de Trabalhadores do Terciário estão aqueles que exercem suas atividades no comércio, seja ela formal ou informal, e aqueles prestadores de serviços especializados. Nesse caso, há exigência de qualificação específica para a execução da atividade. Contudo, não houve especificação de escolaridade para esta classificação.

Na categoria de Trabalhadores do Secundário estão aqueles que desenvolvem suas atividades na indústria, seja ela moderna²³ ou tradicional²⁴, operários de serviços auxiliares²⁵ e trabalhadores da construção civil.

²³ Trabalhadores da Indústria Moderna refere-se àqueles que estão ocupados no setor industrial, caracterizado pelo conjunto de atividades relacionadas com a Segunda Revolução Industrial (Observatório das Metrôpoles, 2010).

²⁴ Trabalhadores da Indústria Tradicional são aqueles que desenvolvem suas atividades em setores industriais caracterizadas pelo conjunto de atividades relacionadas à Primeira Revolução Industrial (Observatório das Metrôpoles, 2010).

²⁵ Atividades relacionadas dos serviços e que são realizadas na indústria (Observatório das Metrôpoles, 2010).

Quadro 2: Categorias Sócio-ocupacionais

Dirigentes	Grandes Empregadores
	Dirigentes do Setor Público
	Dirigentes do Setor Privado
Profissionais	Profissionais Autônomos de Nível Superior
	Profissionais Empregados de Nível Superior
	Profissionais Estatutários de Nível Superior
	Professores de Nível Superior
Pequenos empregadores	Pequenos Empregadores
Ocupações médias	Ocupações de Escritório
	Ocupações de Supervisão
	Ocupações Técnicas
	Ocupações Médias da Saúde e Educação
	Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios
	Ocupações Artísticas e Similares
Trabalhadores do terciário	Trabalhadores do Comércio
	Prestadores de Serviços Especializados
Trabalhadores do secundário	Trabalhadores da Indústria Moderna
	Trabalhadores da Indústria Tradicional
	Operários dos Serviços Auxiliares
	Operários da Construção Civil
Trabalhadores do terciário não-especializado	Prestadores de Serviços Não Especializados
	Trabalhadores Domésticos
	Ambulantes e Biscateiros
Agricultores	Agricultores

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010.

Na categoria de Trabalhadores do Terciário Não-Especializado estão aqueles que exercem suas funções no setor de serviços não especializados, tais como os trabalhadores domésticos, os ambulantes e biscateiros. Nessa categoria não há exigência de qualificação específica e nem de escolaridade. Destaque-se ainda que, para os ambulantes e biscateiros, não há existência de qualquer vínculo de proteção social no trabalho.

Na categoria de Agricultores estão somente aqueles que declararam exercer suas atividades na agricultura e que as exercem em trabalho manual.

A partir da descrição, o Quadro 2 apresenta a síntese das oito categorias, as quais são resultados do agrupamento realizado pelo Observatório das Metrôpoles respeitando a coerência para o estudo.

A partir da descrição, os dados foram tabulados para a análise do contexto sócio-ocupacional metropolitano das RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.

Na análise, consideraram-se trabalhadores protegidos no trabalho aqueles com vínculos com institutos de previdência proveniente do trabalho. Assim, são protegidos no trabalho os trabalhadores com carteira assinada, os militares, os estatutários e os empregadores com mais de 10 empregados e com previdência. Também classificou-se a raça/cor como branco e não brancos, sendo que os não brancos são compostos por pretos, pardos e amarelos.

4.3 População ocupada por Categoria Sócio-ocupacional segundo o ano de referência nas regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador – 2001-2008.

Na distribuição dos trabalhadores em classes sócio-ocupacionais, é de grande relevância destacar a participação de cada categoria, conforme apresentado na Tabela, em cada uma das RMs. Na categoria de Dirigentes, conforme destacado, observa-se baixa participação percentual nas três metrópoles. Na RMF, essa categoria não chegou, sequer, a 1% em nenhum dos anos observados. Em 2001, registrou-se 0,7%, o maior percentual, e o menor foi constatado em 2007, 0,4%. Em 2008, esse RM registra 0,6% do pessoal ocupado como dirigentes, segundo a classificação adotada. Já a RMR apresenta distribuição da força de trabalho semelhante à RMF nessa categoria. Em 2001, a RMR registrou 0,7% de seu pessoal ocupado na categoria de Dirigentes, chegando ao menor percentual em 2004, 0,4%. No ano seguinte, registra o maior percentual da série, 1%, e em 2008 reduz para a metade em termos percentuais, 0,5%. O mesmo perfil foi observado na RMS, que também registrou percentual de 0,7% em 2001, oscilou ao longo dos anos e, em 2008, registrou o menor percentual da série, como também, o menor percentual entre as RMs naquele ano, 0,4%.

Para a categoria de Profissionais de Nível Superior, os dados mostram leves oscilações no percentual ao longo dos anos em todas as RMs. Contudo, baixos percentuais nas três metrópoles nordestinas, o que evidencia pouca participação de capital humano com melhor instrução no mercado de trabalho dessas RMs. No caso da RMF, o percentual de ocupados nessa categoria foi de 5% em 2001, registrou o menor percentual em 2003 e chegou, no ano de 2008, ao patamar de 5,9%, baixo percentual se considerados os profissionais de alta qualificação. Na RMR, constatou-se percentual de 6% em 2001, com leves oscilações ao longo da série de anos captada. Destaque-se que, em 2004, essa RM registrou o maior percentual, 6,5%, repetindo o mesmo registro no ano de 2008. Na RMS, constatou-se o menor percentual entre as três RMs no ano de 2001, 4,7%. Nos anos que seguiram, observaram-se leves

oscilações e, em 2008, foi captado o maior percentual da série, 6,3%, superior ao observado na RMF e inferior ao constatado na RMR no mesmo ano.

A categoria de Pequenos Empregadores apresentou baixos percentuais nas regiões metropolitanas de maior destaque no Nordeste. De acordo com os dados, somente 2,6% na RMF, 2,2% na RMR, e 2,7% na RMS, eram ocupados como Pequenos Empregadores no ano de 2001. No ano de 2002, enquanto a RMF e a RMS reduzem o percentual, a RMR eleva-se para 3,2%, sendo esse o maior percentual observado para essa RM. Na RMF, o maior percentual de PE foi observado em 2006, 2,8%. Na RMS, o maior percentual foi observado em 2001, 2,7%. Se comparados os anos de 2001 e de 2008, somente a RMR apresentou leve aumento no percentual, saindo de 2,2% para 2,3%. A RMF reduziu de 2,6% para 2,4%, seguido da RMS que apresentou redução mais acentuada, quando saiu de 2,7% para 1,6% do primeiro para o segundo ano, respectivamente.

Os dados captados para aqueles que trabalhavam nas Ocupações Médias revelam elevados percentuais nas três RMs. A RMF registrou, em 2001, 21,4% de seu pessoal ocupado nessa categoria, resultado esse inferior aos observados tanto na RMR, 26,1%, quanto na RMS, 26,8%. No ano de 2002, a RMF registra o maior percentual de ocupados nessa categoria ao longo da série nessa RM – 25,5% –, contudo, inferior ao observado nas RM de Recife, 27,1%, e Salvador, 27,7%. No ano de 2006 a RMR e a RMS apresentaram os maiores percentuais, 29,5% e 29%, respectivamente. Destaque-se, no entanto, que no ano de 2008 todas as três RMs registraram percentuais superiores aos observados no ano de 2001. A RMF registrou 21,5%, a RMR, 27,2%, e a RMS, 27,2%. Esses percentuais observados na categoria de pessoas ocupadas nas ocupações médias são bastante significativos.

Na categoria de Trabalhadores do Terciário, os percentuais de ocupados foram elevados nas três RMs. Em 2001, a RMF registrou 19,6%, a RMR, 20,4%, a RMS, 20,2% das pessoas ocupadas exercendo suas atividades no terciário. Constataram-se ainda, leves oscilações percentuais ao longo dos anos e, em 2008, os percentuais elevaram-se quando comparados a 2001. A RMF registrou 21%, a RMR, 22,2%, e a RMS, 20,9% de seu pessoal ocupado no setor terciário em 2008. Para os Trabalhadores do Secundário, foram registrados percentuais próximos aos observados na categoria anterior, o que denota grande participação dos dois setores como geradores de empregos nessas RMs. A RMF apresentou elevação no percentual de ocupados, visto que em 2001 foram registrados 23,7% e, em 2008, 25,3%. A RMR apresentou dinâmica contrária, quando saiu de 18,5% em 2001 para 17,8% em 2008. A RMS, por sua vez, seguiu a tendência observada na RMR e reduziu o percentual de 23,4% em 2001 para 22,9% em 2008, embora esta seja uma leve redução. A RMF, nesse caso,

apresentou o maior percentual de ocupados na categoria de Trabalhadores do Secundário no primeiro e no último ano do recorte temporal observado.

Tabela 22: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo a categoria e o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

		Categorias Sócio-ocupacionais							
	RM	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
DIR	RMF	0,7	0,6	0,5	0,5	0,6	0,5	0,4	0,6
	RMR	0,7	0,6	0,5	0,4	1,0	0,7	0,5	0,5
	RMS	0,7	0,5	0,5	0,5	0,5	0,7	0,5	0,4
PNS	RMF	5,0	4,9	4,8	5,4	5,1	5,3	4,9	5,9
	RMR	6,0	5,6	5,5	6,5	5,6	5,7	6,1	6,5
	RMS	4,7	5,1	4,3	4,3	4,6	5,5	5,1	6,3
PE	RMF	2,6	1,6	1,9	2,3	2,7	2,8	2,0	2,4
	RMR	2,2	3,2	1,8	2,4	2,4	2,5	1,3	2,3
	RMS	2,7	2,3	2,1	2,2	2,3	2,1	1,8	1,6
OM	RMF	21,4	25,5	24,0	24,0	23,5	22,8	24,0	21,5
	RMR	26,1	27,1	28,1	27,3	28,7	29,5	29,7	27,2
	RMS	26,8	27,7	28,0	26,7	27,4	29,0	28,5	27,2
TT	RMF	19,6	20,0	21,1	19,7	20,8	21,0	21,4	21,0
	RMR	20,4	21,8	22,3	22,6	21,8	22,4	24,3	22,2
	RMS	19,7	19,8	20,8	21,4	20,1	20,0	21,0	20,9
TS	RMF	23,7	22,7	23,4	22,6	23,3	23,8	23,5	25,3
	RMR	18,5	16,7	15,9	15,5	16,0	16,0	16,6	17,8
	RMS	20,2	19,5	19,5	19,1	19,2	18,2	18,3	19,6
TTNE	RMF	21,9	21,0	20,2	22,2	20,4	20,1	20,7	20,4
	RMR	23,1	22,8	23,3	23,5	21,7	21,0	20,1	21,8
	RMS	23,4	23,2	23,2	24,0	24,0	23,1	23,1	22,9
AGR	RMF	5,0	3,7	4,1	3,3	3,7	3,7	3,1	2,9
	RMR	3,0	2,1	2,7	1,8	2,8	2,2	1,4	1,8
	RMS	1,7	1,8	1,5	1,7	1,9	1,4	1,6	1,2

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Na categoria de Trabalhadores do Terciário Não Especializado, também se constatou elevada participação de pessoas ocupadas exercendo estas atividades. Tanto em 2001 quanto em 2008, os registros nas três RMS superaram o patamar de 20%. Cabe destacar, contudo, que nessa categoria o maior percentual de ocupados foi constatado na RMS tanto em 2001, 23,4%, quanto em 2008, 22,9%. Acrescente-se, ainda, que houve redução percentual de ocupados na categoria citada nas três RMs. A RMF saiu de 21,9% em 2001 para 20,4% em 2008, resultado semelhante na RMR, que saiu de 23,1% no primeiro para 21,8% no segundo ano. Considere-se ainda que houve leves oscilações no percentual de ocupados nessa categoria ao longo da série.

Na categoria de Agricultores, os percentuais foram um tanto diferenciados entre as RMs, onde, contudo, foram constatadas dinâmicas semelhantes no emprego agrícola. Tanto a RM de Fortaleza quanto as de Recife e Salvador reduziram os percentuais de ocupados ao longo dos anos. A primeira sai de 5% em 2001 para 2,9% em 2008. A segunda sai de 3% para 1,8%, e a terceira, por sua vez, reduz de 1,7% para 1,2% em 2001 e em 2008, respectivamente. Esses dados parecem evidenciar o nível de urbanização de cada uma dessas RMs e a redução acentuada do emprego agrícola nos perímetros das capitais, em detrimento da elevação no percentual de ocupados em outras categorias, conforme já apresentado.

Com o objetivo de captar o perfil das pessoas ocupadas em cada uma das categorias sócio-ocupacionais já mencionadas, a Tabela seguinte apresenta o percentual de ocupados segundo o sexo e o ano de referência. Nessa, os dados revelam forte concentração de ocupados do sexo masculino na categoria de Dirigentes nas três RMs ao longo dos anos observados. Essa estrutura sócio-ocupacional ratifica resultados de estudo já constatados que evidenciam forte concentração de ocupados do sexo masculino nas melhores profissões, ficando para o sexo feminino, em muitos casos, as ocupações mais precárias. De acordo com Hirata (2009), elas “ocupam uma minoria de empregos executivos [...] embora sejam, ao mesmo tempo, majoritariamente mais vulneráveis e menos legítimas do que os homens no espaço profissional” (HIRATA, 2009, p. 29).

Na observação dos dados segundo o ano de referência, constatou-se que, em 2001, a RMF registrou 76,2% dos ocupados dirigentes do sexo masculino contra 23,8% do sexo oposto. A RMR apresentou a menor disparidade entre as três RMs, embora percentual ainda elevado para o sexo masculino, 62,8%, em detrimento do sexo feminino, 37,2%. E a RMS, por sua vez, demonstrou o maior percentual de ocupados do sexo masculino nessa categoria, 86,4%, contra 13,6% para o sexo feminino. Tais resultados ratificam a discussão acerca da discriminação por sexo no mercado de trabalho abordada na literatura nacional. Assim, mesmo com leve redução percentual ao longo dos anos, em 2008, a RMF reduziu para 71,1% o percentual de homens ocupando cargo de Dirigentes, enquanto o percentual de mulheres ocupando tal cargo elevou-se para 28,9%, denunciando um elevado hiato entre os sexos. Por sua vez, a RMR seguiu trajetória contrária à observada na RMF, visto que o percentual de ocupados do sexo masculino elevou-se para 67,7% e, conseqüentemente, apresentou redução para o sexo feminino, 32,3%. No caso da RMS, a redução da participação masculina foi a mais acentuada e, em 2008, eles ocupavam 69,0% dos cargos de Dirigentes contra 31,0% ocupados por elas.

Já na categoria de Profissionais de Nível Superior, as mulheres são maioria em todos os anos registrados e nas três RMs. Há elevada concentração de mulheres ocupadas nessa categoria, embora na RMS, em 2001, 45,4% dos ocupados fosse do sexo masculino e 54,6% do sexo feminino. A principal diferença foi constatada na RMF em que o percentual de homens ocupados não chegou a 40%, enquanto mais de 60% eram do sexo oposto. A RMR apresentou equilíbrio e teve dados semelhantes ao observados na RMS, com 44,4% dos ocupados do sexo masculino e 55,6% dos ocupados do sexo feminino. Destaque-se, no entanto, que em 2002 a RMF registra 43,8% do sexo masculino e 56,2% do sexo feminino, voltando, a partir de 2003, a concentrar mulheres nessa ocupação e chegando a 2008 com 61,1% dos postos de trabalhos ocupados por elas e 38,9% ocupados por eles, acentuando a diferença entre elas e eles nessa categoria. Seguindo essa tendência, a RMR reduz a participação percentual de homens ocupados na categoria de Profissionais de Nível Superior e, em 2008, somente 37,4% deles ocupavam vagas em tal categoria, consequentemente, as mulheres passaram a ocupar 62,6% dos postos de trabalho. Acrescente-se, no entanto, que esses resultados não se reproduziram na RMS e, embora com leve aumento, os ocupados do sexo masculino ganharam participação percentual nessa categoria e, em 2008, registrou-se 46,3% de homens ocupados contra 53,7% de mulheres.

Na categoria de Pequenos Empregadores, os ocupados do sexo masculino são maioria absoluta nas três RM em todos os anos investigados. Porém, cabe aqui destacar a diferença ocorrida no perfil das vagas ocupadas entre as RMs. Na RMF, a participação masculina reduziu acentuadamente de 75% em 2001 para 59,2% em 2008, em detrimento do aumento da participação feminina que saiu de 25% no primeiro ano para 40,8% no segundo. Na RMR a dinâmica foi contrária e houve registro de aumento da participação masculina de 59,5% em 2001 para 70% em 2008. Por sua vez, as mulheres reduziram o percentual de 40,5% para 30% entre 2001 e 2008. A RMS seguiu a tendência observada na RMF e registrou participação masculina de 71% em 2001 e 57% em 2008, com aumento da participação feminina de 29% para 43% nos anos em estudo. Os resultados convergem ao observado por Campos e Silveira Neto (2008), que evidenciam estímulo das mulheres dos grandes centros brasileiros a ingressarem no mercado de trabalho, embora ainda haja divergência de salários entre os gêneros.

Nas Ocupações Médias, constataram-se participações equilibradas entre ocupados do sexo masculino e do sexo feminino. Porém, na RMF a participação de ocupados do sexo masculino foi maioria em todos os anos, mesmo que os percentuais tenham sido entre 56,1% em 2002 e 52,4% em 2008. A RMR seguiu a mesma tendência e os homens foram maioria em

todos os anos, com o maior percentual constatado em 2001, 57,7%, e o menor em 2005, 53,6%. Na RMS, por sua vez, os dados mostram maior equilíbrio e, em 2002 e 2004 a participação percentual de mulheres chegou a ser superior a de homens nessa categoria. Nos demais anos, os homens foram maioria, embora tenham saído de 55% em 2001 para 50,6% em 2008.

Tabela 23: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais e sexo segundo ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

		Categorias Sócio-ocupacionais															
	RM	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
DIR	RMF	76,2	23,8	70,6	29,4	76,7	23,3	72,7	27,3	75,7	24,3	80,0	20,0	69,0	31,0	71,1	28,9
	RMR	62,8	37,2	88,6	11,4	70,0	30,0	76,9	23,1	68,3	31,7	69,8	30,2	75,8	24,2	67,7	32,3
	RMS	86,4	13,6	79,4	20,6	83,3	16,7	68,7	31,3	73,6	26,4	78,0	22,0	82,0	18,0	69,0	31,0
PNS	RMF	39,2	60,8	43,8	56,2	40,4	59,6	34,9	65,1	33,7	66,3	37,0	63,0	36,1	63,9	38,9	61,1
	RMR	44,4	55,6	39,5	60,5	39,4	60,6	41,1	58,9	39,0	61,0	44,7	55,3	40,5	59,5	37,4	62,6
	RMS	45,4	54,6	45,6	54,4	44,1	55,9	46,9	53,1	44,2	55,8	43,4	56,6	46,0	54,0	46,3	53,7
PE	RMF	75,0	25,0	65,3	34,7	68,8	31,2	65,2	34,8	63,5	36,5	68,5	31,5	68,4	31,6	59,2	40,8
	RMR	59,5	40,5	67,0	33,0	68,9	31,1	68,9	31,1	72,3	27,7	64,2	35,8	68,7	31,3	70,0	30,0
	RMS	71,0	29,0	66,7	33,3	66,2	33,8	55,4	44,6	64,0	36,0	64,0	36,0	65,4	34,6	57,0	43,0
OM	RMF	54,7	45,3	56,1	43,9	55,7	44,3	54,3	45,7	54,2	45,8	53,1	46,9	56,5	43,5	52,4	47,6
	RMR	57,7	42,3	56,0	44,0	55,1	44,9	55,9	44,1	53,6	46,4	56,1	43,9	56,6	43,4	55,0	45,0
	RMS	55,0	45,0	49,9	50,1	53,3	46,7	48,3	51,7	55,7	44,3	50,8	49,2	51,8	48,2	50,6	49,4
TT	RMF	48,1	51,9	50,9	49,1	52,6	47,4	51,8	48,2	49,7	50,3	48,9	51,1	48,6	51,4	49,0	51,0
	RMR	47,4	52,6	50,8	49,2	51,3	48,7	50,6	49,4	49,3	50,7	48,2	51,8	47,3	52,7	44,9	55,1
	RMS	43,7	56,3	48,0	52,0	48,1	51,9	47,4	52,6	43,2	56,8	44,6	55,4	44,8	55,2	42,9	57,1
TS	RMF	69,2	30,8	69,8	30,2	71,8	28,2	69,3	30,7	68,1	31,9	70,5	29,5	69,4	30,6	70,0	30,0
	RMR	88,2	11,8	87,9	12,1	86,1	13,9	87,0	13,0	85,8	14,2	87,2	12,8	89,0	11,0	88,0	12,0
	RMS	87,8	12,2	86,8	13,2	86,8	13,2	86,8	13,2	87,9	12,1	88,0	12,0	88,1	11,9	88,9	11,1
TTNE	RMF	42,7	57,3	40,9	59,1	47,4	52,6	44,8	55,2	43,2	56,8	45,1	54,9	41,9	58,1	46,5	53,5
	RMR	44,4	55,6	41,4	58,6	47,3	52,7	47,0	53,0	44,3	55,7	42,6	57,4	46,6	53,4	46,5	53,5
	RMS	38,0	62,0	38,0	62,0	38,0	62,0	38,4	61,6	37,2	62,8	36,1	63,9	37,9	62,1	35,9	64,1
AGR	RMF	73,1	26,9	64,3	35,7	68,1	31,9	74,7	25,3	71,2	28,8	69,2	30,8	63,1	36,9	63,9	36,1
	RMR	69,7	30,3	73,3	26,7	73,9	26,1	71,8	28,2	77,2	22,8	74,8	25,2	86,7	13,3	80,7	19,3
	RMS	63,1	36,9	56,8	43,2	60,2	39,8	62,3	37,7	68,9	31,1	65,6	34,4	69,0	31,0	51,2	48,8

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Na categoria de Trabalhadores do Terciário, os postos de trabalhos ocupados por pessoas do sexo feminino foram superiores a 50% em 2001 em todas as RMs, sendo mais acentuado na RMS, com o valor de 56,3%, e menos acentuado na RMF, com 51,9%. Em 2002, a participação percentual de ocupados do sexo masculino foi maioria na RMF, 50,9%, e na RMR, 50,8%, enquanto na RMS elas continuaram maioria no mesmo ano. Para a RMF e RMR, o percentual de homens ocupados nessa categoria foi superior em 2003 e 2004, e nos demais anos as mulheres apresentaram maiores percentuais em relação aos homens. Porém,

na RMS, elas foram maioria em todos os anos observados. Destaque-se que dos postos de trabalhos no Terciário, no ano de 2008, 51% na RMF, 55,1% na RMR e 57,1% na RMS eram ocupados por pessoas do sexo feminino, ou seja, a participação masculina nessa categoria ocupacional foi de 49%, 44,2%, e 42,9% nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente.

Na categoria de Trabalhadores do Secundário, constata-se maioria absoluta de ocupados do sexo masculino em todos os anos e nas três RMs. Cabe destacar, contudo, que a RMF apresenta maior participação feminina na categoria do que nas demais RMs. Nessa RM, no ano de 2001, foram registrados 69,2% dos ocupados do sexo masculino contra 30,8% do sexo feminino. Na RMR o percentual de postos de trabalhos ocupados por trabalhadores do sexo masculino foi de 88,2% e somente 11,8% das vagas ocupadas por pessoas do sexo oposto, resultado semelhante ao observado na RMS, com 87,8% para a força de trabalho masculina contra 12,2% para a feminina. Destaque-se, ainda, que, nos anos que seguem, a dinâmica permaneceu semelhante à observada no ano de 2001, quando as variações nos percentuais mostraram-se leves e, em 2008, quando os resultados foram semelhantes ao constatado naquele ano. A RMF registrou, no Secundário, 70% dos ocupados do sexo masculino e 30% do sexo feminino. A RMR apresentou leve redução e registrou 88% do sexo masculino contra 12% do sexo feminino, e a RMS elevou o percentual de ocupados do sexo masculino para 88,9% e, conseqüentemente, reduziu o do sexo feminino para 11,1%.

Na categoria de Trabalhadores do Terciário Não Especializado, as mulheres são maioria em todos os anos, entre 2001 e 2008, e, em todas as RMs captadas neste estudo. Cabe destacar aqui que, nessa categoria, a RMS se destaca com os maiores percentuais de mulheres ocupadas em todos os anos analisados, onde mais de 60% dos postos de trabalhos ocupados na categoria TTNE, em cada ano, eram de profissionais do sexo feminino. Na RMF, o percentual de mulheres ocupadas foi acima de 52% e inferior a 60%, evidenciando maior equilíbrio, resultado também constatado na RMR. Assim, no ano de 2008, 53,5%, 53,5% e 64,1% dos postos de trabalho dessa categoria eram ocupados por mulheres nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente.

Na agricultura, a maior participação percentual de pessoas ocupadas era do sexo masculino em todos os anos entre 2001 e 2008 em todas as RMs. Em 2001, a maior participação de homens ocupados foi registrada na RMF, 73,1% contra 26,9% de mulheres. Na RMR, no mesmo ano, 69,7% dos ocupados eram do sexo masculino contra 30,3% do sexo oposto. Nessa observação, a RMS registrou o menor percentual de homens quando comparado às outras RMs. Essa, em 2001, empregava 63,1% de homens e 36,9% de mulheres

nessa ocupação. Nos anos que seguem, constatou-se variação percentual diferenciada entre as RMs e em anos diferentes. Cabe destacar que, embora no ano de 2001, a RMF tenha apresentado o maior percentual de homens ocupando postos de trabalho na agricultura, a RMR foi a que registrou a maior diferença entre os ocupados nesse setor por sexo. Essa RM, em 2007, registrou 86,7% dos postos de trabalho agrícola ocupados por mão-de-obra masculina, seguido da RMS que apresentou seu maior percentual da série nesse ano, 69%. Em 2008, na RMF, foi constatada menor participação percentual masculina ocupada na agricultura, com 63,9%, quando comparado a 2001, quando totalizou 73,1%. No último ano da série, essa RM mostrou maior participação feminina ocupada na agricultura, um total de 36,1%. Na RMR, os percentuais foram de 80,7% para os homens e 19,3% para as mulheres, e na RMS registrou-se a maior aproximação com 51,2% para os homens e 48,8% para as mulheres, no ano de 2008.

Quanto à avaliação feita segundo cor ou raça e categoria sócio-ocupacional, os dados revelam a forte concentração de pessoas que se declararam brancas nas melhores categorias, sobretudo nas primeiras – Dirigentes e Profissionais de Nível Superior – nas três RMs. Destaque-se, ainda, uma variação percentual elevada ao longo dos anos e a redução da participação dos brancos nas melhores categorias. Porém, também reduziu a participação de pessoas que se declararam brancas ocupadas nas categorias sócio-ocupacionais de menor projeção social. Cabe destacar, contudo, que, em 2001, 65,9% dos Dirigentes declararam-se brancos na RMF e somente 34,1% declararam-se de cor não branca no mesmo ano. Na RMR, o percentual de brancos ocupados nessa categoria era significativamente elevado, quando registrado 90,7% contra 9,3% de não brancos. Na RMS, constatou-se resultado inquietante quando se sabe que nessa RM há predominantemente pessoas de raça ou cor não branca e registrou-se 70,5% dos ocupados Dirigentes de cor ou raça branca. Nesse caso, o percentual de não brancos ocupados como Dirigentes na RMS foi inferior ao observado na RMF que não tem a mesma característica demográficas.

Ao longo dos anos, perceberam-se oscilações significativas na caracterização demográfica dos ocupados Dirigentes, para fins desta análise, como a raça ou cor. Na RMF, foram registrados os maiores percentuais de brancos Dirigentes no ano de 2007, com 75,9%. Contudo, no ano seguinte, essa participação foi reduzida para 56,8%, ficando os não brancos ocupando 43,2% dos postos de trabalho dessa categoria no mesmo ano. Na RMR, as oscilações mostraram-se mais acentuadas, uma vez que, no ano de 2004, chegou-se a registrar 50% de ocupados brancos e 50% de ocupados não brancos nessa RM. Contudo, no ano de 2007, volta-se a registrar o maior percentual de brancos ocupados, com 92,9% contra 7,1% de

não brancos, sendo que no ano de 2008, somente 74,2% se declararam brancos. Na RMS, o maior percentual de brancos ocupados, em detrimento dos não brancos, foi constatado em 2002, com 78,8%. Nesse ano, somente 21,2% dos Dirigentes eram não brancos. Em 2008, essa RM registrou um percentual de brancos Dirigentes de 58,6%, ligeiramente superior ao observado na RMF, e registrou 41,4% dos postos de trabalhos ocupados nessa categoria, por pessoas que se declararam à pesquisa como não brancas.

Quanto aos Profissionais de Nível Superior, os dados revelam maior participação dos ocupados de raça/cor branca nas RMs. Em 2001, a RMF apresentou a menor disparidade entre brancos e não brancos ocupados na categoria. Todavia, ainda registrou 64,6% de ocupados que se declararam brancos exercendo funções na categoria referida. Na RMR, o percentual foi de 70%, ligeiramente inferior ao constatado na RMS, que foi de 70,5%. Naquele ano, os percentuais de não brancos na categoria de Profissional de Nível Superior foram de 35,4%, 30% e 29,5% nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente. Nos anos que seguiram, a RMF demonstrou maior oscilação nos percentuais de brancos e não brancos ocupados, sendo que, em 2005, o percentual de não brancos chegou a ser ligeiramente superior ao de brancos ocupados nessa categoria, alcançando 50,3%. Na RMR, constatou-se disparidade elevada, quando se obteve o maior registro de não brancos ocupando cargos na categoria no ano de 2003, um percentual de 37,5%, e, nesse ano, 62,5% das vagas foram ocupadas por pessoas que se declararam brancas à PNAD, sendo que no ano anterior eles haviam ocupado 73,5% dos cargos dessa categoria sócio-ocupacional. A RMS, por sua vez, mostrou a maior concentração de brancos ocupados. A menor disparidade foi observada no ano de 2008, com 58,6% dos ocupados de cor branca contra 41,6% de não brancos. Para essa RM, os dados se mostram ainda mais assustadores quando se sabe que nessa região reside o maior percentual de população não branca entre as metrópoles do Nordeste.

Na categoria de Pequenos Empregadores, a RMF registrou o maior percentual de brancos ocupados no ano de 2001, entre as três RMs observadas. Nesse ano, essa RM registrou 64,6% de ocupados brancos contra 35,4% de não brancos. No mesmo ano, a RMR obteve percentuais de 61,3% de brancos e 38,7% de não brancos empregados. Na RMS os dados revelaram maior percentual de não brancos empregados e, naquele ano, registrou-se 59,9% de não brancos contra 40,1% daqueles que se declararam brancos à pesquisa. Na RMR foram constatadas oscilações percentuais mais comportadas até 2003 e mais acentuadas a partir desse ano. No ano citado, 60,6% dos ocupados declararam-se brancos, no ano seguinte, reduz o percentual para 52% e, em 2008, foi constatada maior equidade entre a cor/raça dos ocupados nessa categoria, quando registrados 52,7% dos que se declararam brancos contra

47,3% de não brancos. Na RMS, a partir de 2003, os não brancos mostraram-se maioria ocupada nessa categoria sócio-ocupacional, e, no ano de 2008, os de cor branca declarada voltam a elevar a participação percentual e registra-se 42,1% deles contra 57,9% dos não brancos ocupados.

Tabela 24: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais e segundo a Cor ou Raça e o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

RM		Cor ou Raça															
		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
		B	NB	B	NB	B	NB	B	NB	B	NB	B	NB	B	NB	B	NB
DIR	RMF	65,9	34,1	70,6	29,4	73,3	26,7	71,0	29,0	67,6	32,4	53,3	46,7	75,9	24,1	56,8	43,2
	RMR	90,7	9,3	80,0	20,0	80,0	20,0	50,0	50,0	68,3	31,7	76,2	23,8	92,9	7,1	74,2	25,8
	RMS	70,5	29,5	78,8	21,2	66,7	33,3	69,0	31,0	58,8	41,2	60,0	40,0	68,4	31,6	58,6	41,4
PNS	RMF	64,6	35,4	55,0	45,0	53,5	46,5	63,4	36,6	49,7	50,3	54,9	45,1	56,1	43,9	55,1	44,9
	RMR	70,0	30,0	73,5	26,5	62,5	37,5	64,4	35,6	65,3	34,7	63,8	36,2	68,1	31,9	63,6	36,4
	RMS	70,5	29,5	78,8	21,2	66,7	33,3	69,0	31,0	58,8	41,2	60,0	40,0	68,4	31,6	58,6	41,4
PE	RMF	64,6	35,4	55,0	45,0	53,5	46,5	63,4	36,6	49,7	50,3	54,9	45,1	56,1	43,9	55,1	44,9
	RMR	61,3	38,7	60,6	39,4	60,6	39,4	52,0	48,0	53,8	46,2	51,5	48,5	54,2	45,8	52,7	47,3
	RMS	40,1	59,9	50,3	49,7	43,0	57,0	41,1	58,9	37,8	62,2	37,1	62,9	38,3	61,7	42,1	57,9
OM	RMF	50,4	49,6	40,8	59,2	43,4	56,6	44,5	55,5	44,0	56,0	42,8	57,2	42,2	57,8	38,4	61,6
	RMR	48,2	51,8	48,8	51,2	47,9	52,1	43,3	56,7	44,1	55,9	43,2	56,8	44,8	55,2	45,1	54,9
	RMS	25,4	74,6	24,5	75,5	24,9	75,1	21,7	78,3	23,3	76,7	20,2	79,8	21,3	78,7	20,1	79,9
TT	RMF	43,0	57,0	36,8	63,2	37,2	62,8	37,3	62,7	36,5	63,5	38,4	61,6	36,0	64,0	35,7	64,3
	RMR	40,3	59,7	39,3	60,7	38,4	61,6	34,4	65,6	34,8	65,2	36,5	63,5	38,7	61,3	39,7	60,3
	RMS	14,1	85,9	17,1	82,9	18,0	82,0	14,8	85,2	17,8	82,2	13,1	86,9	15,6	84,4	14,4	85,6
TS	RMF	32,8	67,2	28,1	71,9	30,5	69,5	29,8	70,2	29,1	70,9	26,5	73,5	28,2	71,8	25,9	74,1
	RMR	30,3	69,7	31,9	68,1	33,9	66,1	27,3	72,7	26,9	73,1	28,0	72,0	29,1	70,9	30,6	69,4
	RMS	10,0	90,0	13,3	86,7	14,4	85,6	11,5	88,5	12,6	87,4	11,8	88,2	11,9	88,1	9,4	90,6
TTNE	RMF	29,9	70,1	26,5	73,5	25,4	74,6	27,9	72,1	28,0	72,0	26,3	73,7	25,7	74,3	24,2	75,8
	RMR	27,4	72,6	31,4	68,6	26,5	73,5	26,0	74,0	27,1	72,9	27,2	72,8	28,3	71,7	32,2	67,8
	RMS	10,6	89,4	9,7	90,3	12,9	87,1	9,7	90,3	11,5	88,5	9,0	91,0	9,4	90,6	8,6	91,4
AGR	RMF	27,0	73,0	24,9	75,1	30,2	69,8	28,3	71,7	28,5	71,5	21,7	78,3	20,9	79,1	25,0	75,0
	RMR	23,4	76,6	18,3	81,7	21,3	78,7	16,4	83,6	15,2	84,8	19,9	80,1	25,6	74,4	21,9	78,1
	RMS	4,9	95,1	8,5	91,5	6,2	93,8	6,1	93,9	5,9	94,1	3,1	96,9	6,9	93,1	11,6	88,4

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Na categoria sócio-ocupacional de Ocupações Médias, foi constatada maior participação de não brancos ocupados. Apenas na RMF, no ano de 2001, os brancos foram maioria, com um percentual de 50,4%, sendo que tanto na RMR, com 48,2%, quanto na RMS, com 25,4%, esses foram minoria. Nesse ano, o percentual de não brancos ocupados foi de 49,6%, 51,8% e 74,6% nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente. Embora com variações nos percentuais observados nas três RMs, cabe destacar que houve aumento do percentual de não brancos ocupados ao longo dos anos nas três RMs. Porém, o que precisa ser destacado é o fato de ser essa uma das ocupações de menor projeção social no contexto analisado, e, nesse caso, observa-se aumento de participação percentual dos ocupados não

brancos em detrimento dos demais. No ano de 2008, reduz ainda mais a participação de brancos na categoria e os não brancos passam a ocupar 61,6% na RMF, 54,9% na RMR e, 79,9% na RMS. Os resultados sugerem aumento da participação de não brancos ocupados nas categorias em que se concentram os postos de trabalho com os piores perfis no contexto metropolitano.

Da mesma forma, observa-se aumento da participação de não brancos na categoria de Trabalhadores do Terciário e, conseqüentemente, redução da participação de brancos nessa categoria. Em 2001, a RMF registra percentual de brancos ocupados de 43% contra 57% de não brancos. Na RMR, somente 40,3% dos ocupados eram brancos contra 59,7% de não brancos. Porém, na RMS foi registrada a menor participação percentual de não brancos no Terciário, com 14,1% contra participação de 85,9% de não brancos ocupados no mesmo ano. Destaque-se que as oscilações observadas ao longo dos anos direcionaram-se ao aumento da participação de não brancos na categoria, em detrimento da redução dos brancos ocupados. Em 2008, a participação de brancos ocupados nessa categoria na RMF reduziu-se, quando comparada ao ano de 2001. Em 2008, registrou-se 35,7% de brancos ocupados e elevou-se a participação de não brancos para 64,3%. Na RMR a dinâmica foi a mesma, contudo, menos acentuada, pois, 60,3% dos ocupados eram não brancos contra 39,7% de brancos. A RMS, embora com leve aumento da participação de brancos ocupados nessa categoria, ainda registrou 85,6% de não brancos em detrimento de 14,4% de brancos ocupados no mesmo ano.

Na categoria de Trabalhadores do Secundário, a dinâmica apresentou-se semelhante à observada na categoria anteriormente descrita. Nessa, também se registrou maioria absoluta de trabalhadores que se declararam não brancos à pesquisa em todos os anos observados e em todas as RMs. Destaque-se, no entanto, a maior participação de brancos ocupados no ano de 2001 na RMF, com percentual de 32,8%, seguida pela RMR, com 30,3%. Na RMS o percentual foi significativamente inferior ao observado nas outras duas RMs citadas e, nessa região, no mesmo ano, só foram registrados 10% dos ocupados brancos no Secundário. Nesse caso, 90% dos ocupados eram não brancos nessa RM, em detrimento de 69,7% na RMR e 67,2% na RMF. Nos anos que seguem, os percentuais oscilam de forma comportada. Entretanto, a RMF reduz ainda mais a participação dos brancos ocupados, com 25,9%, elevando, dessa forma, a participação de não brancos nessa categoria, alcançando 74,1%. A RMR, por sua vez, aumenta levemente o percentual de brancos ocupados, obtendo 30,6%, e reduz, em conseqüência, a participação dos não brancos, com 69,4%. Na RMS, que detinha a menor participação de brancos no secundário, acentua-se ainda mais essa diferença no ano de

2008. Nesse ano, somente 9,4% dos ocupados declararam-se brancos à pesquisa, em detrimento de 90,6% de não brancos ocupados.

A categoria de Trabalhadores do Terciário Não Especializado, por sua vez, apresentou grande concentração de ocupados não brancos ao longo dos anos e nas três RMs. Cabe destacar que, em 2001, a maior concentração de brancos ocupados nessa categoria estava na RMF, apresentando 29,9%, sendo que a menor participação estava na RMS, com 10,6%, ficando a RMR em posição intermediária, com 27,4%, muito embora, esse percentual tenha ficado próximo ao observado na RMF. Nesse contexto, 70,1%, 72,6% e 89,4% foram os percentuais de não brancos ocupados na RMF, RMR e RMS, respectivamente. Nos anos seguintes, constataram-se oscilações nos percentuais de ocupados, segundo a raça ou cor, em todas as três RMs. Contudo, a dinâmica mostrou-se diferenciada entre as RMs no último ano. Na RMF aumentou para 75,8% a participação de não brancos ocupados, se comparada ao período entre 2001 e 2008, assim como na RMS, que alcançou um percentual de 91,4%. Por sua vez, na RMR a participação de não brancos ocupados é reduzida para 67,8%, em detrimento do aumento percentual dos brancos ocupados, com 32,2%. Nesse caso, na RMF, com 24,2%, e na RMS, com 8,6%, registraram-se os menores percentuais de brancos ocupados, sendo a redução mais acentuada nessa do que naquela RM.

Na agricultura também se observou a participação de brancos ocupados sendo reduzida ao longo dos anos nas RMs de Fortaleza e Recife e aumentando na RMS. Em 2001, a participação de brancos ocupados na Agricultura na RMF era de 27%, sendo essa a mais elevada entre as RMs, contra 73% de não brancos. Já na RMR, foram registrados 23,4% de brancos contra 76,6% de não brancos ocupados. Na RMS, no mesmo ano, somente 4,9% dos ocupados agrícolas eram brancos, com concentração de 95,1% de ocupados não brancos nessa RM. Ao longo dos anos, os percentuais registrados apresentaram leves oscilações. Contudo, em 2008, reduz a participação de brancos ocupados na agricultura na RMF, que obteve um percentual de 25,5%, e na RMR, com 21,9%, e eleva-se na RMS, atingindo 11,6%. Nesse caso, a participação de não brancos aumentou na RMF para 75%; na RMR, 78%; e, reduziu na RMS para 88,4% dos ocupados no mesmo ano.

Quanto à idade média dos ocupados em cada uma das categorias ocupacionais, percebem-se variações comportadas ao longo dos anos. A categoria de Dirigentes se destacou no ano de 2001 com idade média acima de 44,9 anos na RMR, 45,7 na RMF e 46,5 na RMS, sendo essa a maior média de anos de ocupados entre as oito categorias sócio-ocupacionais. Acrescente-se, contudo, desvio padrão significativo nas três RMs, o que evidencia disparidade entre a idade média dos ocupados. Ao longo dos anos, constataram-se leves variações na

idade média nessa categoria e, em 2008, na RMF registrou-se a idade de 46 anos; na RMR, 48,8 anos; e, na RMS, 51,2 anos. Menor desvio padrão para a primeira e segunda RMs e desvio levemente superior para a última.

Na categoria de Profissionais de Nível Superior, a idade média dos ocupados foi acentuadamente inferior à observada para os Dirigentes. Em 2001, somente a RMS teve idade média levemente superior aos 40 anos, sendo a menor registrada (de 37,8 anos) na RMF. O menor desvio da média (10,8 anos) foi constatado na RMR, embora bem próximo das demais RMs. Essa categoria também mostrou oscilações leves na idade média nos anos que seguiram. Em 2008, a idade média constatada foi de 38,9 anos na RMF; 40,6 na RMR, média levemente superior à idade observada em 2001; e, 39,9 na RMS, idade levemente inferior à observada no primeiro ano. Nas três RMs, constatou-se, ainda, desvio da média ligeiramente diferente do observado em 2001.

Quanto à idade média das pessoas que compunham a categoria de Pequenos Empregadores, essa apresentou idade de 40,7 anos na RMR, sendo essa a menor no ano de 2001, e a maior de 42,6 anos na RMS, média ligeiramente superior à observada na RMF, que foi de 42,5 anos. Foi também nessa região que se registrou o maior desvio em relação à média. Em 2008, o mesmo resultado de 2001 se repetiu na RMF e a RMR aumentou a idade média dos ocupados para 44,7 anos, assim como na RMS, cuja média se elevou para 45,1 anos, em 2008. Destaque-se, ainda, os resultados observados nas Ocupações Médias que mantiveram comportamento semelhante ao observado nas categorias sócio-ocupacionais anteriores. Em 2001, o resultado oscilou entre 34 e 36 anos, em média, entre as RMs. No ano de 2008, a média foi de 35,4 anos para a RMF; 36,3 para a RMR; e, 35,7 anos para a RMS, sendo o menor desvio de 11,8 anos e o maior de 12,5 em relação à média.

Para a categoria de Trabalhadores do Terciário, a idade média em 2001 ficou entre 33,4 anos na RMS e 33,8 na RMR. Porém, o maior desvio em relação à média foi observado na RMF, com 13,4 anos e média de 33,5. Ao longo dos anos, observaram-se leves oscilações e, em 2008, a idade média dos ocupados elevou-se, quando comparada a 2001. A RMF registrou média de 34,9 anos; a RMR, 35,9; e, a RMS, 34,7 anos. Idade próxima à observada na Categoria de Trabalhadores do Secundário, que, em 2001, ficou entre 34,9 na RMF e 36,5 anos na RMR. Em 2008 registrou-se leve aumento em todas as RMs, que registraram média de 36,3; 38,2; e, 37,0 anos nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente.

Tabela 25: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo a média de idade e o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

RM		Idade do morador (em anos)															
		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
DIR	RMF	45,7	11,2	44,2	11,6	48,4	10,9	45,7	11,7	45,3	12,0	43,2	10,5	43,8	12,5	46,0	10,9
	RMR	44,9	9,9	49,6	15,0	49,4	12,7	46,6	10,2	48,0	10,1	47,0	8,9	47,4	11,7	48,8	9,8
	RMS	46,5	10,0	48,1	12,9	46,9	9,8	44,6	11,2	43,6	15,9	46,1	12,3	45,3	12,8	51,2	12,0
PNS	RMF	37,8	11,0	38,5	11,2	40,1	11,0	39,7	11,1	38,5	10,8	39,3	11,2	39,4	11,7	38,9	11,5
	RMR	39,7	10,8	39,8	11,5	40,0	12,0	41,2	12,0	40,0	11,7	41,0	12,3	39,3	11,6	40,6	11,9
	RMS	40,2	11,0	39,3	12,0	39,6	12,1	38,1	10,7	38,4	11,8	38,8	11,7	39,2	11,8	39,9	12,3
PE	RMF	42,5	13,4	40,8	12,9	43,5	13,5	42,4	11,1	42,4	13,1	42,3	11,5	42,7	13,1	42,5	11,2
	RMR	40,7	10,9	42,0	10,4	43,6	11,6	44,6	11,3	43,3	11,6	44,4	12,0	43,2	13,3	44,7	12,0
	RMS	42,6	11,6	40,0	10,1	41,0	12,0	43,1	11,2	42,5	12,2	42,6	12,3	43,6	11,7	45,1	12,2
OM	RMF	34,7	11,5	34,9	11,9	34,5	12,0	34,8	12,2	35,4	12,6	35,1	11,9	35,0	12,6	35,4	12,3
	RMR	35,6	11,6	35,8	11,5	35,3	11,5	35,6	11,8	35,8	11,9	36,0	11,9	36,7	11,7	36,3	12,5
	RMS	34,4	10,9	35,0	11,4	34,5	10,8	35,3	11,4	35,2	11,5	35,3	11,6	35,2	11,4	35,7	11,8
TT	RMF	33,5	13,4	34,4	13,1	35,1	13,0	35,2	12,9	35,4	13,9	35,3	13,2	35,5	13,3	34,9	13,5
	RMR	33,8	12,8	34,8	13,7	34,5	13,1	35,7	12,6	34,5	12,7	35,6	13,0	35,5	13,0	35,9	13,0
	RMS	33,4	12,5	33,9	12,5	33,3	12,6	33,1	12,7	33,2	12,3	34,1	12,5	34,6	12,9	34,7	12,8
TS	RMF	34,9	12,2	35,3	12,4	35,0	11,9	35,6	12,5	36,0	12,6	36,0	12,4	35,9	12,4	36,3	12,8
	RMR	36,5	12,0	36,0	12,4	36,7	12,2	36,5	11,9	37,2	12,2	36,8	12,1	38,2	12,8	38,2	12,8
	RMS	35,5	12,8	35,0	12,1	35,9	12,2	35,9	12,2	36,1	12,1	36,4	12,0	37,3	12,9	37,0	12,6
TTNE	RMF	33,7	12,9	34,1	12,8	34,5	13,0	34,4	13,0	34,2	12,4	34,5	12,7	35,8	13,1	36,3	12,9
	RMR	34,8	12,4	35,5	12,6	35,5	12,7	35,8	12,2	36,4	12,2	36,9	12,0	37,0	12,5	37,3	12,1
	RMS	33,0	11,7	33,8	12,7	34,2	11,8	34,3	12,2	34,2	11,7	35,7	11,9	35,6	12,4	36,0	11,9
AGR	RMF	38,1	18,8	36,9	18,1	36,7	16,9	40,9	18,2	39,1	17,1	40,3	18,6	43,3	17,0	43,5	19,3
	RMR	39,2	17,0	37,5	16,2	37,1	17,5	39,6	17,1	38,6	16,4	38,9	16,8	36,5	14,0	35,9	14,7
	RMS	38,3	16,8	37,4	16,5	36,2	17,1	38,8	18,1	38,9	16,3	39,6	15,6	38,3	17,0	39,0	16,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Para os Trabalhadores do Terciário Não Especializado, a idade média ficou entre 33 e 34,8 anos em 2001. A RMS teve a menor idade média e a RMR apresentou a mais elevada. Em 2008, a posição no *ranking* permaneceu a mesma. Porém, cabe destacar o leve aumento na idade média dos ocupados. Nesse ano, a média da RMR foi de 37,3 e a da RMS 36 anos. A RMF, por sua vez, apresentou média de 36,3 anos, contudo, cabe destacar o desvio em relação à média mais elevada nas RMs de Fortaleza e Salvador, que foi de 12,9 anos. Na Agricultura, a idade média foi um pouco mais elevada que a apresentada anteriormente. Porém, o que deve ser destacado nessa categoria sócio-ocupacional é o elevado desvio em relação à média. Em 2001, a RMF apresentou média de 38,1 anos, porém, desvio de 18,8. Da mesma forma, a RMR teve idade média de 39,2 anos e desvio de 17, sendo a menor idade média constatada na RMS, de 38,3 anos, como também, o menor desvio, com 16,8 anos. Em 2008 elevou a idade média dos ocupados na RMF e na RMS, quando comparados aos dados de 2001, e reduziu na RMR. Contudo, o desvio da média permaneceu elevado em todas as RMs (ver Tabela).

Quanto aos anos de escolaridade dos ocupados segundo categorias sócio-ocupacionais, os dados mostram que, em 2001, os Dirigentes tinham, em média, 12,5 anos na RMF, 13,8 na RMR e, 13 na RMS. Destaquem-se desvios consideráveis na média naquele ano. Nos anos que seguem, há oscilação na média de anos de estudo da população. Contudo, no ano de 2008, a RMF foi a única a reduzir a média de anos, sendo que na RMR e na RMS elevaram. Seguindo o exposto, é importante observar que na categoria de Profissionais de Nível Superior, em todas as RMs e em todos os anos, a média de anos de estudo foi superior a 14, com desvio padrão consideravelmente baixo.

Tabela 26: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo a média de escolaridade e o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

RM		Anos de Escolaridade															
		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
DIR	RMF	12,5	3,6	12,5	3,0	11,4	3,7	10,6	3,8	12,1	3,5	12,0	3,0	12,2	3,4	11,8	3,7
	RMR	13,8	1,7	14,1	1,6	12,8	3,6	13,3	3,2	13,3	2,5	13,5	1,9	13,1	2,6	13,7	2,2
	RMS	13,0	2,3	13,7	2,3	13,0	3,5	12,9	2,1	13,8	1,7	13,6	2,0	13,3	2,4	13,2	1,9
PNS	RMF	14,5	1,0	14,7	0,7	14,7	0,7	14,7	0,7	14,7	0,7	14,7	0,7	14,6	0,8	14,7	0,7
	RMR	14,7	0,8	14,8	0,5	14,8	0,7	14,8	0,6	14,7	0,8	14,7	0,7	14,7	0,7	14,7	0,7
	RMS	14,8	0,7	14,8	0,6	14,7	0,7	14,7	0,8	14,8	0,7	14,8	0,6	14,8	0,7	14,8	0,7
PE	RMF	9,6	4,2	9,6	4,2	9,0	4,0	9,9	4,2	9,2	3,6	9,6	3,9	9,8	3,9	9,8	3,7
	RMR	9,8	3,8	10,6	3,8	9,7	4,0	10,5	4,4	10,3	4,1	10,0	4,0	9,7	4,1	10,4	3,8
	RMS	10,2	3,1	10,8	3,6	10,6	3,5	10,1	3,7	10,2	3,4	10,8	3,3	11,5	2,7	10,1	3,8
OM	RMF	9,9	3,3	9,7	3,7	10,2	3,3	10,2	3,5	10,4	3,3	10,7	3,0	10,4	3,3	11,0	2,7
	RMR	10,4	3,3	10,3	3,3	10,5	3,2	10,7	3,2	10,8	3,1	10,6	3,2	10,8	3,1	11,0	2,8
	RMS	10,3	2,9	10,5	2,9	10,7	2,9	10,7	2,7	10,7	2,9	10,8	2,9	11,1	2,7	11,1	2,5
TT	RMF	6,9	3,7	7,3	3,8	7,5	3,9	7,3	4,0	7,3	3,9	8,0	3,7	8,1	3,7	8,2	3,7
	RMR	7,3	3,8	7,2	3,7	7,3	3,8	7,7	3,7	7,7	3,6	8,1	3,6	8,3	3,6	8,4	3,5
	RMS	7,5	3,5	7,7	3,6	7,7	3,6	8,0	3,5	8,2	3,5	8,5	3,4	8,4	3,4	8,6	3,4
TS	RMF	5,4	3,5	5,7	3,6	6,0	3,6	6,0	3,8	6,4	3,7	6,5	3,7	6,7	3,6	6,8	3,7
	RMR	5,9	3,5	5,9	3,4	6,3	3,6	6,6	3,6	6,7	3,5	6,5	3,5	6,6	3,7	7,1	3,6
	RMS	5,9	3,5	6,5	3,4	6,4	3,6	6,5	3,5	6,8	3,5	7,2	3,5	7,0	3,6	7,3	3,5
TTNE	RMF	4,6	3,4	5,1	3,4	5,1	3,6	5,3	3,7	5,4	3,6	5,9	3,7	5,7	3,7	6,1	3,8
	RMR	5,0	3,5	5,3	3,6	5,1	3,6	5,3	3,5	5,7	3,5	5,9	3,6	5,9	3,6	6,2	3,7
	RMS	5,6	3,4	5,5	3,5	5,9	3,6	6,0	3,6	6,3	3,6	6,4	3,6	6,5	3,6	6,8	3,6
AGR	RMF	2,2	2,7	2,7	2,9	3,1	3,4	3,1	3,3	3,3	3,4	3,5	3,7	3,2	3,4	3,2	3,6
	RMR	2,9	3,0	3,0	3,1	3,0	3,0	4,0	3,7	4,1	3,5	3,7	3,6	3,8	3,4	4,3	3,6
	RMS	3,4	3,2	4,2	3,4	4,7	3,6	3,6	3,5	4,2	3,1	4,5	3,6	4,3	3,8	4,3	3,5

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Na categoria de Pequenos Empregadores, os anos de escolaridade mostraram-se baixos, sendo acentuadamente diferenciados para a RMF, que, ao longo dos anos, não registrou, em nenhum deles, média igual ou superior a 10 anos. Diferentemente do observado na RMR e RMS, sobretudo para essa última, que, em todos os anos analisados, apresentou

média superior a 10 anos. A RMR chegou a registrar média inferior a 10 anos, contudo, na maior parte dos anos, essa média foi igual ou superior a 10. Para aqueles ocupados na categoria de Ocupações Médias, os dados revelam que, somente na RMF, e nos primeiros dois anos da série, a média de anos de estudos foi inferior a 10 anos de escolaridade. Nas demais RMS, essa média foi superior, sendo que na RMS, nos dois últimos anos, essa média foi superior a 11 anos, resultado esse observado em 2008 para a RMR e a RMF. Porém, cabe destacar o desvio padrão da média considerável, sendo esses entre 2 e 3 anos.

Na categoria de Trabalhadores do Terciário, os dados revelam média acentuadamente baixa dos ocupados. Na RMS, a partir de 2004, foi registrada média superior a 8 anos de estudo. Na RMF e na RMR, só a partir de 2006 é que se notificou média dessa magnitude. Porém, cabe destacar desvio em relação à média, acima de 3 pontos. No Secundário, a média de anos de estudo foi em torno de 5 anos em 2001, ultrapassando 7 anos nas RMs de Recife e Salvador, no ano de 2008, e atingindo patamar de 6,8 anos na RMF no mesmo ano. Entretanto, cabe destacar o desvio padrão elevado da média nas três RMs, o que mostra disparidade significativa entre o ocupado de mais e o de menos anos de estudo.

Na categoria de Trabalhadores do Terciário Não Especializado, a média de anos de estudos registrada nas três RMs foi significativamente baixa. Na RMF, a média foi de 4,6 anos, sendo a menor entre as três RMs, nesse ano, e a maior, de 5,6 anos, registrada na RMS. No ano de 2008, registrou-se leve aumento, se comparado a 2001. Contudo, a maior média foi observada na RMS, de 6,8 anos, e a menor permaneceu na RMF, com 6,1. Nesse caso, deve-se ainda destacar o elevado desvio da média percebida nessas RMs, durante os anos observados, como também, destacar a baixa média nos anos de estudos da população ocupada na Agricultura, que registrou 2,2 anos em 2001 na RMF, e 3,2 anos em 2008. Na RMR ficou em 2,9 e 4,3 nos mesmos anos. A RMS registrou 3,4 anos em 2001 e 4,3 em 2008. Contudo, nessa categoria, houve os maiores desvios em torno da média em todos os anos percebidos nesta investigação.

Quanto à renda média por categoria sócio-ocupacional, os dados apresentam a elevada concentração de rendimentos nas primeiras categorias. Cabe destacar, contudo, que são exatamente nessas categorias que se concentram os menores percentuais de ocupados e, dessa forma, a concentração da renda do trabalho. Nessas categorias, os menores percentuais de ocupados e as mais elevadas notificações de rendimento médio foram observados nas três RMs. A categoria de Dirigentes, que chega a ter remuneração médias três vezes superior à categoria de renda média mais próxima (PNS), demonstrou renda média elevada em todas as RMs. No ano de 2001, o menor rendimento médio dessa categoria concentrou-se na RMR,

apresentando um valor de R\$ 8.987,54, e a maior média na RMS, com R\$ 9.649,30. Todavia, em 2008, o rendimento médio dos ocupados apresentou redução na RMF e na RMR. A RMS, por sua vez, eleva o rendimento médio e, nesse ano, registra R\$ 11.485,20.

Para a categoria de Profissionais de Nível Superior, os resultados tiveram trajetória semelhante à observada na categoria anterior. Tanto a RMF quanto a RMR reduziram a média de rendimentos dos ocupados, se comparados os dados de 2001 com os de 2008. A primeira apresentou rendimento médio de R\$ 3.088,35 naquele ano e reduziu para R\$ 2.753,27 nesse. A segunda passou de R\$ 3.065,30 para R\$ 2.884,21. A RMS apresentou resultado diferente dos observados nas outras RMs. Em 2001, registrou-se rendimento médio de R\$ 3.650,33 e, em 2008, elevou-se para R\$ 3.882,91. Contudo, cabe destacar o elevado desvio padrão da média em todas as categorias, quer a de Dirigentes, quer a de Profissionais de Nível Superior (ver Tabela 28).

Tabela 27: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo a renda média e o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

			Renda Total (em R\$) ¹							
RM			2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
DIR	RMF	M	9.093,82	6.592,12	8.212,37	7.090,28	8.719,26	6.752,98	6.645,41	7.748,87
	RMR	M	8.987,54	8.958,49	6.508,95	9.420,54	12.097,85	10.489,59	10.215,91	8.683,21
	RMS	M	9.649,30	13.799,81	11.005,33	7.823,12	7.857,53	7.480,64	7.414,69	11.485,20
PNS	RMF	M	3.088,35	3.183,82	2.669,00	2.434,63	2.528,98	2.503,20	2.582,36	2.753,27
	RMR	M	3.065,85	3.250,42	2.795,84	3.216,43	2.621,41	2.972,70	2.961,86	2.884,54
	RMS	M	3.650,33	3.806,85	3.299,10	3.233,07	3.159,44	3.447,79	3.798,51	3.882,91
PE	RMF	M	3.188,69	2.378,92	2.179,66	2.759,98	2.268,97	2.188,02	2.273,25	2.425,76
	RMR	M	2.222,05	3.197,78	2.075,57	2.824,19	3.071,78	2.518,75	2.468,39	4.312,27
	RMS	M	3.160,16	3.226,19	3.040,31	2.288,04	3.329,42	3.199,83	3.397,36	4.285,66
OM	RMF	M	1.126,71	1.001,29	918,53	988,70	995,55	1.062,12	1.019,41	1.108,69
	RMR	M	1.230,20	1.079,69	1.008,92	1.094,44	1.059,68	1.052,08	1.058,43	1.112,16
	RMS	M	1.184,06	1.124,36	1.021,79	1.054,51	1.091,45	1.121,46	1.240,70	1.178,10
TT	RMF	M	610,72	639,12	585,68	556,66	555,02	618,87	637,23	625,80
	RMR	M	683,12	528,58	501,85	559,79	521,81	546,24	573,32	575,58
	RMS	M	667,18	604,66	481,33	486,56	513,59	592,19	644,62	616,03
TS	RMF	M	532,97	535,24	497,71	483,32	522,57	516,20	579,28	541,34
	RMR	M	633,07	565,50	547,10	551,97	561,14	561,69	582,11	641,14
	RMS	M	676,78	631,16	587,21	618,51	628,72	747,09	738,35	777,44
TTNE	RMF	M	339,84	338,94	324,57	330,84	342,68	378,08	403,69	423,47
	RMR	M	344,89	346,38	325,08	320,47	346,14	389,77	401,88	400,91
	RMS	M	348,39	347,62	337,34	331,14	353,22	388,97	394,28	427,55
AGR	RMF	M	309,90	311,30	241,95	258,83	307,00	346,01	353,35	340,16
	RMR	M	300,16	369,74	288,10	520,22	430,44	479,22	432,34	403,90
	RMS	M	366,03	289,64	282,80	329,33	425,85	337,00	344,73	297,35

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Nota 1: Preços constantes de 2008 - Deflacionada pelo INPC.

Na categoria de Pequenos Empregadores a remuneração média reduziu de forma pronunciada somente para a RMF. As demais RMs mostraram elevação significativa, sobretudo a RMR, que saiu de uma média de R\$ 2.222,05 em 2001 para R\$ 4.312,27 em 2008. Trajetória diferente ocorreu na categoria de Ocupações Médias, na qual as três RMs apresentaram redução no rendimento médio, se comparados os anos de 2001 e 2008. Além disso, nessa categoria, a média se mostrava acentuadamente baixa nas áreas estudadas e com elevadas oscilações, principalmente na RMF.

Para os ocupados no Terciário, a média apresentou leve aumento na RMF, contrariamente ao observado nas outras RMs. Contudo, cabe destacar o elevado rendimento médio nessa categoria sócio-ocupacional que foi, em todos os anos, inferior ao SM (em R\$ de 2008). Na categoria de Trabalhadores do Secundário, o rendimento médio apresentou leve aumento na RMF e RMS, enquanto a RMR reduziu a média, se comparado o primeiro com o último ano desta análise. Nessa categoria também se registra rendimento médio muito baixo. Destarte, o que é ainda mais grave é que nessas duas categorias sócio-ocupacionais se concentram elevados percentuais de ocupados em todas as RMs (ver Tabela 22).

Para a categoria de Trabalhadores do Terciário Não Especializado, as três RMs apresentaram elevação na remuneração média dos ocupados. Porém, o maior rendimento médio constatado em 2008 foi na RMS, com R\$ 427,55. A menor média foi observada na RMR, de R\$ 400,91. Na categoria de Agricultores, enquanto a RMR e a RMF elevaram o rendimento médio, a RMS reduziu, quando comparado o ano de 2001 ao de 2008. Porém, nessa categoria houve forte oscilação na remuneração média ao longo dos anos.

Na Tabela 28 estão os valores dos desvios-padrão das médias de remuneração dos ocupados em cada categoria, podendo-se constatar os elevados desvios das médias, os quais foram superiores à média na grande maioria das ocupações. Isso denuncia a elevada disparidade entre o mais e o menos remunerado na mesma categoria. Cabe destacar, ainda, que, até mesmo nas categorias em que se concentraram as melhores remunerações médias (as primeiras na Tabela), observou-se elevados desvios.

Tabela 28: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo Desvio Padrão da Renda média e o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

Desvio Padrão da Renda Total (em R\$) ¹										
	RM		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
DIR	RMF	DP	8.937,76	4.304,49	8.273,09	7.492,74	9.098,44	6.937,99	5.643,17	8.160,28
	RMR	DP	6.519,00	4.338,34	5.133,02	6.439,01	16.301,70	11.926,11	7.619,24	5.788,26
	RMS	DP	7.566,55	11.596,09	12.468,90	7.472,85	7.496,14	4.629,29	4.911,96	8.542,71
PNS	RMF	DP	3.648,06	3.454,92	2.770,09	2.598,54	2.955,57	2.421,59	2.410,83	3.138,76
	RMR	DP	3.269,78	3.262,17	2.942,89	3.251,93	2.215,64	3.158,34	3.759,69	3.197,18
	RMS	DP	3.257,55	4.060,54	2.896,84	2.809,39	2.681,36	3.414,43	4.117,35	3.451,37
PE	RMF	DP	3.826,16	2.407,11	1.930,28	2.772,04	2.879,30	2.350,82	2.496,68	2.347,07
	RMR	DP	2.401,33	3.496,05	1.755,06	2.737,58	3.670,75	2.756,71	2.552,68	12.920,34
	RMS	DP	3.720,00	3.059,16	2.959,44	2.936,04	4.135,99	3.980,59	4.192,86	7.059,63
OM	RMF	DP	1.716,19	1.255,69	1.080,99	1.298,54	1.252,85	1.338,88	1.144,81	1.305,11
	RMR	DP	1.622,16	1.298,43	1.159,32	1.431,07	1.233,15	1.376,71	1.139,84	1.281,76
	RMS	DP	1.493,47	1.249,65	1.201,78	1.159,03	1.271,34	1.240,11	1.500,43	1.237,91
TT	RMF	DP	923,84	677,69	639,81	655,23	583,14	676,94	701,50	666,94
	RMR	DP	1.742,72	738,18	626,99	868,58	705,82	513,77	729,98	697,80
	RMS	DP	2.175,24	1.172,51	596,49	462,10	569,28	597,78	786,77	606,46
TS	RMF	DP	560,17	523,25	446,61	447,52	594,60	431,77	563,80	422,71
	RMR	DP	642,62	560,72	490,28	652,75	606,99	481,69	530,85	606,16
	RMS	DP	783,50	659,64	580,07	651,93	639,48	811,82	702,72	747,76
TTNE	RMF	DP	263,80	302,59	274,53	253,60	215,29	250,78	322,24	358,28
	RMR	DP	302,21	317,63	288,36	268,12	271,22	314,76	311,69	277,07
	RMS	DP	336,86	310,08	292,86	274,49	282,61	290,44	300,58	371,63
AGR	RMF	DP	462,34	230,34	152,92	144,57	290,59	550,59	315,82	331,75
	RMR	DP	217,01	285,22	187,04	1.243,80	815,82	1.297,09	470,07	226,73
	RMS	DP	405,91	200,29	277,51	277,19	394,51	242,98	334,60	199,48

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Nota 1: Preços constantes de 2008 - Deflacionada pelo INPC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivos: a) intermediar o debate acerca dos impactos da globalização econômica nas metrópoles de capitalismo tardio; b) fazer uma avaliação empírica das características sócio demográficas das RMs de Fortaleza, Recife e Salvador; c) analisar o mercado de trabalho das três RMs comparando-as entre si; d) avaliar a dinâmica sócio-ocupacional entre as categorias construídas pelo Observatório das Metrópoles nas três RMs nos anos de 2001-2008.

Quanto ao processo de reestruturação produtiva o pensamento predominante da literatura aponta para desestruturação do mercado de trabalho a partir do processo de internacionalização dos capitais produtivos. Quanto à sobrevivência de grandes empresas diante da elevada competitividade por mercados, essa se fez a partir da reestruturação das formas de produção pautadas na redução de custos e nos ganhos de escopo e de escala. No Brasil esse processo ocorreu com maior intensidade a partir da abertura de mercados do Governo Collor que foi intensificado pelo Governo FHC. Além disso, a desestatização das empresas brasileiras também fez parte da reestruturação no Brasil. O resultado foi as elevadas taxas de desemprego aberto e o surgimento de novas formas de trabalho com elevado nível de precarização.

No que pertine ao processo de reestruturação da metrópole periférica à luz da globalização econômica, há um relativo consenso na literatura. Os principais achados conduzem a reconfiguração do espaço urbano diante das ações predatórias do sistema capitalista concentrador e excludente. Por um lado, as ações do capital têm moldado as metrópoles, através do investimento produtivo e da especulação imobiliária tornando esses espaços urbanos mais dinâmicos economicamente e mais propensos aos grandes investimentos. Por outro, essas ações tem reconduzido no âmbito metropolitano, o mercado de trabalho acentuadamente heterogêneo com pequena parcela ocupando os melhores cargos e deixando grande massa de trabalhadores sem direito a cidadania e a cidade.

No Brasil essas ações se repercutem com maior intensidade, quando se considera origens culturais, como concentração de poder e de propriedade. No contexto regional as diferenças de classes se acentuam de forma elevada nas metrópoles nordestinas. Tanto Salvador quanto Fortaleza e Recife são espaços metropolitanos com elevadas divergências de classes e de direitos sociais, segundo achados na literatura. A forte concentração de poder de elevada discrepância entre as classes permite a existência de um espaço *dual* com

características excludentes e concentradoras nas RMs do país, e com grande intensidade nas RMs, objeto deste estudo.

Quanto às características sócio demográficas das RMs de Fortaleza, Recife e Salvador constatou-se relativa semelhança. Nessas RMs, a população com 10 anos ou mais de idade, entre os anos de 2001 - 2008 são predominantemente femininas, com população masculina inferior a 48% em cada ano. Tais resultados, segundo a discussão demográfica recente, podem ser consequência do elevado número de homicídios nessas RMs e que ocorrem predominantemente com pessoas de idade entre 10 e 29 anos, e em sua maioria absoluta de pessoas do sexo masculino. Quanto à cor ou raça os resultados apontam para maior semelhança entre RMF e a RMR, mesmo com maioria significativa de não brancos nessas RMs, uma vez que, em 2008, 66,8% na RMF e 60,9% na RMR, declararam ser não brancos a pesquisa. Já a RMS, o percentual de pessoas que se declaram brancas não chegou a 20% em nenhum dos anos observados e, em 2008, 83,9% declararam-se não brancas a PNAD. Nessa RM, herança cultural é muito forte quanto fator demográfico.

Ao se observar a variável idade da população, com corte acima de 10 anos, observou-se redução no percentual daqueles que estavam nas primeiras faixas (10 a 14 e 15 a 24 anos) nas três RMs e ainda redução percentual na RMF e RMR na faixa de 25 a 39 anos, com leve aumento na RMS. Esses resultados mostram, por um lado, redução da fecundidade nessas RMs, e, por outro, o envelhecimento da população dessas RMs. Essa assertiva é ratificada quando se observa, nas três RMs, aumento do percentual da população na faixa de 40 a 59 anos, como também, elevação percentual daqueles com idade acima de 60 anos. Esses resultados para as RMs de Fortaleza, Recife e Salvador convergem para achados em outras pesquisas feitas nas RMs brasileiras.

Para a variável escolaridade (em anos de estudo) observou-se redução significativa do percentual daqueles com escolaridade nas primeiras faixas e elevação de pessoas com mais anos de estudo entre 2001 – 2008. Contudo, cabe destacar a RMS que apresentou os melhores percentuais de pessoas com menos anos de estudos e, conseqüentemente, percentuais mais elevados de pessoas com escolaridade nas melhores faixas. Todavia, destacou-se, também, a RMF que apresentou as maiores taxas de redução percentual das pessoas com escolaridade na primeira faixa e a maior elevação percentual de pessoas com escolaridade entre 9 a 11 anos de estudo entre as três RMs.

Já em relação às pessoas ocupadas com 10 anos ou mais de idade e por faixa de renda, a RMF apresentou os mais elevados percentuais, entre as três RMs, auferindo rendimentos em até 1,0 SM, mesmo reduzindo de 51,8% para 44,2% de 2001 para 2008. A RMS registrou o

menor percentual (38,1%) entre as RMs no ano de 2008. Observou-se ainda elevação percentual de pessoas que auferiam rendimentos entre mais de 1,0 e 3,0 SM. Destacou-se ainda redução no percentual de pessoas com rendimentos nas RMs de Fortaleza e Recife e leve aumento na RMS, que auferiam rendimentos nas melhores faixas de remuneração. Isso confirma mais pessoas ganhando melhor nessa e mais pessoas ganhando menos naquelas RMs. Acrescente-se ainda que a RMF obteve a menor renda média entre as três RMs e em todos os anos observados. Couberam as RMs de Salvador e Recife as mais elevadas rendas médias, embora ainda baixa nas RMs, já que em nenhum ano e em nenhuma RM a renda média chegou, se quer, a R\$ 1.100,00.

No que se refere ao mercado de trabalho metropolitano, as RMs desse estudo apresentam algumas diferenças notáveis ao longo dos anos. Os maiores percentuais da PEA ocupada foram percebidas na RMF, tendo as RMs de Recife e Salvador taxas de desemprego superior ao observado na RMF em todos os anos analisados. Em 2008 essa RM registrou taxa de desemprego de somente 8,7% enquanto que a RM Recife registrou 15,2% contra 14,2% na RMS. Porém, cabe destacar que o percentual ocupado protegidos no trabalho na RMF é o menor entre as três RMs, mesmo sendo muito baixo em todas elas, como também, faz-se necessário mencionar que entre 2001 e 2008 houve elevação do percentual de protegidos. Todavia, em 2008, 43,2% na RMF; 50,0% na RMR; e 51,4% na RMS, eram os percentuais de empregados protegidos no trabalho.

Destacaram-se ainda percentuais de pessoas do sexo masculino superior ao do sexo feminino na PEA das RMs, como também, o percentual de homens ocupados superior ao percentual de mulheres em todos os anos, o que denota maiores taxas de desemprego para essas. Observou-se ainda segregação por sexo no mercado de trabalho, pois além do desemprego mais elevado para população feminina em todos os anos, o percentual de mulheres protegidas no trabalho foi inferior ao dos homens, o que lhes conferem mais oportunidade no mercado de trabalho informal. Destaca-se, no entanto, elevados percentuais de ambos os sexos desprotegidos no trabalho nas três RMs, como também, maiores percentuais tanto de homens quanto de mulheres no mercado de trabalho informal da RMF.

Quanto à raça/cor, observou-se que mais de 50% dos que se declararam brancos, como também, mais de 50% dos não brancos faziam parte da PEA nas três RMs. Na RMF, na RMR e RMS, o desemprego registrado atingiu maior percentual de não brancos do que de brancos em todos os anos analisados, como também, os percentuais de brancos protegidos no trabalho foi superior ao de não brancos em todos os anos e em todas as RMs. Porém, cabe acrescentar que o maior percentual de brancos protegidos foi registrado na RMS (60,8%) no ano de 2006,

como também foi nessa RM que se percebeu o maior percentual de não brancos – 51% em 2006. Já a RMF apresentou os menores percentuais de pessoas protegidas no trabalho seja branca ou não branca.

Quanto a PEA por idade, observou-se que os maiores percentuais estavam para as pessoas que tinham idade entre 25 a 39 anos e entre 40 a 59 anos, em todas as RMs e em todos os anos, como também, nessas duas faixas registrou-se elevados percentuais de PEA ocupada nas três RMs, ou seja, as menores taxas de desemprego foram registradas para essa faixa etária. Cabe acrescentar, no entanto, que mesmo tendo as RMs apresentado reduzidos percentuais de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, nessa faixa etária, registraram mais de 96% em todas as RMs, dessa PEA ocupada. Entretanto, foi nessa faixa etária que se registrou os mais elevados percentuais de ocupados informalmente, mesmo que a informalidade tenha predominado em todas as faixas etárias e em todas as RMs.

Em relação à condição de atividade por anos de estudo, percebeu-se que a PEA com escolaridade de 0 a 4 anos foi inferior a 50% em todos os anos e em todas as RMs. Nesse caso, observou-se que na medida em que se avançava nos anos de estudo elevavam-se também os percentuais de pessoas fazendo parte da PEA. Dessa forma, os baixos percentuais com menos anos de estudo pode ser consequência de escolhas em optar por estudar mais ao invés de ingressar no mercado de trabalho. Esses resultados, contudo, mostram-se semelhantes em todas as RMs. Porém, cabe destacar que se observou elevados percentuais da PEA nas três RMs com poucos anos de estudo (0 a 4 anos), mas que estavam ocupadas. O desemprego foi mais elevado para a população com escolaridade entre 5 e 8 anos e entre 9 e 11 anos de estudo, decerto, estavam em busca de melhores postos de trabalho. Dessa forma, em todas as RMs e em todos os anos, foram constatados os menores percentuais de desempregados com escolaridade de 12 anos para cima.

Já no que concerne a condição de proteção no trabalho, segundo anos de escolaridade constataram-se que, para aqueles com menos anos de estudo, registrou-se maiores percentuais de desprotegidos no trabalho, dinâmica essa observada nas três RMs e em todos os anos observados. Assim, percebeu-se que, à medida que se avança nos percentuais de ocupados por anos de estudo e nas faixas mais elevadas, vai, conseqüentemente reduzindo os percentuais de ocupados na informalidade e, certamente, elevando os percentuais de protegidos no trabalho. Dessa forma, pôde-se constatar nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, que a informalidade também atinge percentual mais elevados de pessoas com menos escolaridade. Ao longo dos anos, observou-se os maiores percentuais de protegidos no trabalho, com escolaridade de 12 ou mais anos de estudos e nas três RMs.

Quanto à análise da participação percentual de ocupados nas oito categorias sócio-ocupacionais, objeto deste estudo, os dados mostram relativa semelhança entre as RMs. Na categoria de Dirigentes, somente na RMR e no ano de 2005, registrou-se 1,0% dos ocupados, sendo inferior a esse percentual todas as RMs e em todos os anos analisados. Na categoria de Profissionais de Nível Superior houve elevação percentual de ocupados quando comparado o ano de 2001 ao de 2008, nas três RMs. Destacaram-se ainda os baixos percentuais de ocupados na categoria de Pequenos Empregadores, sendo que a RMF e a RMS reduziram os percentuais enquanto a RMR apresentou um leve aumento.

Nas categorias de Ocupações Médias, Trabalhadores do Terciário, Trabalhadores do Secundário e Trabalhadores do Terciário Não Especializado, mostrou-se os mais elevados percentuais nas RMs aqui observadas. Nesse caso, ao longo dos anos foram observadas oscilações percentuais leves e comportamento semelhante observado, embora, com diferenças nos percentuais de ocupados em algumas categorias, mas nada que as distanciassem de um perfil metropolitano periférico ou que as distanciassem entre si. Destacou-se que, ainda que, na categoria de Agricultores perceberam-se as reduções percentuais significativas ao longo dos anos. A RMF ainda registrou 5,0% dos ocupados nessa categoria em 2001, reduziu para 2,9% em 2008, tendência observada nas RMs de Recife e Salvador que tiveram percentuais de 1,8% e 1,2% em 2008, respectivamente.

Quanto à participação dos ocupados em cada categoria sócio-ocupacional segundo o sexo, percebeu-se maioria absoluta de homens ocupados na categoria de Dirigentes em todos os anos e nas três RMs. Já na categoria de Profissionais de Nível Superior os maiores percentuais de ocupadas eram do sexo feminino. Contrariamente a essa, a categoria de Pequenos Empregadores foi ocupada predominantemente por pessoas do sexo masculino. Nas Ocupações Médias observou-se maior equilíbrio na participação por sexo dos ocupados mesmo sendo maior percentual de homens. No Terciário, o percentual de mulheres foi superior ao de homens, tanto em 2001 quanto em 2008. No Secundário, o percentual de ocupados do sexo masculino foi predominante e a RMF registrou o menor percentual (70%) entre as RMs, sendo que na RMS 88,9% dos ocupados nessa categoria eram do sexo masculino em 2008. No Terciário Não Especializado, as mulheres foram maioria e na Agricultura, os homens predominaram em todos os anos e em todas as RMs. Destacaram-se ainda maiores percentuais de brancos ocupados nas categorias de Dirigentes, Profissionais de Nível Superior e Pequenos Empregadores, com exceção dessa última na RMS no ano de 2008, nas demais RMs e nas duas categorias anteriores citadas, os brancos foram maioria em todos os anos. Nas demais categorias, os percentuais de não brancos ocupados foi maioria

absoluta em todos os anos nas três RMs. Já no que se refere à idade média dos ocupados, as categorias de Dirigentes e Pequenos Empregadores apresentaram as maiores médias em todos os anos. As demais categorias comportaram-se de forma semelhante entre as RMs ao longo do estudo.

Quanto aos anos de escolaridade média dos ocupados, as quatro primeiras categorias apresentaram maiores médias, em anos de estudo, como o esperado, sendo a maior média de escolaridade na categoria de Profissionais de Nível Superior, já que nessa categoria ter esse nível de escolaridade é condição necessária para ocupação. Nessa, também se registrou os menores desvios-padrão da média nas três RMs e em todos os anos observados. As demais categorias apresentaram média de anos de estudos inferior a 10 anos em todos os anos e nas três RMs o que lhes atribuem características de postos de trabalhos essencialmente precários.

Observaram-se também remuneração média significativamente superior para a categoria de Dirigentes, em seguida, as categorias de Profissionais de Nível Superior e de Pequenos Empregadores. A primeira apresentou redução na remuneração média dos ocupados nas RMs de Fortaleza e Recife, quando comparado o ano de 2001 com 2008. Já na segunda categoria, somente a RMF reduziu a remuneração média ao longo dos anos. As demais categorias destacaram-se por apresentar baixa remuneração média dos ocupados em todos os anos, embora tenha ocorrido leve melhora quando comparado 2001 com 2008. Porém, destaque-se que se registrou elevado desvio-padrão da média em todas as rendas médias independente da categoria. Tal desvio evidencia a elevada discrepância entre a maior e a menor remuneração entre os ocupados da mesma categoria.

Com esses achados, pode-se aceitar a existência de precarização do mercado de trabalho das RMs proposta neste do estudo, haja vista que as variáveis evidenciam a existência de trabalhos precários nas três RMs denunciado pela elevada informalidade, baixa remuneração média e segregação por sexo, idade, raça/cor, dentre outras. Com esse contexto foi possível observar um mercado de trabalho com discrepância acentuada entre as postos de trabalho e entre os ocupantes. Os resultados também mostram certa semelhança entre as três RMs. Porém, a RMS apresenta melhores indicadores ficando a RMF com os piores e a RMR em posição intermediária.

Nessa conjuntura, faz-se necessário a presença de políticas de assistência ao trabalhador para que estes possam melhorar o desempenho no trabalho e, conseqüentemente, receber maiores incentivos ao desenvolvimento de suas atividades profissionais. Com tais incentivos, a estruturação metropolitana será beneficiada com melhores condições de acessibilidade a ascensão social do trabalhador. Dessa forma, o espaço metropolitano passará

a ser reestruturado com outras características, menos segregacionistas e mais pacíficas na construção social do tecido metropolitano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. **Trabalho, reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – precarização do trabalho e redundância salarial**. Revista Katál. Florianópolis – SC. V. 12, Nº 2, p. 188-197, jul/dez, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- ARRAES, Ana Keila de Moura; QUEIROZ, Silvana Nunes de; ALVES, Christiane Luci Bezerra. **Mercado de trabalho formal na indústria: comparativo entre as regiões Nordeste e Sudeste nos anos de 1994 e 2004**. Anais do II Encontro Internacional Trabalho e Formação de Trabalhadores. Fortaleza: LABOR/UFC, 2008.
- BACHA, Edmar Lisboa; TAYLOR, Lance. **Brazilian income distribution in the 60's: facts, model results and the controversy**. Journal of development studies, v. 14, ° 3, p. 271-297, 1978.
- BECK, Ulrich. **O que é globalização? Equívocos do globalismo respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- CAMPOS, Felipe Mota; SILVEIRA NETO, Raul da Mota. **A importância do mercado de trabalho para os diferenciais de participação e salários entre gêneros: uma análise empírica para os centros urbanos brasileiros**. In: anais do V Encontro de Economia Baiana, Salvador, setembro 2008.
- CANO, Wilson. **Desconcentração produtiva regional do Brasil – 1970-2005**. - São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: UNESP/IE_UNICAMP, 2002.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **Globalização, metrópoles e crise social no Brasil**. Revista EURE (vol. XXXII, Nº 95), PP. 5-20, Santiago de Chile, mayo, 2006.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de; AZEVEDO, José Sergio Gabrielli de. **Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador**. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 13, Nº 2, p. 89-114, novembro de 2001.
- CASSIOLATTO, José Eduardo; BRITTO, Jorge. **Políticas industriais descentralizadas no caso brasileiro: uma breve análise da experiência recente**. In: ANAIS do Seminário sobre “Camino a la competitividad: El nivel meso y microeconómico” Santiago de Chile, 15 de marzo de 2001.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 1. A sociedade em rede. 3ª edição. São Paulo - Paz e Terra 2000.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **Suave Fracasso – a política macroeconômica brasileira entre 1999 e 2005**. Revista Novos Estudos, novembro de 2005.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; SILVA, Marconi Gomes da; PEREIRA, William Eufrásio Nunes. Transformações Recentes na Economia da Região Metropolitana de Natal. In: **Natal: Uma metrópole em formação**. (org) Maria do Livramento Miranda Clementino e Zoraide Sousa Pessoa. EDUC; PUC – SP, 2009.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; SILVA, Marconi Gomes da; PEREIRA, William Eufrásio Nunes. Transformações no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Natal – 1991-2000. In: **Natal: Uma metrópole em formação**. (org) Maria do Livramento Miranda Clementino e Zoraide Sousa Pessoa. EDUC; PUC – SP, 2009.

COCCO, Giuseppe. **Novas figuras do trabalho no pós-fordismo: o trabalho imaterial**. In: IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. Rio de Janeiro: ABET, 1995, v.2.

COSTA, Márcia da Silva. **Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de trabalho no Brasil**. Revista RAE eletrônica, v. 2, Nº 2, jul-dez, 2003.

DE MATTOS, Carlos. **Transformación de las ciudades latinoamericanas. ¿Impactos de la globalización?**. Revista EURE (vol. XXVIII, Nº 85), Santiago de Chile, mayo, 2002.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. O Sistema Público de Emprego e a Estratégia de Desenvolvimento. In **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**. (org) Junior Macambira e Liana Maria da Frota Carleial, Fortaleza, 2009.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Racionalização Econômica e Trabalho no Capitalismo Avançado**. 2ª Ed – Campinas, SP: Unicamp, IE, 2005.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Reestruturação produtiva e tendências do emprego. In Marco Antonio de Oliveira (org). **Economia e Trabalho**, cap. 10, p. 163-185 – Campinas – SP: IE/Unicamp, 1998.

DEDECCA, Claudio Salvadori; ROSANDISKI, Eliane Navaro. **Recuperação econômica e geração de empregos formais**. Revista Parcerias Estratégicas – Número 22- Junho 2006.

FARIA, Vilmar. **O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação**. In: Anais do I Encontro de Estudos Populacionais. Campos do Jordão, v. 1, 1978, p. 89-110.

FIGUEIREDO, Marcelo Gonçalves. MICHEL, Renault. RANGEL, Ronaldo. **Acumulação flexível e novas relações de trabalho**. IV Encontro Nacional de Estudos do trabalho. ABET, 1995, Rio de Janeiro.

FOGAÇA, Azuete. A educação e a reestruturação produtiva no Brasil. In Marco Antonio de Oliveira (org). **Reforma do estado e políticas de emprego no Brasil**. Cp. 11, p. 295-327, - Campinas – SP: IE/Unicamp, 1998.

FUNKHOUSER, Edward. **The urban informal-sector in Central America: Household survey evidence.** World Development, v. 24, n° 11, p. 1.737-1.751, 1996.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 34ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 13ª ed. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

HELOANI, José Roberto. **Organização do Trabalho e Administração: Uma visão multidisciplinar,** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

HIRATA, Helena. **A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho.** Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n° 21, jan./jun. 2009, p. 24-41.

JATOBÁ, Jorge; ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **Desregulamentação do Mercado e das Relações de Trabalho no Brasil: potencial e limitações.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Texto para Discussão N° 312, Brasília DF, Agosto de 1993.

KON, Anita. **Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias.** Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 19 n° 2 (74), p. 64-82, abril/junho, 1999.

KON, Anita. **Transformações na indústria de serviços: implicações sobre o trabalho.** In: V Encontro Nacional de estudos do Trabalho. Rio de Janeiro, 1997.

KON, Anita; COAN, Durval Colegari. **Transformações da indústria têxtil brasileira: a transição para a modernização.** Revista Economia Mackenzie. Ano, 3. n° 3. P. 11-34, 2004.

LEONE, Eugenia Troncoso. BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. **População Ativa, Mercado de trabalho e gênero na retomada do crescimento econômico.** Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, Caxambú – MG, setembro, 2010.

MAIA, Alexandre Gori. Dinâmica do mercado de trabalho das classes ocupacionais no Brasil. In **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas.** (org) Junior Macambira e Liana Maria da Frota Carleial, Fortaleza, 2009.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** 2ª edição, São Paulo: Nova cultura, (coleção Economistas)1985.

MARCOULLIER, Douglas; RUIZ de CASTILLA, Veronica; WOODRUFF, Christopher. **Formal measures of the informal-sector wage gap in Mexico, El Salvador and Peru.** Economic development and cultural change, v. 45, n° 2, p. 367-392, 1997.

MARCUSE, Peter; VAN KEMPEN. Ronald (eds.) **Globalizing Cities. A New Spatial Order?** Oxford: Blackwell Publishers (2000).

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo Fundação SEADE, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In Marco Antonio de Oliveira (org). **Economia e Trabalho**, cap. 3, p. 61-78 – Campinas – SP: IE/Unicamp, 1998.

MELO, Hildete Pereira de; ROCHA, Frederico; FERRAZ, Galeno; SABBATO, Alberto Di; DWECK, Ruth. **O Setor Serviços no Brasil: uma visão global 1985/95**. Texto para discussão N° 549, Rio de Janeiro, IPEA, 1998.

MONTEIRO NETO, Aristides; VERGOLINO, José Raimundo. **O Mercado do trabalho em Pernambuco**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.32, n° especial, P. 725-739, novembro de 2001.

NASSIF, Elaine Noronha. **Fundamentos da Flexibilização: Uma análise de paradigmas paradoxos do direito e do processo do trabalho**, São Paulo: Ltr, 2001.

NEVES, Magda de Almeida; PEDROSA, Célia Maria. **Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, N° 1, p. 11-34, Jan/ABR, 2007.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra. In Marco Antonio de Oliveira (org). **Economia e Trabalho**, cap. 1, p. 3-20 – Campinas – SP: IE/Unicamp, 1998.

OLIVEIRA, Graziela de. **Modernização das relações de trabalho: uma nova estrutura de poder na fábrica?** In: anais do IV Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET 1995.

OLIVEIRA, Hipólita Siqueira de. **Economia Metropolitana e Mercado de Trabalho: um estudo das regiões metropolitanas do estado de São Paulo**. Tese de Doutorado IE/UNICAMP, 2009.

OLIVEIRA, Marco Antonio de. Reestruturação produtiva e mudanças nas relações de trabalho. In Marco Antonio de Oliveira (org). **Economia e Trabalho**, cap. 11, p. 187-203 – Campinas – SP: IE/Unicamp, 1998.

OZORIO de ALMEIDA, A. L.; ALVES, L. F.; GRAHAM, S. M. **Poverty deregulation and employment in the informal sector of Mexico**. World bank, education and social police department, 1995.

POCHMANN, Márcio. Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil. In Marco Antonio de Oliveira (org). **Economia e Trabalho**, cap. 13, p. 219-233 – Campinas – SP: IE/Unicamp, 1998.

POCHMANN, Márcio. et al. **Atlas da exclusão social no Brasil**, volume 3. São Paulo: Cortez, 2004.

POCHMANN, Marcio. Modernizar sem excluir. In **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**. (org) Junior Macambira e Liana Maria da Frota Carleial, Fortaleza, 2009.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século** – São Paulo: contexto, 1999.

RAMOS, Lauro. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. IPEA, Texto para Discussão nº 914, 2002

REMY, Maria Alice Pestana de Aguiar; QUEIROZ, Silvana Nunes de; SILVA FILHO, Luís Abel da. **Evolução Recente do Emprego Formal no Brasil – 200-2008**. Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, Caxambú – MG, setembro, 2010.

ROCHA, Sonia. **A investigação do rendimento na PNAD – Comentário e sugestões à pesquisa nos anos 2000**. Rio de Janeiro: IPEA, texto para discussão, Nº 899, 2002.

RODRIGUEZ, Jorge; ARRIAGADA, Camilo. **Segregación residencial em la ciudad latinoamericana**. Revista EURE (vol. XXIX, Nº 89), PP. 5-24, Santiago de Chile, mayo, 2004.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Crise e políticas de ajuste nos países de capitalismo avançado. In Marco Antonio de Oliveira (org). **Economia e Trabalho**, cap. 2, p. 21-33 – Campinas – SP: IE/Unicamp, 1998.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: estúdio Nobel, 1998.

SASSEN, Saskia. **Ciudades em la economía global: enfoques teóricos y metodológicos**. Revista EURE (vol. XXIV, Nº 71), PP. 5-25, Santiago de Chile, marzo 1997.

SASSEN, Saskia. **The global city: New York, London, Tokyo**. Princeton University press, 1991.

SILVA FILHO, Luís Abel; QUEIROZ, Silvana Nunes de. **A Trajetória da Indústria e do Emprego Formal no Ceará 1996/2006**. In Anais do XI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. ABET, Campinas – SP, 2009.

SILVA FILHO, Luís Abel; QUEIROZ, Silvana Nunes. **Evolução das formas de produção e do trabalho: uma abordagem do marxismo ao toyotismo**. Revista de Economia Política e Historia Econômica. V. 21, julho de 2010. P. 55-86.

SILVA FILHO, Luís Abel; QUEIROZ, Silvana Nunes. **Recuperação econômica e emprego formal: avaliação empírica para o Nordeste brasileiro – 2000/2008**. In: Anais da 4ª conferencia brasileira sobre relações de emprego e trabalho – IBRET – USP, setembro de 2010.

SILVA, Marconi Gomes da. **Mercado de trabalho, ocupações e rendimentos: a região metropolitana de Natal na década de 1990**. Tese de Doutorado, CCHLA/UFRN, 2008.

SILVA, Ricardo Azevedo. Papel dos serviços no desenvolvimento regional brasileiro após 1990. In **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**. (org) Junior Macambira e Liana Maria da Frota Carleial, Fortaleza, 2009.

SILVA, Ricardo Azevedo. Papel dos serviços no desenvolvimento regional brasileiro após 1990. In **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**. (org) Junior Macambira e Liana Maria da Frota Carleial, Fortaleza, 2009.

ULYSSEA, Gabriel. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura**. Rio de Janeiro: IPEA, texto para discussão, N° 1070, 2005.

WILSON, William Julius. **When Work Disappears. The World of the New Urban Poor**. New York: Vintage Books. (1998).